

ANA MARIA ESTEVES RODRIGUES

OS JOVENS E A SEXUALIDADE:
UMA VISÃO CONSTRUCIONISTA

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

FACULDADE DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PORTO, 2009

ANA MARIA ESTEVES RODRIGUES

OS JOVENS E A SEXUALIDADE:
UMA VISÃO CONSTRUCIONISTA

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

FACULDADE DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PORTO, 2009

III

ANA MARIA ESTEVES RODRIGUES

OS JOVENS E A SEXUALIDADE:
UMA VISÃO CONSTRUCIONISTA

Dissertação apresentada à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia da
Educação e Intervenção Comunitária, orientada
pelo Mestre Luís Santos.

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho poderia ser executado sem o inestimável contributo de todos aqueles que no dia a dia me rodeiam, acompanham e acarinhos.

Agradeço de um modo muito sincero ao Mestre Luís Santos, que foi o meu porto de abrigo nas horas de indecisão. Os seus ensinamentos, experiência e constante motivação ao longo da realização da dissertação de mestrado constituem uma mais valia no meu desenvolvimento académico e profissional.

Aos jovens entrevistados agradeço também de um modo muito sincero, pela ajuda prestada na realização das entrevistas, pela boa disposição e disponibilidade prestada.

Não poderia de forma alguma deixar de agradecer de um modo especial, à minha amiga Emília pela sua disponibilidade e colaboração empenhada na elaboração deste trabalho e acima de tudo pelo acompanhamento prestado que contribuiu em muito para o meu crescimento.

Deixo um especial agradecimento aos meus pais pela inteira disponibilidade e paciência para comigo, assim como a todos aqueles que comigo colaboraram quer com conhecimentos quer com tempo para aceitarem as minhas hesitações.

Muitas seriam as pessoas às quais devo o meu agradecimento, mas é impossível aqui nomeá-las por isso deixo um grande agradecimento que a todas as englobe.

RESUMO

A sexualidade, sendo característica própria dos indivíduos, manifesta-se de múltiplas formas nas diferentes etapas do ciclo de vida humano, sendo, por isso, mais preciso falarmos de sexualidades. Tratando-se de uma questão cultural e discursivamente influenciada, deve ser entendida à luz da complexidade de contextos que a(s) compõe(m), nomeadamente a rede complexa de âmbito físico-psicológico, que diz respeito a sentimentos e emoções e à rede sócio-cultural que parametriza o conceito dentro de padrões, normas e proibições.

O presente estudo, de carácter qualitativo e exploratório, procura analisar as vivências da(s) sexualidade(s) por parte de jovens de ambos os sexos, numa perspectiva construcionista, dando especial ênfase à teoria dos *scripts* sexuais. Foram realizadas entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, aplicadas na forma semi-directiva, a seis jovens de ambos os sexos, cujos discursos remetem para uma sexualidade heterossexual, tendo sido, para o efeito, concebido de raiz um guião de entrevista composto por quatro unidades de análise. Em termos de tratamento da informação, o estudo recorre à análise de conteúdo (Bardin, 1995 e Vala, 1986) e segue o “Modelo Interactivo de Análise de Dados” proposto por Miles e Huberman (1984, cit. *in* Lessardd-Hébert, Goyette & Boutin, 1994).

Da análise de conteúdo dos discursos produzidos pelos diferentes entrevistados emerge uma visão da(s) sexualidade(s) de carácter essencialista, reprodutora de uma ordem social binária e hierarquizada e vivências da(s) sexualidade(s) de acordo com os padrões (hetero)normativamente construídos. Por outro lado, são identificados diferentes constrangimentos, sobretudo culturais, associados à(s) sexualidade(s), ainda não superados por práticas emancipatórias.

Palavras-chave: Sexualidade, contracepção, infecções e doenças sexualmente transmissíveis, planeamento familiar.

ABSTRACT

Sexuality, being a characteristic of individuals, manifests itself in multiple ways in the different stages of the human life cycle, being, therefore, more accurate to talk about sexualities. As a cultural question and influenced discursively, it must be understood in the light of the complexity of contexts that make it/them, namely the physical-psychological complex web, that refers to feeling and emotions and the socio-cultural web that states the concept inside patterns, norms and prohibitions.

This study, as qualitative and exploitative, tries to analyse the sexualities of youngsters of both sexes, in a constructive perspective, giving special emphasis to the theory of the sexual scripts. Interviews were done in depth, semi-structured, applied in a semi-directive form, to six youngsters of both sexes being for that purpose made from scratch an interview script made by four unities of analysis. In terms of treatment of the information, the study makes use of the content analysis (Bardin, 1995 e Vala, 1986) and follows the “interactive model of data analysis” proposed by Miles e Huberman (1984, cit. *in* Lessardd-Hébert, Goyette & Boutin, 1994).

From the content analysis of the speeches produced by the different interviewees an essentialist vision of sexuality emerges, reproducing a social binary and hierarchical order of the sexuality in accordance with the constructed hetero (normative) patterns. On the other hand, there are different identified impediments, above all cultural, associated with the sexualities, not yet overcome by emancipatory practices.

Keywords: Sexuality, contraception, infections and sexually transmitted diseases, family planning.

RÉSUMÉ

La sexualité, étant une caractéristique propre des individus, se manifeste de plusieurs façons dans les différentes étapes du cycle humain de la vie, étant, par ça, plus précis parler de sexualités. Soyant une question culturelle et discursivement influencé, doit être entendu sous la complexité des contextes qui la forment, comme le circuit complexe du contour physique-psychologique, qui concerne aux sentiments et émotions et au circuit socio-culturel qui rend des paramètres au concepte dedans des modèles, des normes et des interdictions.

Cet étude, de caractère qualitatif et exploratoire, veut analyser les expériences de(s) (la) sexualité(s) des jeunes des deux sexes, dans une perspective de construction en relevant la théorie des *scripts sexuels*. Pour ça on a fait des entrevues en profondeur, demi-structurées, qui ont été appliqués d'une façon demi-directive à six jeunes des deux sexes. Premièrement on a fait un guide de l'entrevue qui avait quatre unités d'analyse. On a traité l'information – les résultats – à partir de l'analyse du contenu (Bardin, 1995 et Vala, 1986) et le “Modèle Interactif de l'analyse des Données” proposé par Miles et Huberman (1984, cit. in Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994).

De l'analyse des contenus du discours des personnes interviewés se produit un aspect de(s) la sexualité(s) surtout basique, reproductrice d'un ordre social binaire et hiérarchisé et des expériences de(s) la sexualité(s) d'après les modèles hétéro-régulièrement construits. Malgré cette règle, ont été identifiés des différentes contraintes, surtout culturels, associés à la(aux) sexualité(s) pas surmontés pour les pratiques d'émancipation.

Mots-clés: Sexualité, contraception, infections et maladies transmissibles sexuellement et le plan familial.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE SIGLAS

ÍNDICE DE ANEXOS

INTRODUÇÃO

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA SEXUALIDADE	3
2.1 Introdução	3
2.2 Operacionalização do conceito	3
2.3 Evolução histórica do conceito	7
1.4 Influência da Religião e da Cultura na vivência da Sexualidade.....	12
CAPÍTULO II - O CONSTRUCIONISMO SOCIAL: O PAPEL DOS <i>SCRIPS</i> NA REGULAÇÃO PESSOAL DA SEXUALIDADE.....	18
1.1 Introdução	18
1.2 Abordagem epistemológica e teórica da sexualidade	19
1.2.1 O género	19
1.2.2 O interaccionismo simbólico	22
1.2.3 O construcionismo social	24
2.3 Sexualidade e Planeamento Familiar.....	27
2.3.1 Breve resenha histórica	27
2.3.2 Planeamento Familiar	28
2.3.3 Contraceção	30
2.3.4 Infecções e Doenças Sexualmente Transmissíveis	32
2.4 Fontes de Informação	33
2.4.1 Os Amigos.....	34
2.4.2 Os Meios de Comunicação	34
2.4.3 A Família	35
2.4.4 A Escola	37

PARTE II ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO III METODOLOGIA	40
3.1 Introdução.....	40
3.2 Justificação do Estudo Empírico e Questão de Partida.....	40
3.3 Tipo de Estudo.....	40
3.4 Objectivos.....	41
3.5 Instrumento e Procedimentos.....	42
3.6 Participantes.....	50
CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS PROVENIENTES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....	53
4.1 Introdução.....	53
4.2 Considerações sobre a sexualidade.....	53
4.3 Planeamento Familiar.....	75
4.4 Relações Afectivas.....	79
CONCLUSÃO.....	86

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ÍNDICE DE SIGLAS

OMS – Organização Mundial da Saúde

DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis

IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – Guião De Entrevista.

ANEXO II – Matriz Conceptual “Considerações Sobre A Sexualidade”.

ANEXO III – Matriz Conceptual “Planeamento Familiar”.

ANEXO IV - Matriz Conceptual “Relações Afectivas.

INTRODUÇÃO

Todo o ser humano é produto e produtor do contexto sócio-cultural onde se insere. Num mundo em constante mudança, os indivíduos confrontam-se a cada momento com novas realidades e situações que o obrigam a adaptar-se aos ritmos impostos pelas deferentes e quase sempre complexas mudanças. Ainda que as sociedades contemporâneas avancem, assistimos a múltiplas resistências potenciadas por crenças muitas vezes arreigadas em tabus que, quase sempre, dificultam o evoluir e a aceitação da diversidade. De entre as resistências à mudança destaca-se aquela que se prende com o comportamento sexual, bem como a aceitação da diversidade sexual, tida como de foro privado e individual mas que alimenta acesos debates na sociedade, provocando cisões e atritos.

Poucas são as problemáticas sociais que congregam tantos e tão acérrimos defensores quer a favor quer contra a aceitação do comportamento tido como diferente. O próprio desenvolvimento histórico, político e social das sociedades ocidentais demonstra que os ensejos de normativizar e regulamentar a vida sexual de cada um, tentando catalogar comportamentos, é uma realidade que não é de hoje, mas constitui um movimento diacrónico que se perpétua ao longo dos séculos. Apesar de hoje em dia a propaganda abertura face à(s) sexualidade(s) influenciar a ideia de que somos livres, logo podemos vivenciar as nossas experiências do modo como nos convier, não deixa de ser paradigmática a intolerância que se demonstra face à construção de um *self* que não se enquadre nos quadros de referência ditados pelo colectivo.

Foi cientes desta realidade que encetámos a elaboração do nosso estudo, procurando abordar a sexualidade dos jovens à luz dos pressupostos da corrente construcionista, pois pareceu-nos ser esta aquela que mais profundamente aborda o contributo do contexto sócio-cultural, histórico e económico onde cada um se insere para uma abordagem mais libertadora e respeitadora da diversidade.

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes, em que na primeira abordamos alguns contributos teóricos de modo a reflectirmos sobre a sexualidade, e na segunda parte fazemos a apresentação, análise e discussão do estudo empírico.

Na primeira parte fazemos uma introdução à temática procurando reflectir nos motivos que nos incentivaram ao aprofundamento deste tema. Dentre as motivações que nos influenciaram destacamos as de carácter científico porque entendemos pertinente clarificar e até desmistificar determinados pressupostos acerca da sexualidade que são assentes em preconceitos e estereótipos. Destacamos também as motivações sociais pois entendemos a sexualidade como temática que a todos diz respeito, influenciando atitudes e comportamentos quotidianos. Por último, fazemos referência às motivações de carácter pessoal que partem do facto de termos iniciado a abordagem a esta temática na monografia tendente à conclusão de licenciatura.

Assim, esta primeira parte está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo abordamos a sexualidade partindo da operacionalização do conceito, enquadrando a sua evolução à luz das condicionantes históricas, culturais e religiosas.

No segundo capítulo fazemos referência à sexualidade, perspectivando-a à luz da corrente construcionista social, onde destacamos o género, o interaccionismo simbólico e a teoria dos *scripts* sexuais. Abordamos, ainda dentro deste capítulo, a sexualidade e o planeamento familiar, a sexualidade e a contracepção, a sexualidade e as infecções e doenças sexualmente transmissíveis e a sexualidade e as fontes de informação.

A segunda parte do trabalho refere-se ao estudo empírico e encontra-se dividida em dois capítulos. Assim, no primeiro, apresentamos e justificamos a metodologia utilizada, nomeadamente, os objectivos traçados, qual o método e o instrumento utilizados e os procedimentos seguidos, bem como a sua justificação.

No segundo capítulo desta parte apresentamos os resultados por nós obtidos, encetando a análise e discussão dos mesmos. Terminamos o capítulo fazendo, em jeito de conclusão, uma reflexão sobre o estudo realizado, procurando sintetizar os principais resultados, explanando as principais limitações do estudo, ao mesmo tempo que assinalamos pontos possíveis face a uma investigação futura.

CAPITULO I – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA SEXUALIDADE

1.1 Introdução

A temática central à volta da qual gira a nossa investigação é a sexualidade, particularmente a visão que os jovens têm acerca da vivência sexual nas suas diferentes envolvências, nomeadamente: contraceção, IST's e DST's, e, acima de tudo, o despertar e a construção duma identidade sexual. A sexualidade pode ser entendida num vasto campo de saberes onde se confrontam pressupostos teóricos relativos à psicologia, à medicina, à sociologia, à biologia, à psicanálise, aos valores histórico-culturais, entre outros. Tendo noção de que só poderíamos avançar na elaboração do estudo após conceptualizarmos o conceito, iniciamos a nossa pesquisa procurando defini-lo à luz das diferentes abordagens que o enformam, nomeadamente a sua envolvência histórica, traçando, ainda que de forma não exaustiva, diversos aspectos de carácter religioso e cultural.

1.2 Operacionalização do conceito

Para se poder falar acerca de sexualidade torna-se necessário operacionalizar os principais conceitos a ela subjacentes. A perspectiva mais tradicional acerca da sexualidade apresenta-a associada à mera reprodução. Há como que a total negação de toda e qualquer outra finalidade, apresentando-se o erotismo e o prazer como associações negativas da sexualidade. Esta perspectiva dá uma visão instrumental, porque imbuída de um carácter meramente prático, da sexualidade.

A partir do fim do séc. XIX e durante todo o séc. XX, a sexualidade começou a ser entendida à luz das diferentes ciências, nomeadamente a psicanálise e a antropologia e com isso adquiriu nova componente de carácter positivo, que a associa ao próprio desenvolvimento humano. Em suma, a sexualidade passou a ser considerada como uma parte integrante da vida dos indivíduos, favorecendo o equilíbrio psico-emocional e relacional (Pereira, 1993).

Para lá destas perspectivas, surgem ainda os novos movimentos percursores da liberdade de escolha, do direito à auto-determinação, entre outros, que entendem a sexualidade como um acto de liberdade, surgindo esta associada a causas como sejam a despenalização do aborto, que no caso português pode ser realizado em entidades de saúde públicas e privadas até às dez semanas por opção da mulher (Lei n.º 16/2007), o uso de contraceptivos e o direito à igualdade entre sexos.

Mas, afinal, o que é a sexualidade? O Dicionário de Psicologia define sexualidade como “(...) capacidade de comportamento ou de ter relações sexuais; característica de ser atraente, do ponto de vista sexual; tendência de uma preocupação excessiva com o sexo” (p.524). A referida definição afigura-se-nos bastante limitada na sua abrangência porque não especifica os diferentes campos onde se pode inserir, observar, avaliar e analisar a sexualidade.

A Enciclopédia de Psicologia, por seu turno, define sexualidade como: “(...) conjunto de realidades que compõem e definem o comportamento sexual. Reconhecem-se três dimensões básicas: a) biológica (programa genético, sistema hormonal, órgãos genitais e sistema nervoso); b) psicossocial (atitudes, cognições, comportamentos, pensamentos), e c) clínica (disfunções sexuais, parafilias, perturbações da identidade sexual)” (Enciclopédia de Psicologia, 1999, p.178).

A Organização Mundial da Saúde (1996) apresenta a sexualidade como sendo:

(...) uma energia que nos motiva a procurar o amor, contacto, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual, ela influencia também a nossa saúde física e mental (cit. *in* Vaz, 2003, p.18).

Perspectivando a sexualidade como um importante instrumento relacional, pode-se afirmar que o seu constructo assenta na base de três pilares essenciais: “(...) o potencial biológico, o processo de socialização e a capacidade psico-emocional” (Gherpelli, n.d., p. 62.). Na óptica desta autora, é na gestão dos conflitos que resultam da dinâmica entre estes três pilares que se vive a sexualidade, ou seja, as necessidades fisiológicas básicas

têm de se sujeitar às regras e normas vigentes da cultura e sociedade onde o indivíduo se insere.

Segundo Sprinthall e Collins (1994), “(...) a sexualidade engloba as emoções, os comportamentos e as atitudes que estão associadas não apenas ao ser capaz de procriar, mas também aos padrões sociais e pessoais que acompanham as relações físicas íntimas, durante a vida do indivíduo” (p.405). Desta breve definição de Sprinthall e Collins ressalta que a sexualidade acompanha o indivíduo no seu crescimento. Contudo, na infância, a sexualidade não se manifesta como acto de prazer, mas sim como meio de auto-conhecimento.

A sexualidade é, pois, uma função vital do ser humano, oferecendo a possibilidade de satisfação de uma finalidade biológica, a função reprodutora, no sentido de continuidade da espécie, mas vai mais além dessa estrita necessidade, afectando indelevelmente todas as facetas da vida do ser humano, percorrendo toda a sua existência.

A estabilidade emocional e, conseqüentemente, social dos indivíduos assenta, em grande medida, na realização plena da afectividade e da sexualidade que são esteio firme do equilíbrio individual ou, como refere Giddens (1995), “(...) a sexualidade funciona como um elemento maleável do *self*, um ponto de ligação essencial entre corpo, auto-identidade e normas sociais” (p.11).

A sexualidade humana é, assim repositório da sobrevivência da espécie, mas é também uma panóplia de sentimentos muitas vezes confusos e contraditórios, como sejam a paixão, a raiva, o ódio, a ternura, o ciúme, a tristeza, a felicidade, uma amálgama de emoções que permitem, muitas vezes simultaneamente, o riso mais claro e o choro mais profundo.

Weeks (1985) define a sexualidade como possuidora de um *status* instável e complicado que tanto pode ser fonte de dor como do maior prazer, tanto fonte de ansiedade como de afirmação, tanto fonte de crise de identidade como de estabilidade do eu. Em suma, a sexualidade apresenta-se como fonte de sentimentos paradoxais que ora enlevam o indivíduo ora o afundam no mais profundo dos abismos.

O que distingue a sexualidade humana da sexualidade doutros seres é o facto dela ser livre no sentido de que o ser humano, apesar dos diferentes constrangimentos, continua a ter liberdade de escolha, quer do momento quer do parceiro com quem a quer viver. Apesar dos constrangimentos ditados pela normatividade moral e social, nas sociedades ocidentais assiste-se a uma evolução dos costumes e da aceitação da diferença. Todavia, apesar desta evolução, a sexualidade para ser vivida em plena liberdade ainda necessita percorrer um longo caminho, fruto das barreiras socialmente ainda impostas.

Vaz (2003) refere que a liberdade sexual encontra-se de tal modo disseminada que nem a ausência do amor ou de afectividade dificulta a plena vivência da sexualidade, pois ela pode ser vivida como um acto mecânico, orgânico de procura de prazer sem peias de qualquer espécie. Por outro lado, a liberdade sexual feminina encontra-se actualmente exponenciada pelos fluxos migratórios em direcção às cidades e ao estilo de vida urbano, pela crescente escolarização, pela independência económica, pela generalização e até banalização dos métodos contraceptivos, o que não quer dizer que apesar destes serem de fácil acesso, sejam de uso generalizado. Tudo isto conjugado permite que se afirme que há uma feminização do desejo sexual pois são cada vez mais as mulheres a marcar o ritmo e os padrões do comportamento sexual (Fisher, 2001).

É na adolescência que as práticas sexuais se tornam o pólo mais visível do ser sexual que caracteriza o ser humano (Braconnier & Marcelli, 1998). É geralmente nesta fase que acontecem as primeiras experiências sexuais e amorosas, por regra pouco duradoiras, mas que levam, não raras vezes, à experimentação sexual. Todavia, esta experimentação sexual envolve uma série de comportamentos, muitas vezes não programados, mas que são acompanhados por elevados graus de expectativas e por uma sensação de desafio, comuns a todas as coisas não vivenciadas mas desejadas (Frade et al., 2001).

Nodin (2001) refere que é ao longo da adolescência “(...) que o indivíduo faz a descoberta de si próprio e do outro enquanto objecto de desejo sexual” (p. 33), ou seja, à medida que se vai ganhando maturidade física e psicológica, floresce o desejo, a

vontade de explorar o corpo e a necessidade de se partilharem afectos, emoções e sentimentos, que até aí não eram possíveis.

1.3 Evolução histórica do conceito

A sexualidade, apesar de nos últimos anos ter sido e continuar a ser alvo constante de estudos, não se encontra, como qualquer outro fenómeno, definitivamente explicitada. A exposição mediática do tema e a explanação exaustiva do mesmo faz com que se incorra no erro de se pensar ou até idealizar uma única forma de viver a sexualidade, ou seja, que esta assenta num modelo estruturado ao qual os indivíduos se devem adaptar (Gherpelli, n.d.).

O termo “sexualidade”, segundo Foucault (cit. *in* Giddens, 1995), surgiu pela primeira vez no séc. XIX, sendo que até essa altura era utilizado como termo técnico no campo da biologia e da zoologia. Se se olhar a evolução histórica do modo como a sexualidade foi entendida e vivenciada ao longo dos tempos, nota-se que houve povos que a entenderam como expressão livre do desejo humano, mas houve outros que a espartilharam entre peias assentes em tabus e preconceitos.

Na civilização Grega, por exemplo, a sexualidade era entendida de um modo livre, havendo aceitação plena de comportamentos sexuais fora dos cânones padronizados, ocorrendo até a aceitação explícita da homossexualidade como rito iniciático (Vaz, 2003), ou, como refere King (1994), a cultura Grega Clássica via a actividade homossexual masculina como um acto normal desde que mantida dentro de parâmetros sociais claramente definidos. O relacionamento homossexual deveria ser mantido, idealmente, entre um jovem ainda sem barba e um mentor mais velho.

A relação sexual entre um adulto e um jovem de tenra idade, ou seja a chamada pederastia (que nos dias de hoje seria entendida como pedofilia) era vista como constituindo uma prática iniciática em que o homem mais velho, possuidor de poder e de conhecimento, transmite a sua sabedoria e introduz o jovem nos meandros da república, a troco do prazer consentido e proporcionado pelo jovem (Vaz, 2003).

A lei Grega estabelece critérios bem definidos do que era uma prática sexual socialmente bem aceite, sendo que as pinturas que chegaram aos dias de hoje demonstram que o papel passivo e activo na relação homossexual estava bem determinado, não podendo haver por parte do passivo – jovem - qualquer erecção ou pronuncio de prazer (King, 1994). A homossexualidade iniciática não tinha tanto a ver com a falta ou dependência de outro sexo, mas a sua justificação assentava na “(...) necessidade de demarcar uma separação absoluta entre masculinidade e feminilidade (...)” (Santos, 1987).

É também na civilização Grega que surge o termo lesbianismo, associado à prática sexual entre duas mulheres, a partir da existência de *Safo* que habitava a lendária ilha de *Lesbos*, onde mulheres disfrutavam do prazer que se autoproporcionavam. Todavia, apesar da homossexualidade ser bem aceite no quadro de transmissão de saber, já o lesbianismo não deixou de ser catalogado de prática escandalosa (Costa, 2003).

“O sexo, para os gregos, era mais um actor num dos seus famosos coros teatrais, comentando ou prevendo a vida à boca de cena, mas jamais lhe disputando o protagonismo” (Vaz, 2003, p. 21).

Se com os gregos o sexo e a sexualidade revestiam-se de um carácter instrumental, quer como rito de passagem, quer como entrada nos meandros do poder, sendo acima de tudo o modo como se acedia ao prazer, com os romanos a pederastia grega não era aceite. Os Romanos não aceitavam a pederastia grega não porque se opusessem à plena satisfação sexual, mas porque não aceitavam a partilha de prazer com alguém que não fosse seu par na escala social, facto impossível de ocorrer com o jovem escravo. Como refere Vaz (2003), o desejo masculino era incentivado e plenamente aceite, encontrando somente entraves na cidadania do parceiro.

Na cultura romana, as manifestações viris da sexualidade masculina eram amplamente aceites pois as meretrizes possuíam um estatuto bem elevado na hierarquia social. Contudo, será já no final do Império Romano que se começam a dar as primeiras manifestações de cultura de pudor, em contraponto a uma cultura hedonista e de sexualidade (Costa, 2003).

Em contrapartida, com o advento do Cristianismo e dos primeiros Cristãos Novos, a sexualidade passou a ser encarada como algo nefasto, pecaminoso, que só adquiria sentido como forma de procriação. O relacionamento sexual era expressamente proibido numa diversidade de situações quotidianas, como por exemplo quando a mulher estava menstruada, até quarenta dias após o nascimento dos filhos, enquanto dava de amamentar, durante a gravidez, entre outras (Greenberg, Bruess & Muller, 1992).

A acção da Igreja teve, como sabemos, um papel preponderante durante toda a Idade Média no modo como se vivia a sexualidade, incentivando a castidade e o celibato, impondo estritas normas de conduta moral e social (Costa, 2003). A ideia da procura de um "Eu" é posta completamente de parte, o *self* deverá subjugar-se, ou melhor dizendo aniquilar-se, face à conduta social e moral (Giddens, 1995).

Os castigos auto-infligidos que determinadas pessoas praticavam mais não eram de que o modo como tinham de provar a sua lealdade a Deus e expiarem os seus pecados (Greenberg, et al., 1992). Segundo estes autores, havia a crença de que sentimentos fortes como eram a luxúria e a paixão provinham de espíritos malignos, onde as mulheres tinham papel determinante, sendo muitas vezes vistas como bruxas ou agentes do diabo, incorrendo, desta forma, em torturas atrozes e morte na fogueira.

Será apenas durante a segunda metade do séc. XVIII que se iniciam subtis mudanças na população. Surgem determinados "segredos", nomeadamente os "chás abortivos" e o "coito interrompido", que evitam a procriação, limitando o número de filhos, ou seja, põem em causa um dos fins últimos do matrimónio, abalando, deste modo, o alicerce do edifício familiar. O comportamento sexual espontâneo deixa de ser inibido, ainda que discretamente as pessoas tomem nas suas mãos a condução das suas vidas (Costa, 2003).

Apesar desta aparente maior abertura à sexualidade, ou ao desejo sexual espontâneo não espartilhado, contrapõem-se as atitudes altamente negativas face à homossexualidade, havendo durante este século um exponenciar de sentimentos homofóbicos. Acresce

ainda a crença de que a actividade sexual contínua ou excessiva era prejudicial à saúde, provocando debilidade física com graves consequências (Greenberg et al., 1992).

O séc. XIX, por seu lado, não trouxe grandes alterações a este panorama, ocorrendo até em certas sociedades como a Inglesa, um aumento de repressão da liberdade sexual, sendo o reinado da Rainha Vitória bastante repressivo no tocante às matérias relativas aos costumes e liberdades individuais. Neste reinado, a ideia vigente era de que os homens possuíam um desejo sexual natural e espontâneo, mas às mulheres toda e qualquer manifestação desse carácter estava vedado. De igual modo perpassava a ideia de que as crianças não possuíam, de todo, qualquer desejo ou sentimento de ordem sexual, sendo apresentadas como verdadeiramente assexuadas (Greenberg et al., 1992).

Apesar de toda esta repressão e sentimentos negativos acerca da sexualidade, será durante o séc. XIX e início do séc. XX que se começam a elaborar tratados científicos acerca da sexualidade e dos comportamentos ditos “não normais”, nomeadamente a homossexualidade e a sodomia que, segundo Giddens (1995), não visaram a sua eliminação, apesar de serem apresentados como perniciosos e aberrações, mas permitiram uma categorização, uma classificação de conduta individual. Assim, o homossexual seria:

(...) uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um carácter, uma forma de vida. Nada daquilo que ele é escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular (Foucault, 1980, p. 43, cit. *in* Ciniro, 2007, p. 81).

Almeida (2003), afirma que Foucault apresentou a homossexualidade como uma construção moderna, pois os actos sexuais anteriormente praticados entre elementos do mesmo sexo não eram catalogados ou sujeitos a uma categorização de identificação. Para este autor “A noção do homossexual como um tipo identificável de pessoa emerge na segunda metade do século XIX, definido fundamentalmente em termos daqueles mesmos actos sexuais. Passava-se assim do sodomita como aberração temporária para o homossexual como uma espécie” (p. 71).

Para Giddens (1995), o séc. XIX foi profícuo no desenvolvimento dos conhecimentos relativos à sexualidade, mormente a sexualidade feminina que tão logo foi reconhecida, imediatamente foi reprimida. De igual modo se processaram os conhecimentos relativos à sexualidade infantil, mas não se avançou neste campo porque se entendia o desejo infantil com um fenómeno contra-natura.

Será com a evolução científica, mais especificamente médica, no que concerne à contracepção, que a sexualidade desprovida de um contexto procriativo, irá ganhar ânimo e encetar uma verdadeira revolução sexual ao longo do séc. XX.

Se no fim do séc. XIX e durante todo o séc. XX as preocupações em estudar de uma forma científica a sexualidade foram aumentando, existem poucas dúvidas que terá sido a partir do aparecimento dos contraceptivos químicos que a separação entre sexualidade e reprodução se tornou realmente efectiva” (Ricou, 2003, p. 50).

Segundo Castro (1974), será nos primórdios do séc. XX que a palavra sexualidade adquire verdadeira dimensão, devido ao facto de a partir dessa altura o fenómeno sexual passar a ser entendido como algo que ocorre desde o início da vida de cada um e não a partir de um momento específico da vida humana – a puberdade.

A ideia vigente que perpassa nos discursos acerca da sexualidade é a de que a verdadeira revolução sexual aconteceu na década de 60 com a revolução cultural que implodiu um pouco por todos os países ditos evoluídos do Ocidente. Todavia, deve-se situar os avanços ao nível da sexualidade ao mesmo nível dos avanços no campo das ciências médicas, nomeadamente com o aparecimento do primeiro preservativo de borracha vulcanizada nos finais do séc. XIX (1876), com os movimentos de libertação feminina na América do Norte ou, como referem Greenberg et al. (1992),

Estudos realizados entre 1920 e 1945 parecem indicar que o grande aumento nas taxas de relações sexuais pré-maritais ocorrem nos inícios de 1900 (Bell, 1966). Isto quer dizer que a chamada revolução sexual começou cedo neste século e não em anos mais recentes (p. 22).¹

¹ Tradução livre.

Os próprios estudos encetados por Freud e por Kinsey colocaram a sexualidade a ser discutida fora dos meios científicos e académicos. Todavia, isto não quer dizer que a partir daí e até aos dias de hoje falar de sexo ou desejo sexual seja tópico de conversação diária e aberta.

Leonardo & Lancaster (1997) referem que nas últimas décadas do séc. XX nos países de influência anglo-saxónica, especialmente na América do Norte, ocorreram movimentos políticos e intelectuais que favoreceram a implosão social conducente a uma revolução sexual. Na perspectiva destes autores, a década de 60 apresentou-se como campo profícuo de movimentações políticas e sócio-culturais que permitiram a emergência e evolução de um novo quadro de entendimento acerca da sexualidade, nomeadamente com o surgimento dos movimentos feministas, de libertação *gay*, de luta pelos direitos civis, de etnias e das minorias.

A ambiência vivida nas décadas de 60/70 permitiu a alteração da percepção que quer homens, quer mulheres tinham acerca de si próprios, do seu corpo, mas acima de tudo do seu comportamento e liberdade sexual. A partir destas décadas de turbulência social, nada permaneceu como dantes, o *status quo* social foi interrompido e a escalada face à aceitação da diversidade e da vivência sexual, ao ritmo e modo de cada um, conheceu uma exponenciação sem paralelo, que desembocou no modelo actual.

Actualmente, a duplicidade de padrões sexuais masculino/feminino tende a esbater-se, as mulheres iniciam a sua vida sexual e/ou experiência sexual cada vez mais precocemente. São já muitas as mulheres que têm diversos parceiros sexuais antes do casamento, sendo também muitas aquelas que se dedicam a experiências sexuais diferentes dentro do matrimónio (Fisher, 2001). A busca do prazer deixou de ser apanágio e privilégio do sexo masculino e a mulher procura cada vez mais o seu próprio prazer no contacto sexual.

1.4. Influência da Religião e da Cultura na vivência da Sexualidade

É impossível dissociar o estudo acerca da sexualidade sem referenciar a religião e a cultura, pois ambas marcam indelevelmente o modo como a sua vivência se processa. Espírito Santo (1987) afirma que há uma relação de tal modo estreita entre sexualidade e religião que ambas partilham a mesma terminologia linguística, quer uma quer outra podem manifestar-se através de um metabolismo psicofisiológico comum, o êxtase. Apesar disso, ainda segundo o autor “(...) Sexualidade e Religião são no entanto conflituosas e exclusivas: uma dispensa a outra. Quem vive intensamente a experiência religiosa dispensa a sexualidade e vice-versa” (p. 14).

Podemos questionar esta abordagem no sentido de que o autor fala em dispensar a vivência da sexualidade, mas em nossa opinião a sexualidade que está implícita na frase é a vivida entre um homem e uma mulher, ao religioso sobram ainda várias formas de explanar a sua sexualidade.

A religião católica, nascida no seio do Cristianismo, é aquela que mais procura e incentiva a exclusividade, pois enquanto que para os pastores anglicanos o casamento não é interdito, aos padres no catolicismo este é proibido. Mais, a própria sexualidade ou conceito de prazer sexual são entendidos de forma diversa dentro da religião cristã. Os católicos mantêm-se fiéis à tradição judaico-cristã que preconiza que o sexo fora do casamento e, mais concretamente destituído do propósito da criação, é pecado (Almeida, 2003), mas para os protestantes há maior tolerância.

“Até hoje a moral religiosa encara a sexualidade como um “mal necessário”, somente legitimado porque se destina à geração de filhos (“crescei e multiplicai-vos”), isto é, à procriação” (Ramadam & Abdo, 2000, p. 13).

De referir que o papel que a religião teve nas sociedades ocidentais cristianizadas veio perdendo poder face à vivência da sexualidade, ou seja, neste início de um novo século quando a moral religiosa não conseguiu fazer a adaptação às novas formas de encarar a sexualidade perdeu influência nos ditames sociais e normativos das sociedades actuais,

onde a sexualidade passou a ser experienciada na esfera privada e individual de cada um (Pacheco, 2003).

Cada indivíduo faz uma adequação das normas religiosas à sua conduta, ou seja, não são os imperativos religiosos a balizarem os comportamentos individuais mas sim o inverso. Pacheco (2003) refere, contudo, que não pode haver linearidade na análise da influência da religião nos comportamentos sexuais dos indivíduos, porque deverão ser tidas em conta determinadas premissas que balizam essa análise, nomeadamente a premissa de que a religião nasce num determinado contexto social e cultural, adoptando, por isso, as normas vigentes dessa sociedade e cultura, quando não adopta cria novas normas mas contextualiza-as segundo a envolvência social. A religião é produto de influências diversas como seja a filosófica, histórica e até de práticas religiosas anteriores. Não deve ser entendida como uma verdade absoluta porque dentro do mesmo credo há diversidade de práticas e interpretações (o autor aponta o caso da religião católica que é vivida de modo diferente na Europa e na América Latina).

Apesar do papel da Igreja Católica, no decorrer dos tempos, ter sido preponderante na formação de opiniões e no controlo dos comportamentos e atitudes individuais (Pereira, 1993), na sociedade portuguesa essa influência modelou profundamente o próprio comportamento sexual dos cidadãos, o sexo pré-marital, a contraceção e o divórcio são mal vistos e aceites pela hierarquia religiosa católica.

Com a Revolução de 1974, não só chegou à sociedade Portuguesa a liberdade, mas veio também a escolarização em massa, o progressivo limitar da influência da igreja nos assuntos da sociedade e do Estado e com isto a formação de uma corrente de opinião mais liberal e menos espartilhada por pré-conceitos e tabus. Esta abertura da sociedade portuguesa plasmou-se na crescente problematização de questões subjacentes à sexualidade, nomeadamente o controlo da natalidade e a despenalização do aborto, ainda que com carácter excepcional (Pereira, 1993).

Actualmente, apesar da população portuguesa ser maioritariamente católica, Menéndez (2007) afirma que 81% dos portugueses se declaram católicos, os casais usam os anti-concepcionais como um direito à auto-determinação sexual, mas isto não quer dizer que

entrem em atrito com os valores que professam no catolicismo, ainda que este proíba as práticas de controlo de natalidade. Aparentemente, há como que uma incoerência mas é de certa forma o modo como as pessoas conseguem evitar ingerências da religião na esfera da sua vida privada (Pacheco, 2003). Este facto deita por terra um dos axiomas da Igreja, já descrito anteriormente por Foucault (cit. *in* Giddens, 1995) que dizia respeito ao controlo exercido pela Igreja aos seus fiéis através da confissão onde o crente “deveria” acusar os seus devaneios, pensamentos e práticas sexuais. O crente, através da confissão, era aconselhado naquilo que deveria ou não fazer para aceder ao reino dos céus e as más práticas sexuais, todas as que não prosseguissem a procriação, eram desaconselhadas.

Será até pertinente questionar, no actual quadro político e sócio-cultural português, o peso e influência da religião católica, pois apesar das pessoas afirmarem professar esta religião, quando chamadas a decidir sobre assuntos da vida privada de cada um, nomeadamente a interrupção voluntária da gravidez, a maioria opta por se posicionar de modo desfavorável aos princípios da religião que advoga que o aborto deva ser proibido. Estamos perante o paradoxo que Menéndez (2007) faz referência em que os portugueses se afirmam católicos, mas com um baixo grau de religiosidade.

Numa análise antropológica do papel da cultura na regulação dos papéis masculino e feminino, é possível afirmar que a diferenciação cultural acerca destes papéis ultrapassa o mero campo da definição homem e mulher e alcança um forte determinismo cultural no próprio campo da sexualidade (Almeida, 2003). A construção da identidade sexual e, mais propriamente, o modo como a sexualidade se constrói e é vivida, acarreta um processo assaz complexo que envolve, a par dos aspectos individuais, aspectos sociais, psíquicos e culturais que estão imbuídos de historicidade e representam atitudes, comportamentos, determinadas práticas e simbolizações, que emanam do contexto em que cada indivíduo se move.

A interpretação cultural, abarcando todas as formas de expressão das diferenças, toda a diversidade e peculiaridades de uma determinada sociedade, permite avaliar e analisar a sexualidade não como uma propriedade individual, como algo isolado, mas como um constructo resultante do momento histórico em que é vivida (Ressel & Gualda, 2003). A

cultura tem, por isso, um papel muito importante na compreensão da diversidade e dos diferentes padrões sexuais, bem como na própria leitura dos aspectos considerados de cariz sexual.

Neste contexto, não se devem escamotear os aspectos culturais ao falar-se sobre sexualidade, pois esta deverá sempre ser entendida à luz da ambiência cultural em que se reproduz. Como referem Greenberg et al. (1992), o próprio conceito de nudez é relativo e deve ser entendido como expressão cultural, porque enquanto para os nativos das Ilhas Havaianas os peitos femininos desnudados não são estimulantes sexualmente, para outros povos ocidentais essa parte anatómica das mulheres é altamente valorizada no conceito do erotismo.

Os autores chamam ainda a atenção para o facto das diferentes culturas serem pólos dinamizadores ou repressores da sexualidade, senão atente-se em alguns povos da Polinésia que preconizam que a actividade e o prazer sexual devem ser entendidos como manifestações naturais, devem constituir matéria de aturada preocupação e discussão, sendo os mais jovens iniciados muito precocemente na busca dos prazeres sexuais.

Como contraponto desta realidade cultural, Greenberg et al. (1992) apresentam os habitantes da ilha irlandesa Inis Beag que rejeitam o próprio acto de amamentar porque passível de criar demasiada familiaridade. Além de desencorajarem o aleitamento, estes povos vêem a nudez como “nojenta”, o sexo pré-marital é pecado grave, o banho deve ser o mais privado possível e é entendido como forma de limpar as impurezas, entre outras particularidades.

A partir deste dois exemplos podemos afirmar que a herança cultural enforma de modo indelével o modo como cada indivíduo sente, vive e manifesta a sua sexualidade, ou seja, a cultura condiciona o reagir individual, uniformizando-o segundo os padrões vigentes e maioritariamente aceites pelo todo comunitário.

Os estudos de Malinowski (1927/29) e de Margaret Mead (1928/35) (cit. *in* Alferes, 2002) foram dos primeiros a sublinhar a importância dos aspectos culturais na construção da própria identidade sexual que resulta dos processos de socialização e é

fruto do desenvolvimento sexual via interiorização dos padrões sócio-culturais. Estes antropólogos foram pioneiros ao atribuir importância à periodização cultural, nomeadamente às diferentes etapas que acompanham a evolução de um indivíduo desde que nasce até que morre, nomeadamente os ritos de passagem e o ritos de iniciação. São estas rupturas simbólicas que irão modelar a personalidade do indivíduo e permitir a sua adequação ou desajustamento aos padrões sociais.

Todavia, apesar da importância intrínseca da cultura na vivência da sexualidade, é necessário referir que nas sociedades ocidentais contemporâneas há cada vez mais o primado não do colectivo mas do individual “(...) a importância crescente das experiências individuais e a abertura a práticas sociais “minoritárias” tendem a invalidar qualquer tentativa de delimitação *a priori* da esfera sexual” (Alferes, 2002, p. 105).

Vilar (2003), por seu turno, afirma que a sexualidade já não pertence ao terreno privilegiado do controlo social, tal como tinha sido descrito por Foucault, mas pertence agora ao terreno da construção individual onde impera a diversidade.

Ricou (2003) vem de certo modo afinar-se pelo mesmo diapasão que Alferes e Vilar porque apresenta como valores essenciais das sociedades ocidentais contemporâneas a cultura da autonomia e a procura incessante do individualismo, assente na base do hedonismo em que o bem e o mal só têm sentido entendidos como o bem e o mal que o próprio indivíduo propicia a si próprio num curto prazo.

Por tudo isto, não é possível estudar a sexualidade sem enquadrá-la histórica e culturalmente, pois não é necessário recuar muitas décadas para se encontrar diversidade nas atitudes sexuais. Tomemos por exemplo as gerações pais/filhos e vemos que há diferenças ao nível dos comportamentos sexuais entre ambos, porque apesar de inseridos na mesma sociedade, o seu desenvolvimento e maturação deram-se em momentos culturais e históricos distintos que propiciam a adopção de comportamentos sexuais também eles distintos (Greenberg et al., 1992).

A aparente individualização da vivência sexual em que cada um procura vivê-la a seu modo, faz com que haja uma reprodução dos padrões culturais pois os actuais, ainda

que não de modo explícito, advogam essa mesma procura da individualidade, ou seja, voltamos a reproduzir os padrões sociais e culturais que estão em vigor, mesmo que na inconsciência desse facto.

CAPITULO II – O CONSTRUCIONISMO SOCIAL E O PAPEL DOS *SCRIPS* NA REGULAÇÃO DA SEXUALIDADE

2.4 Introdução

Encetamos este capítulo tentando traçar uma abordagem epistemológica e teórica acerca da sexualidade, razão pela qual optámos pela teoria dos *scripts* e do construcionismo social. A nossa opção prendeu-se com o facto de, à medida que fomos explanando o conceito, apercebemo-nos que socialmente fomos evoluindo das sociedades ditas tradicionais para as sociedades actuais, movimento evolutivo que acompanhou o próprio conceito de sexualidade.

O modo como a sexualidade é construída e vivida está dependente de várias condicionantes propiciadas pela envolvente sócio-cultural e histórica, constituindo em suma, um produto do contexto em que o indivíduo se move.

Ao longo dos tempos, sexo, sexualidade, papéis, género e padrões normativos, foram objecto da dinâmica da mudança, mudança inexorável que altera a paisagem social e individual onde cada um se movimenta.

(...) a sexualidade está longe de ser quantificada em formas, volumes, números ou posições copulatórias; mais que tudo, liga-se a imagens, reminiscências, associações, interdições, enfim, constructos mentais de alta complexidade, conectadas indefinidamente a símbolos actuais e pretéritos, desde os primeiros dias de vida do sujeito (Ramadam & Abdo, 2000, p. 19).

Em nossa opinião nenhuma abordagem à sexualidade ficaria completa se não mencionássemos as principais problemáticas que a ela se associam, nomeadamente o planeamento familiar, a contracepção, as infecções e doenças sexualmente transmissíveis e as fontes privilegiadas de informação.

2.5 Abordagem epistemológica e teórica da sexualidade

2.5.1 O género

Com o advento do séc. XX, mais concretamente a partir dos finais do século XIX, ocorreu uma crescente problematização da sexualidade, no princípio com carácter higienista de controlo de más práticas, mas progressivamente deu origem à visibilidade de diferentes identidades sexuais.

Este movimento progressivo da ciência sexual veio demonstrar que a problemática da sexualidade envolvia questões que se relacionavam “(...) com as relações de poder de género, classe (...)” (Adelman, 2000, p. 166), ou seja, a vivência da sexualidade não poderia ser entendida de um modo linear, mas envolvia todo um conjunto de factores fornecidos pelos contextos sociais.

Numa primeira análise, ao falarmos acerca da sexualidade somos, ainda que de modo inconsciente, tentados a diferenciar a vivência e experiênciãção sexual à luz da tradicional divisão do género, ou seja, os papéis masculino e feminino ressaltam e apoderam-se dos discursos acerca do modo como o ser sexual deve ser vivido e entendido.

Será pertinente questionarmos: Fará sentido falar de um modo normal de vivenciar a sexualidade? Devemos falar em sexualidade ou sexualidades? Homens e mulheres vivem a sexualidade da mesma maneira? Haverá uma maneira masculina e outra feminina para se ser sexual? Se sim quais os padrões pelos quais se avalia essa diferenciação?

Tentando perspectivar de um modo coerente e abrangente a diferenciação do género somos levamos a referir que os traços distintivos naturais do género não são mais do que a paleta onde se constrói e organiza a atribuição de papéis. Atribuição essa sustentada por uma organização que reflecte a produção sócio-cultural e apresenta os indivíduos como produto e produtores da dinâmica social, “O Homem, produtor de um mundo, é apreendido como produto deste e a actividade humana como um epifenómeno de processos não humanos” (Berger & Luckmann, 1999, p. 99). Almeida (2003) faz-nos

ver que é ainda difícil não sermos levados a nomear a raiz do género à luz das diferenças de corpo e de sexo.

Contudo, Amâncio (1994) afirma que é através do processo de socialização dos papéis sexuais que se definem os papéis associados a cada um dos sexos, sendo que, deste modo, se faz a seriação das características de personalidade masculina e feminina. Na opinião da autora, o processo de socialização é feito sobretudo no seio da família, o que faz com que haja a reprodução do modelo vigente no quadro familiar.

Há, deste modo, uma certa perpetuação dos modelos familiares, por isso onde predominar o modelo masculino a reprodução dos papéis irá, tendencialmente, modelar-se segundo esses critérios.

“Ao longo da nossa vida, a maneira como os outros nos vêem e a maneira como nós próprios nos vemos baseiam-se, em larga medida, na classificação feita pela sociedade, de sermos mulher ou homem, ou seja, o género que nos é atribuído” (Feldman, 2001, p.363). Significa isto que o género reporta-nos para a classificação grupal que a sociedade atribui à diferenciação biológica dos sexos – masculino/feminino. Mais marcantes do que as diferenças assentes no biológico são as diferenças que as sociedades impõem a cada grupo (Homem/Mulher), atribuindo papéis específicos e determinando posições e expectativas baseadas nessa diferenciação. “(...) as diferenças encontradas reflectem as diferenças médias dos homens e das mulheres consideradas enquanto pertencentes a um *grupo*, não nos dizendo nada relativamente a um dado *indivíduo*, homem ou mulher” (Travis, 1992 & Deaux, 1995, cit. in Feldman, 2001, p.367).

Podemos então afirmar que os comportamentos sexuais dos homens e das mulheres obedecem a padrões socialmente impostos, quer pelo grupo de pertença, quer pela sociedade onde vivem. “O desenvolvimento da sexualidade envolve a aprendizagem de padrões de comportamento e de papéis que são esperados por parte dos dois sexos” (Sprinthall & Collins, 1994, p. 410). Estes autores apresentam investigações que evidenciam que o início das experiências sexuais obedece a aspectos distintos consoante o sexo, ou seja, “(...) os adolescentes, à semelhança dos adultos, desenvolvem as suas

experiências sexuais sob os constrangimentos impostos pelos papéis e expectativas sociais, que fazem parte do mundo em que vivemos” (Sprinthal & Collins, 1994, p. 411).

Todavia, existem vários estudos que foram produzidos na década de 70 acerca da sexualidade e da diferenciação do gênero, que vieram demonstrar existirem mais semelhanças entre os sexos do que dissemelhanças. “Homens e mulheres, rapazes e raparigas são mais parecidos que diferentes” (Nogueira, 2001, p. 182). Há uma diferenciação distintiva entre sexo e gênero que nos é dada pelo biológico e pelo social. Assim, quando nos referimos a sexo masculino/feminino nas nossas categorias mentais surgem os dados biológicos, ou seja, fazemos logo uma associação entre pênis masculino, e vagina feminino. “Usa-se o termo «sexo» para a classificação baseada na biologia humana (...) sendo expresso nos órgãos genitais (...)” (Gilberte, Hallette & Ellldidge, 1994, cit. *in* Nogueira, 2001, p. 9).

Quando o discurso engloba a palavra gênero masculino/feminino somos logo confrontados com uma diversidade de características que nos foram inculcadas familiarmente. Assim, ao gênero masculino associamos imediatamente todo um conjunto de categorias instrumentais, nomeadamente o uso da força, a apetência sexual, o domínio da autoridade, entre outras, enquanto que ao gênero feminino fazemos associar o domínio sensitivo e emocional, a fragilidade, sendo que este gênero é quase sempre apresentado como muito dependente ou como contraponto do masculino.

“O gênero, contrariamente ao sexo, refere-se a uma classificação que as sociedades *construíram* para exacerbar as diferenças entre homens e mulheres já que permite definir os significados sociais e culturais que são associados a cada categoria anatómica sexual (...)” (Denzin, 1995, cit. *in* Nogueira, 2001, p. 9).

Perspectivando o gênero no seio da teoria construcionista este é-nos apresentado não como algo inato que existe dentro de cada um de nós, mas resulta de todo um processo complexo de relações sociais que se tecem quotidianamente.²

² Nogueira, Neves e Barbosa (2005) como citado em Hare-Mustin & Marecek (1990a) apresentam o gênero como “(...) uma invenção das sociedades humanas, uma «peça de imaginação» com facetas múltiplas: construir adultos (homens e mulheres desde a infância), construir os «arranjos sociais»

2.2.2 O interaccionismo simbólico

Esta abordagem à diferenciação entre sexo e género permite-nos sugerir que na classificação do género encontramos muito da corrente interaccionista. Um dos principais pressupostos do interaccionismo simbólico é de que quer as acções individuais quer as colectivas são resultado das interacções que se estabelecem num determinado contexto social. O indivíduo quando age no quotidiano fá-lo movido por reacções às acções patrocinadas pelo outro, ou seja, “(...) as pessoas constroem as suas identidades e as dos outros através dos encontros diários em interacção social” (Burr, 1995 cit. *in* Nogueira, 2001, p. 58).

Como afirma Durkheim (1987, cit. *in* Ricou, 2003), cada indivíduo possui uma visão própria da realidade no sentido em que a percebe; todavia, essa perspectiva resulta das representações que lhe foram inculcadas socialmente. Na óptica deste autor, o facto social é sempre exterior e coercivo ao indivíduo havendo, contudo, a adopção de comportamentos e atitudes similares entre indivíduos propiciadas por um sentimento de identificação.

Berger e Luckmann (1999) adiantam que o quotidiano é uma realidade partilhada, em que o momento face a face é o mais importante e que todas as outras relações que se estabelecem à posteriori advêm desse primeiro momento. Quando interagimos com alguém no nosso dia a dia somos chamados a recorrer a todas as representações simbólicas que temos e que nos permitem assimilar aquele momento, porque como nos explica Parsons (1968),

Toda a conduta humana que é motivada e guiada pelas significações que o actor descobre no mundo exterior, das quais se apercebe e às quais responde (...) isto é, é interpretada a partir da percepção que este tem do meio ambiente, das diversas motivações que o levam a agir, do conjunto de valores que estão subjacentes a essa acção, dos distintos objectivos ou fins que prossegue e também das possíveis reacções à sua própria acção (p. 37).³

que sustêm as diferenças nas consciências de homens e mulheres (divisão das esferas da vida privada/pública, por exemplo) e a criação de significado, em resumo, criar as estruturas linguísticas que modelam e disciplinam a nossa imaginação” (p. 12).

³ Tradução livre

Na esteira do interaccionismo simbólico, o género assume a roupagem dos signos, sob a forma de etiquetagem, que lhe foram colocados, fazendo com que cada indivíduo entenda ou atribua inteligibilidade ao género mediante as características que lhe consegue ler. Assim, a identidade sexual extravasa o mero campo do coito com intuitos reprodutivos, tal como foi referido no capítulo I, e passa a ser explicitada num processo mais complexo onde interagem significações e representações individuais que se plasman no colectivo, ou seja, “(...) não há uma «sexualidade natural» nem uma forma de praticar a sexualidade mais natural do que outra; há só *construções sociais e históricas* da sexualidade, que implicam sempre determinados tipos de encontro com o *poder*” (Adelman, 2000, p. 164). O colectivo assume, deste modo, especial relevo na representação do *self*, pois a interacção individual resulta da própria interacção social, em que o todo define o individual, e este constrói o colectivo.

Práticas sexuais tidas como meros desvios à norma, como sodomias não plenamente aceites mas toleradas, porque vividas à margem, assumem nova catalogação e passam a ser vistas à luz de uma nova significação, nomeadamente a homossexualidade quer masculina quer feminina, que passou a ser vista como identidade sexual autónoma exponenciando o próprio conceito de liberdade sexual, abrindo espaço para a emergência e afirmação de identidades sexuais individuais, ainda que com vários constrangimento sociais e individuais.

Giddens (1995) afirma que o advento da homossexualidade acarretou consequências mais vastas que o mero campo individual, promovendo influências ao nível da sexualidade em geral. A minoria homossexual, a partir da década de 70, constituiu-se como grupo com identidade política autónoma, fazendo-se emergir duma subcultura minoritária isolada, desenvolvendo uma identidade colectiva que afinal era partilhada por elementos vários, perpassando diferentes estratos sociais (Adelman, 2000).

A discussão sobre a homossexualidade, o transsexualismo, a androgenia, o travestismo, entre outros, deixaram de ser objecto de discussão nos meios académicos ligados somente à medicina e vistos como patologias e passaram a ser discutidos como elementos de uma nova ordem sexual onde o individualismo e o desejo de cada um ditam uma nova lógica social. Todavia, esta abertura é meramente aparente, pois como

advogam vários autores (Giddens, 1995; Adelman, 2000) há ainda muita conflituosidade entre os modernos e os tradicionais sistemas reguladores sexuais, havendo a persistência de resistências várias à aceitação pacífica da diferença. Apesar destas resistências há, por outro lado, a apropriação de determinados conceitos tidos como referentes às relações (hetero)normativas, como sejam, relacionamento, casamento, que passam a fazer parte do vocabulário das relações homossexuais.

No actual panorama político-social português, há dispêndio de sinergias de determinadas facções políticas para que a aceitação da igualdade de direitos civis entre casais do mesmo sexo seja uma realidade concreta, nomeadamente o direito à adopção e aos subsídios inerentes à morte. Entendemos, contudo, que não será por imposição de decreto-lei que a sociedade irá mostrar aceitação e compreensão com as relações sexuais fugidas à (hetero)normatividade, como seja, o “casamento *gay*”.

Em nossa opinião, e face ao discurso vigente na nossa sociedade, fica demonstrado que o individualismo, a forma livre de se relacionar sexualmente não encontra entraves quando é vivida “entre portas”, porque quando extravasa para o social as normas e valores morais ainda pesam e regulam mais alto, facto demonstrado pela intolerância que socialmente se demonstra com assuntos ditos da “esfera privada” como é entendida a sexualidade.

2.2.3 O construcionismo social

Esta aceitação de que no campo da sexualidade não existe normalidade ou anormalidade, mas modos diferentes de vivenciar e experienciar a sexualidade veio romper com os tradicionais pressupostos sobre os quais se edificava a construção do discurso sobre a sexualidade, ou seja, a pressuposição que os factores biológicos (ou da natureza) e os factores psicológicos comandavam a apetência sexual “(...) sugerindo que os primeiros determinam a sexualidade, tanto a nível distal como proximal, nas diversas fases da vida, e que os homens e mulheres apresentam semelhanças e diferenças importantes nas suas sexualidades” (Quartilho, 2003, p. 120).

Como anteriormente referido, a partir de meados da década de 60, e principalmente na década de 70, há um aprofundamento dos modelos sexológicos, ocorrendo, nesta altura, vários fenómenos político-sociais (surgimento dos movimentos feministas e da crescente liberalização e aceitação da comunidade *gay*, a par da desvinculação da sexualidade aos seus fins procriativos, nomeadamente devido ao desenvolvimento e uso massificado de métodos contraceptivos hormonais)⁴, que direccionam o estudo sobre a sexualidade no sentido da teoria construcionista, ou seja, alguns investigadores que se debruçam sobre a sexualidade, passam a referenciar o comportamento sexual à luz de novos pressupostos, nomeadamente de que a experiência sexual é um constructo global, onde interagem os diferentes aspectos constitutivos da realidade sócio-cultural onde cada um individualmente se move.

A experiência sexual pressupõe um gradiente constituído pela subjectividade, pelo erotismo e sensualidade, pelas necessidades relacionais e de prazer individuais, pela riqueza da expressividade linguística, ou seja, “(...) a sexualidade humana exerce-se, principalmente, no campo imensurável do desejo, da fantasia, da ficção e do mito. Ela é, sobretudo, o exercício da liberdade e a encruzilhada da angústia” (Ramadam & Abdo, 2000, p. 20).

Na nova concepção do estudo da sexualidade, a linguagem adquire um papel preponderante sendo elemento deflactor e interpretativo dos relacionamentos sociais, sendo ainda que as suas múltiplas significações permitem a compreensão do mundo ou, parafraseando Goodman (cit. *in* Quartilho, 2003), quando perguntamos pelo mundo ele é-nos descrito à luz de determinados quadros de referência sem os quais era e é impossível descrever o que quer que seja.

“As palavras apenas possuem significado dentro de um contexto relacional. Elas são o resultado não da acção e reacção individual, mas de acção conjunta, da co-acção” (Shotter, 1993; Shotter & Gerger 1989, cit. *in* Nogueira, Neves & Barbosa, 2005, p. 7).

⁴ Gagnon & Simon (1973) cit. *in* Quartilho, (2003) referem que o erodir das diferenças entre género e aceitação de que a sexualidade faz parte da individualidade mais do que as características biológicas, acarretaram uma nova abordagem à temática da sexualidade, sendo que a terciarização das profissões que permitira a entrada das mulheres no mundo do trabalho, a par do crescente número de homens que se ocupam de tarefas ditas femininas, o uso massificado de contraceptivos químicos e preservativos, vieram alterar a ordem sexual estabelecida e criar uma nova ordem.

À luz da teoria construcionista, os impulsos sexuais devem ser interpretados e contextualizados culturalmente, não se devendo aceitar à priori a universalidade do instinto e resposta sexual. Assim, “(...) os significados e, sobretudo, a própria noção de experiência ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalizações, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação (...)” (Heilborn & Brandão, 1999, p. 3).

Esta perspectiva vai mais longe e apresenta a sexualidade como dependendo de processos de socialização, de aprendizagem e aceitação de determinadas normas e padrões que condicionam a vivência do acto sexual. Há uma dinâmica cultural, histórica, política e social que enforma os comportamentos sexuais, que resultam “(...) de um esquema cognitivo organizado, necessário ao reconhecimento de uma situação potencialmente sexual” (Quartilho, 2003, p. 141).

Patente nesta afirmação de Quartilho (2003) está a noção de *script* sexual, entendido como um esquema cognitivo que se organizou em torno dos diferentes *inputs* advindos do contexto sócio-cultural, onde cada um se move, e que permitem reagir às situações sexuais, não de um modo determinado biológica e universalmente.

O *script* sexual é, pois, como que um guião que auxilia a identificação individual das situações de cariz sexual para cada um, que permite ao indivíduo reagir aos estímulos que na sua categorização mental ocorrem como sexualmente atractivos. Esta noção de *script* sexual (Gagnon & Simon, 1973 cit. in Quartilho, 2003) veio romper com a visão centrada no indivíduo em que este respondia a instintos naturais na necessidade de se relacionar sexualmente, e apresenta o comportamento sexual como resultado de situações promovidas pela interacção, ou seja,

(...) os *scripts* estão envolvidos na aprendizagem dos significados de estados internos, na organização das sequências de actos especificamente sexuais, na descodificação de situações novas, no estabelecimento de limites às respostas sexuais e na associação entre significados não sexuais e experiências especificamente sexuais (p. 141).

Na perspectiva destes autores, o desenvolvimento sexual não é passível de ser periodizado visto a periodização constituir somente um dispositivo heurístico que permite identificar processos de transição em termos de “agentes significativos” de socialização e das “tarefas de desenvolvimento” individual.

Os *scripts* sexuais acentuam, deste modo, o carácter construído da sexualidade, definindo as situações de interacção, potenciando expectativas de relacionamento e sinalizando as respostas tidas como não esperadas ou incongruentes. Do mesmo modo, e no seio de uma determinada cultura, os *scripts* sexuais determinam quais as possibilidades de parceiros sexuais; em que circunstâncias é apropriado o comportamento sexual (onde e quando); quais as actividades que são permitidas (o quê e como) e por que motivos ou razões os indivíduos têm determinado modo de comportamento sexual (porquê).

2.3 Sexualidade e Planeamento Familiar

2.3.1 Breve resenha histórica

As preocupações com a pressão demográfica levaram a que já no séc. XVIII e, mais concretamente, com Thomas Malthus (1798) se começasse a falar em controlo dos nascimentos (Manuel, 2007). Claro está que por esta altura Malthus ainda preconizava esse controlo baseando-se no celibato e nos casamentos tardios.

Todavia, a maioria das práticas contraceptivas e abortivas que se empregaram no controlo da natalidade no séc. XVIII eram já utilizadas em tempos recuados, havendo até vastas referências em escritos de Aristóteles, Plínio e Dioscórides, não sendo exclusivas da antiguidade clássica mas remontando a outras culturas e pontos do globo (Rebelo, 1987).

Manuel (2007) refere que será somente no séc. XIX que se assume que o controlo dos nascimentos como resposta aos problemas populacionais deveria assentar em métodos de contracepção artificial. A par da explosão demográfica são outros os factores sociais que concorrem para a urgência do controlo dos nascimentos, nomeadamente o desenvolvimento industrial e a entrada da mulher no mundo do trabalho, os avanços na

medicina, o aumento da esperança média de vida e a proibição do trabalho infantil que fez com que nas famílias diminuíssem os rendimentos que entravam no orçamento familiar sem que ocorresse uma diminuição nas bocas para alimentar.

O conceito de planeamento familiar surge apenas nos anos 30 do séc. XX como expressão substituta de “controlo da natalidade” (Remoaldo, 2001). Esta autora chama a atenção para o facto de, erradamente, durante muito tempo associar-se o conceito de planeamento familiar como sinónimo de anticoncepção ou contracepção. A ideia comumente aceite é de que o planeamento familiar tem como finalidade primeira o aconselhamento da contracepção e do fornecimento grátis de contraceptivos, mas como se pode depreender quer pela definição da OMS, quer pelas actividades preconizadas pela Direcção Geral de Saúde, o planeamento familiar está englobado pelo conceito de saúde reprodutiva.

2.3.2 Planeamento Familiar

O planeamento familiar não se confina ao acto de espaçar os nascimentos, ideia primária do controlo da natalidade, mas procura uma abrangência que atravessa o tratamento da infertilidade e a erradicação do aborto como prática contraceptiva, indo desembocar na própria educação sexual.

Segundo Rebelo (1987), o planeamento familiar é:

(...) uma dinâmica cultural baseada em princípios filosóficos, éticos e sociais que têm por objectivo criar condições que permitam aos indivíduos e casais o controlo voluntário da sua fertilidade, a partir de uma correcta informação sobre a sexualidade, a saúde materno – infantil e a concepção e o modo de a evitar (p.103).

Somente com um planeamento familiar eficaz é que se consegue alcançar o patamar da saúde sexual e da vivência sexual como condição essencial do desenvolvimento humano, desprendida das suas peias reprodutivas. Hoje em dia, a abrangência do conceito planeamento familiar leva a que se fale em “paternidade responsável” ou “paternidade consciente” (Oliveira, 1985, p.19). Apesar da grande diversidade de

conceitos empregues está sempre subjacente a ideia de que o controlo da fertilidade constitui um importante direito básico dos indivíduos.

O termo planeamento familiar é, conforme se pode constatar, amplo e representa uma filosofia de vida que procura encarar de forma racional e, acima de tudo, saudável, o modo como se espaçam os nascimentos. Na sua amplitude, abarca também os problemas relativos à infertilidade e à vivência da sexualidade, ou seja, a partir da Conferência do Cairo (1994) sob o tema Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, o planeamento familiar passou a relacionar-se mais intimamente com o conceito de Saúde Reprodutiva (Remoaldo, 2001).

A Organização Mundial da Saúde definiu, assim, o planeamento familiar como “(...) uma certa maneira de pensar e de viver aceite voluntariamente pelos indivíduos e pelos casais, com conhecimento das atitudes e decisões tomadas, a fim de promover a saúde e o bem-estar do grupo familiar” (Oliveira, 1985, p.19).

Segundo a Direcção Geral da Saúde (1998) “(...) o conceito de Saúde Reprodutiva implica que as pessoas possam ter uma vida sexual satisfatória e segura e que tenham a capacidade de se reproduzir e decidir se, quando e com que frequência o fazem. Esta última condição pressupõe o direito de homens e mulheres serem informados e terem acesso a métodos de planeamento familiar da sua escolha, (...) (cit. *in* Remoaldo, 2001, p. 141).

A abrangência do conceito planeamento familiar faz com que:

(...) uma consulta de planeamento familiar deve assegurar, também, outras actividades de promoção da saúde, tais como informação e aconselhamento sexual, prevenção e diagnóstico precoce das DST's, do cancro do colo do útero e da mama, prestação de cuidados pré-convencionais e no puerpério prevenção do tabagismo e do uso de drogas ilícitas (Direcção Geral da Saúde, 2001).

Mais do que prevenir as gravidezes indesejadas, o planeamento familiar ensina ou deve ensinar a desfrutar o acto sexual de um modo pleno, consciente. Para que tal aconteça,

há a contracepção mas não só, pois o controlo das IST's e DST's é também importante, tal como são todas as patologias associadas aos órgãos sexuais e genitais. Somente haverá pleno desfrute do acto sexual quando houver pleno conhecimento do corpo, quando os problemas estiverem controlados ou sob controlo.

Os profissionais ligados às consultas de planeamento familiar, nomeadamente médicos e enfermeiros têm que ter bem interiorizados os critérios pelos quais se pautam os princípios que regem o conceito de planeamento familiar. Os seus objectivos diferem de país para país, em função de variados elementos, como sejam a orientação política, a organização sanitária, os factores sócio-culturais e o estado de desenvolvimento técnico (Manuel, 2001 & Oliveira, 1987).

A Constituição da República Portuguesa no seu artigo 67.º preconiza que “(...) incumbe, designadamente, ao Estado para a protecção da família: promover, pelos meios necessários, a divulgação dos métodos de planeamento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente”. Portugal e outros países “(...) consideram o planeamento familiar como um cuidado básico de saúde, ocupando um lugar de destaque no âmbito da medicina preventiva, que cumpre aos governos garantir e promover” (Rebelo, 1987, p.103).

2.3.3 Contracepção

Do supra exposto acerca do planeamento familiar ressalta que um dos objectivos que este persegue é a contracepção, ainda que num âmbito mais vasto tendo em vista a saúde reprodutiva das mulheres. Como se pode analisar pela morfologia da palavra, anticoncepção, trata-se de um derivado, por prefixação, da palavra concepção. A concepção, como o termo indica, diz respeito à faculdade do ser humano de conceber, ou seja, de se reproduzir. O prefixo anti “inibe” essa capacidade ou, por uma analogia simples, determina os meios incapacitantes dessa faculdade surgindo, deste modo, os métodos contraceptivos.

Os meios para se evitar a concepção são conhecidos desde tempos antigos, não são descoberta ou prática recente. “Já no Génesis (38, 8-10), se menciona a prática por

Onan do coito interrompido, por isso também chamado onanismo” (Enciclopédia Verbo Luso, 2003, p.1066). Pode-se recuar ainda mais no tempo e referir que “Os Egípcios, 1950 anos a.C., recomendavam o aleitamento prolongado ou métodos de barreira com a aplicação de mel, vinho, alho ou excremento de crocodilo” (Almeida, 1987, p.213) com o intuito de evitar a concepção.

Os métodos contraceptivos utilizados na antiguidade clássica e que perduraram até ao séc. XIX, métodos essencialmente de “barreira” (ainda que alguns somente apoiados na crença popular e nas fábulas que os envolviam) conheceram uma certa evolução pois, já no séc. XVI na Europa “(...) surgem os preservativos feitos ou de intestino de cabra ou de bexigas de peixe” (ibidem, p.214).

A anti-concepção ou contracepção pode ser feita de vários modos, nomeadamente criando obstáculos ou barreiras ao encontro entre o óvulo e o espermatozóide (estas barreiras podem ser reversíveis ou irreversíveis), praticando a abstinência e o coito interrompido, criando condições para que a ovulação não ocorra ou criando ambiente desfavorável à ocorrência do processo que conduz a uma gravidez (Reis, 1999).

Hoje em dia, os casais têm grande liberdade para decidir quantos filhos desejam, podendo também a mulher controlar melhor a sua própria fecundidade e tendo oportunidade de desfrutar do prazer da sexualidade sem risco de uma gravidez não desejada. No entanto, sabe-se que não existe, na actualidade, nenhum método de contracepção com uma eficácia de 100%, mas como refere Oliveira (1987) existem determinados parâmetros que devem estar presentes na escolha do método contraceptivo, nomeadamente a eficácia, a inocuidade, a aceitabilidade e a reversibilidade.

A necessidade da escolha acertada do método contraceptivo assenta na própria necessidade que, quer a mulher, quer o homem, têm de se protegerem. Contudo, essa necessidade é mais premente na mulher porque a gravidez indesejada é a ela que primeiramente diz respeito, mas este facto não olvida que o perigo de contágio de infecções e DST's seja apanágio de ambos os sexos.

A mulher continua a ser “penalizada” na escolha e uso de métodos contraceptivos porque o próprio campo médico é profícuo em vários avanços no combate às disfunções sexuais masculinas, mas no que concerne às alternativas propostas à liberdade sexual das mulheres ainda persiste, o uso da pílula feminina.

Há uma certa medicalização da sexualidade mas com diferentes roupagens quer seja para homens quer seja para as mulheres: para eles importa potenciar-lhes o desempenho sexual, para elas as novidades farmacêuticas vão no sentido de modificar a roupagem da contracepção, não no sentido de encontrar soluções permanentes ou pelo menos implicar o sexo masculino mais activamente na contracepção.

A preocupação com a contracepção assume especial importância se pensarmos na adolescência e juventude como uma etapa no desenvolvimento humano onde a emoção e a razão se degladiam diariamente. O controlo das emoções não cede tão facilmente ao pensamento racional quando se é jovem, logo as preocupações que deverão ser inerentes a todo o ser humano adulto são, também, mais facilmente superadas ou escamoteadas, ocorrendo, por isso, gravidez precoce e contágio de DST's com frequência na adolescência e juventude.

A medicalização veio também permitir que algumas das disfunções sexuais masculinas encontrassem solução, tomemos como exemplo a disfunção erétil. Este facto fez com que pessoas já numa faixa etária descendente, no que concerne à apetência sexual, voltassem a ver repostos os seus desejos e a sua capacidade de consumir o acto, o que fez aumentar os casos de infecções, DST's e mesmo HIV entre uma população acima dos 50 anos. Tal como referem Costa et al. (1996) “As preocupações sociais acerca da gravidez na adolescência, acerca das consequências pessoais e económicas da maternidade precoce, e acerca da incidência das DST's entre os adolescentes, aumenta a necessidade de um melhor entendimento dos factores relacionados com o comportamento dos adolescentes face à contracepção” (p.404).

2.3.4 Infecções e Doenças Sexualmente Transmissíveis

O conceito de DST's é primeiramente referenciado como doença venérea, palavra que deriva do latim “*veneréu ou veneriu*”, que significa Vénus e reporta-nos para a deusa romana do amor, logo ligada ao acto sexual como expressão máxima desse amor. No entanto, o grupo de doenças venéreas é muito mais restrito do que a paleta que engloba as DST's, pois só consagra a sífilis, blenorragia, úlcera mole venérea e linfógranuloma inguinal (Amaro, 1987).

Visando colmatar o problema da abrangência do conceito, em 1975, a OMS alargou o conceito de doença venérea a outras doenças que implicam no seu contágio o contacto sexual e é deste modo que surge o conceito de DST's, conceito mais abrangente que abarca além das doenças atrás referidas, o HIV, a SIDA, a herpes, a condilomas, a uretrites não gonocócas, a candidíase, a tricomoníase, as vaginites não específicas, a pediculose púbica, a hepatite – B e a sarna (ibidem). Todavia, não há consenso no que concerne a este alargamento, pois enquanto as doenças venéreas têm por contágio exclusivo o contacto sexual, nas DST's esse contágio pode ou não ocorrer por via sexual (caso da hepatite – B que pode ser transmitida por via percutânea ou parentérica) (Amaro, 1987, p.356).

Quando se fala em DST's, porém, importa não centrar a discussão na permissividade, na imaturidade ou no desconhecimento que os adolescentes têm face às mesmas. Importa conhecer em que medida é que os adolescentes têm acesso ao conhecimento, qual a qualidade da informação que lhes é transmitida, de que modo é que essa informação lhes chega, não esquecendo, também, o modo como os adolescentes fazem a triagem e a assimilação dessa informação, visando no fim a sua aplicação prática.

2.4 Fontes de Informação

Sendo múltiplas as problemáticas ao redor da sexualidade, são também múltiplas as fontes de informação a que os jovens podem recorrer para ver esclarecidas as suas dúvidas acerca destas problemáticas. As mais commumente referenciadas são: os

amigos/grupo de pares; os meios de comunicação; a família e a escola (Vilar, 1987; Pereira, 1993; Serrano et al., 1994; Sprinthall & Collins, 1994 & Costa, 1999).

Apesar da diversidade de fontes possíveis nem sempre a informação obtida é útil ou pertinente, pois, segundo Roque (2001)

(...) a maioria dos jovens tem sido preparada para a vida sexual adulta pela ignorância, pela auto-formação através das leituras da Crónica Feminina em voga na sua época ou pela permuta de experiências no seu grupo de pares, igualmente (não) formados (p.22).

Para um melhor entendimento sobre a diversidade de fontes traçámos uma pequena resenha explicativa acerca das mesmas.

2.4.1 Os Amigos

Dentre a possibilidade de fontes de informação possíveis de clarificar os jovens acerca da sexualidade, os diferentes estudos existentes e por nós pesquisados demonstram que o grupo de pares/amigos constitui a fonte privilegiada de esclarecimento de dúvidas. De destacar, a este propósito, os estudos de Vilar (1987); Pereira (1993); Sprinthall e Collins, (1994) e Vaz (1996), que apontam todos no sentido do grupo de amigos ser aquele onde os jovens mais procuram informação, o que é possível de ser explicado pela noção de pertença, pela semelhança de questionamento e até por haver afinidade ao nível de relacionamento e de contextos onde se movem.

É de fazer notar que as diferentes investigações apontam também para a pobreza da qualidade na informação que é obtida, pois aquilo que os une, geralmente idades muito próximas, também não abona a seu favor porque apresentam níveis de experiência muito baixos, ou seja, os jovens procuram os amigos na busca de conselhos mas o que realmente encontram é muita compreensão mas não resolução para os problemas.

2.4.2 Os Meios de Comunicação

Actualmente com o “boom” da *internet* e, mais especificamente, dos *chat* de conversação e rede virtual de amigos (*Hi5*), entre outros, os jovens buscam cada vez

mais o conforto do anonimato propiciado por um computador para encontrarem pares, para se esclarecerem, sem terem em conta que a fiabilidade de muito daquilo que circula no *ciberespaço* não deveria ser aceite como verdade, sem questionamento (Ricou, 2003), não obstante a *internet* ser um bom veículo de informação.

A par da *internet* temos que os jovens também buscam informação nos *mass media*, mais especificamente nas séries juvenis da televisão que montam cenários, tramas e estratégias de sedução, na base de que estão a retratar fielmente o grupo de jovens. Esta busca de identificação com os personagens da série preferida acarreta, não raras as vezes, a impressão de que os problemas dos jovens ali estão piamente descritos.

Quer Vilar (1987) quer Papalia e Olds (2000), afirmam que o conteúdo das mensagens de carácter sexual transmitidas pelos *mass media*, principalmente pela televisão, assentam num carácter, frequentemente, estereotipado, reproduzindo papéis expectáveis, associando com frequência a sexualidade à mera diversão, ao culto hedonista, à excitação e erotismo, não procurando passar conteúdos de verdadeira informação nem associar os potenciais riscos que se podem encontrar nas relações sexuais desprotegidas ou que acontecem no calor do momento, nomeadamente gravidez não desejada, infecções e doenças sexualmente transmissíveis.

Roque (2001) afirma que apesar de existirem múltiplas fontes de informação disponíveis acerca da educação sexual, mais ou menos securizantes, “(...) os *media* são uma fonte importante de informação para os jovens”, apesar de acrescentar que “(...) também bombardeiam os rapazes e raparigas com imagens de corpos perfeitos, com sucesso económico, social e sexual, passando mensagens pouco realistas que podem provocar angústias enquanto negligenciam a comunicação e o apego” (p.22).

2.4.3 A Família

Uma outra fonte de informação acerca da sexualidade que os jovens procuram é a família. Segundo Vilar (1987), os pais assumem primordial importância no processo de aprendizagem dos jovens ao nível dos comportamentos sexuais. Os pais são aqueles com quem os jovens estabelecem os primeiros contactos e intervêm quer ao nível do

estabelecimento dos papéis sexuais, quer ao nível da estruturação de uma escala de valores no que concerne ao corpo e aos comportamentos eróticos. Uma atitude (positiva ou negativa) dos progenitores face aos comportamentos sexuais irá também influenciar positiva ou negativamente a abertura do adolescente face à sexualidade.

Apesar da assumpção da importância do papel dos pais, nem sempre o discurso pais/filhos se processa, por diversas razões, com a necessária fluidez. As questões sexuais constituem, na verdade, tema raro no diálogo entre jovens e pais, porque os jovens inibem-se de questionarem os pais em assuntos que a essa temática digam respeito, e os pais evitam a confrontação, escudando-se na falta de preparação, dissimulando deste modo o seu pouco à-vontade com esta problemática. O seu constrangimento poderá ser, eventualmente, justificado com o facto da sua própria educação sexual não ter ajudado a encarar com naturalidade a sexualidade, que até há bem pouco tempo era vivida sob o manto da imoralidade, que moldou a sua própria assumpção e vivência da sexualidade. O conceito de imoralidade está ainda muito presente na nossa sociedade, justificado pelo facto do poder da Igreja ter sido muito presente nas questões da sociedade em Portugal até à década de 70, mais concretamente até ao 25 de Abril de 1974. A revolução de 1974 será, assim, o marco deflactor da mudança de mentalidades, mas como sabemos todas as mudanças culturais e de mentalidade são de difícil arreigamento.

Atente-se num estudo levado a cabo por Sprinthall e Collins (1994) em que os autores chegaram à conclusão que dos jovens americanos entrevistados, menos de 30% admitiam ter conversado abertamente com os pais acerca de sexo e sexualidade, nomeadamente no que concerne à contraceção, infecções e doenças sexualmente transmissíveis e à masturbação.

Na sociedade portuguesa, o panorama é muito distinto (Pereira, 1993) pois apesar da crescente abertura e mudança cultural permanece, ainda, em muitas famílias o culto de que o sexo e sexualidade são tabu. Há a noção, em nosso entender, errónea de que quanto menos se falar menos se espicaça a curiosidade sobre os assuntos, logo a vontade de experimentar por parte dos jovens será mais contida porque no ambiente familiar esse não é tema de conversa. Sendo o diálogo sobre sexualidade uma realidade

de difícil concretização entre pais e filhos, emergem fortemente, no contexto social, as considerações de que a escola deveria ser o pólo dinamizador dos discursos acerca da sexualidade, mais concretamente através da administração de um currículo que englobasse a educação sexual (Brasil et al., 2000).

2.4.4 A Escola

A escola, como agente formador e dinamizador de competências essenciais ao desenvolvimento do indivíduo, tem facilitada a sua tarefa porque é o espaço de grande permanência temporal nas idades em que se realiza uma grande parte das aprendizagens básicas de todos os indivíduos.

Neste sentido, a procura de informação por parte dos jovens em contexto escolar deveria ser uma realidade presente, mas num estudo de Pereira (1993), a maioria dos jovens inquiridos não considerou a escola como uma fonte de informação no esclarecimento de dúvidas sobre a sexualidade.

Todavia, o panorama sofreu alterações na última década, pois estudos mais recentes levados a cabo pela Sociedade Portuguesa de Ginecologia (SPG) e pela Sociedade Portuguesa de Medicina de Reprodução (SPMR) (Jornal de Notícias, 2005) mostraram que as jovens participantes no estudo afirmaram, maioritariamente (83,4%), que obtiveram informação acerca da contraceção em contexto escolar. Esta nova abordagem do papel da escola insere-se no campo mais vasto da necessidade da promoção de educação sexual em meio escolar, com pessoal devidamente qualificado para atender à especificidade desta área de ensino/aprendizagem.

É consensual a necessidade de fomentar a educação sexual por forma a proporcionar a qualquer jovem em idade escolar as informações necessárias acerca da sexualidade. Mais do que informar acerca do sexo (enquanto aparelho reprodutor e por isso mesmo restrito à esfera do biológico), a educação sexual que se preconiza é mais abrangente e abarca a própria educação para a cidadania porque uma sexualidade convenientemente vivida contribui para o desenvolvimento individual e crescimento pessoal.

A lei n.º 3/84 de 24 de Março, no seu artigo 1.º e, mais concretamente, no artigo 2.º, especifica qual o papel que cabe ao Estado no que diz respeito à educação sexual dos jovens. Da leitura atenta do artigo ressalta que compete ao Estado auxiliar os pais na educação dos filhos, donde a educação sexual dos jovens seria garantida pelas escolas, pelas organizações sanitárias e através dos meios de comunicação. Esta lei abarca, também, os conteúdos programáticos escolares que deverão ser coadunados aos diferentes níveis de ensino, devendo ser abrangentes e incidindo não somente nas características anátomo-fisiológicas, mas abrangendo a genética e toda a sexualidade humana como móbil da superação da discriminação que tem por base a tradicional atribuição do papel homem/mulher.

Para que todo este quadro seja possível é necessário que a formação inicial e permanente dos docentes seja a mais adequada, daí que o Estado assuma o compromisso de dotar esses profissionais com os conhecimentos necessários à compreensão da problemática da sexualidade e da juventude, alargando esse apoio à esfera familiar, assegurando apoio e condições adequadas para que os pais possam transmitir educação sexual aos seus filhos.

Pela leitura do referido artigo pode-se depreender que, já há 21 anos, o Estado tinha plena consciência da necessidade e da urgência de fomentar, quer em seio familiar, quer em ambiente escolar, a educação sexual. Então, qual a necessidade de se discutir, passados que estão 21 anos sobre essa legislação, o imperativo da introdução da disciplina de educação sexual nos currícula? Porque a lei simplesmente não saiu do papel, a sua efectiva aplicação nunca ocorreu e, tal como nos diz Prazeres (2004),

(...) no que diz respeito à preparação profissional, não é difícil antever, uma vez mais, um coro de reticências colocadas à habilitação para leccionar tal «matéria», na eventualidade provável de ela se organizar em torno de matérias do foro estrito da bio medicina (Notícias Magazine, p.10).

O imbróglio que envolve a introdução da disciplina de educação sexual não se confina ao saber quem ou quais os profissionais mais aptos ou melhor qualificados para a leccionarem. Vai mais longe e encontra resistência ao nível das escolas que não admitem serem chamadas a educar os alunos naquilo que referem ser competência dos pais. Estes, por seu turno, delegam essa responsabilidade aos professores, alegando que

os mesmos estão melhor preparados, com conhecimentos mais profundos (contudo, não admitem que aos seus filhos sejam ensinadas “indecências”) (ibidem).

É nesta panorâmica que os jovens/adolescentes se encontram. Para esclarecerem as suas dúvidas acerca de sexo e sexualidade recorrem aos *media*, às conversas circunstanciais de café com os seus pares (por vezes tão, ou ainda mais, mal esclarecidos), aos livros e revistas e, muito raramente, aos familiares.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

CAPITULO III - METODOLOGIA

3.1 Introdução

No presente capítulo iremos delinear o tipo de estudo e os objectivos da investigação. Será descrito o instrumento utilizado na recolha dos dados, quais os procedimentos utilizados na investigação, nomeadamente os que respeitam à realização das entrevistas e subsequente análise e por último caracterizar-se-á sóciodemograficamente os participantes.

3.2 Justificação do Estudo Empírico e Questão de Partida

As razões pelas quais optámos pela temática da sexualidade prendem-se com o facto de termos iniciado a pesquisa sobre este tema na monografia para conclusão da licenciatura em psicologia clínica. Nessa altura, as pesquisas bibliográficas por nós realizadas despertaram o nosso interesse em levar a investigação mais longe, pois fomos confrontados com uma abrangência que não supúnhamos acerca da temática, nomeadamente em termos científicos, sociais e até pessoais. Um factor que também contribuiu para incentivar o aprofundamento da nossa investigação, foi o papel que os *mass media* têm no tratamento e divulgação da informação acerca da sexualidade, que nos levou a questionar se o modo como veiculam as mensagens é o mais adequado à informação/formação do público jovem.

Tendo presente esta realidade, encetámos o nosso estudo alicerçando-o na seguinte questão de partida: Quais os conhecimentos, atitudes e comportamentos dos jovens face à sexualidade, nomeadamente no que concerne aos Métodos Contraceptivos, às Infecções e Doenças Sexualmente Transmissíveis e ao Planeamento Familiar?

3.3 Tipo de Estudo

O tipo de estudo adoptado no presente trabalho de investigação é de índole qualitativa e de carácter exploratório, pois, como refere Merriam (1988 cit. *in* Manuel, 2007), o

mundo que nos rodeia não é algo objectivo, mas é fruto das diferentes interacções e percepções sociais e pessoais. Este tipo de estudo procura a globalidade e a compreensão total dos fenómenos, baseando-se num “(...) enfoque de cariz indutivo, holístico e idiográfico.” (Almeida & Freire, 1997, p. 95). Estes autores referem ainda que a principal qualidade do estudo qualitativo reside, essencialmente, no facto de não compartimentar ou descontextualizar a realidade, fixando-se mais nos pormenores e particularidades do que na obtenção de leis gerais.

Por seu lado, Poupart, cit. *in* Lessard-Hérbert, Goyette e Boutin (1990), adverte que no tipo de investigação qualitativa o processo é fundamentalmente indutivo, sendo que não deve ocorrer uma operacionalização nem estruturalização prévia do campo de estudo. O investigador deve ir adequando esse objecto de estudo às diferentes condicionantes e particularidades com que se vai deparando. Contudo, isto não quer dizer que o investigador parte para a investigação no campo fazendo tábua rasa de todos os pressupostos teóricos existentes acerca da problemática, deve balizar a sua investigação nesses pressupostos, mas deve ir de espírito aberto a contornar e a iniciar as vezes que forem necessárias o seu trabalho de campo.

3.4 Objectivos

De um modo geral, o objectivo central do presente estudo é o de explorar os conhecimentos acerca da sexualidade por parte dos jovens, nomeadamente acerca dos métodos contraceptivos (MC's), das infecções e doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e do Planeamento Familiar (PF), bem como a forma como vivenciam a sua sexualidade. Mais concretamente pretende-se:

- Aferir os conhecimentos, atitudes e práticas acerca da sexualidade, MC's, IST's, DST's e do Planeamento Familiar.
- Analisar em que medida a frequência de consultas de planeamento familiar se traduz no uso efectivo de métodos contraceptivos.
- Explorar as atitudes dos jovens face à sexualidade, especificamente as razões ou motivos mais importantes para terem ou não relações sexuais.
- Analisar em que medida existe diferenciação entre género no recurso às consultas de planeamento familiar.

- Analisar o modo como a informação sobre a sexualidade e planeamento é dirigida aos jovens e de que modo é por estes percebida.

3.5 Instrumento e Procedimentos

A técnica escolhida para recolha de dados foi a entrevista em profundidade pois, como referem Quivy e Campenhoudt (1998), esta permite obter informações e elementos mais profundos e diversificados, a par do contacto directo entrevistador/entrevistado que facilita a apreensão de nuances de comportamento que se tornam complementares da informação recolhida. Como salienta Fortin (2000), a entrevista é “(...) um modo particular de comunicação verbal, que se estabelece entre investigador e os participantes com o objectivo de colher dados relativos às questões de investigação formuladas” (p.245). A nossa escolha recaiu sobre esta técnica por permitir um aprofundamento mais intensivo da problemática a estudar.

Dentre a possibilidade de variantes de entrevistas passíveis de serem utilizadas, recorreremos à entrevista semiestruturada, aplicada na forma semidirectiva, pois este tipo de entrevista é aquela em que as perguntas não são rigidamente encaminhadas ou precisas. A nossa opção por este tipo de entrevista justifica-se pelo facto de, apesar de termos um guião com perguntas-guia, haver a possibilidade de darmos protagonismo ao entrevistado, permitindo o seu livre discurso, introduzindo a todo o momento novas questões proporcionadas pelo próprio.

Entendemos que sobre a temática da sexualidade iríamos perder informação caso optássemos por seguir um guião mais rígido. Esta temática requer disponibilidade discursiva por parte do entrevistado o que, em nosso entender, só conseguíamos caso déssemos a impressão que o ritmo e a própria condução da entrevista estava na mão do entrevistado. Quivy e Campenhoudt (1998) referem que “Tanto quanto possível, [importa dar liberdade ao entrevistado] para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier” (p. 192).

A entrevista semidirectiva é, assim, aconselhada neste tipo de investigação, pois as nuances de comportamento são material complementar do discurso obtido com as

respostas às questões que são colocadas. Muitas vezes as atitudes verbais, como o tom de voz, a fluência de discurso, as pausas, tal como as atitudes corporais do entrevistado, tensão, relaxe, crispação, entre outras, são indicadores fiáveis do meio em que se produziu ou produz o fenómeno a investigar.

Guerra (2006) advoga ainda que na metodologia indutiva ou qualitativa “(...) a verbalização franca por parte do entrevistado (...) é fundamental e, quanto menor for a intervenção do entrevistador, maior será a riqueza do material recolhido (...)” (p. 51), pois o entrevistado deixara discorrer mais facilmente o seu discurso, fazer emergir os seus pensamentos, quanto menos se sentir pressionado pelas questões.

O passo seguinte que encetámos foi a elaboração do guião da entrevista (Anexo I), onde procurámos contemplar determinados aspectos sobre a problemática que consideramos ser significativos para alcançarmos os objectivos que tínhamos proposto. Guerra (2006) refere que o guião se estrutura em grandes capítulos e que as questões são como “lembranças” que se introduzem apenas quando o entrevistado não refere determinado aspecto que se acha pertinente. Construímos o nosso guião de entrevista abordando a temática segundo uma estrutura assente em diferentes unidades de análise com vista à recolha de informação pertinente à prossecução dos nossos objectivos.

Deste modo, as unidades de análise por nós concebidas foram: a) “Caracterização sócio-demográfica do entrevistado”; b) “Considerações sobre a sexualidade”; c) “Planeamento Familiar” e d) “Relações Afectivas”.

Relativamente à primeira unidade de análise pretendemos descrever de modo sucinto o perfil do entrevistado, nomeadamente a idade, o sexo e a profissão. Quanto à segunda unidade procurámos agrupar os dados relativos à vivência sexual dos jovens entrevistados, questionando os seus entendimentos acerca da sexualidade e sua importância; as dificuldades sentidas; as dúvidas; as estratégias utilizadas; quais os maiores medos e como viam os outros e a sexualidade. Quanto à terceira unidade de análise tínhamos o intuito de agrupar toda a informação que os entrevistados possuíssem acerca da prestação do Planeamento Familiar, especificamente, a perspectiva pessoal de cada entrevistado e o motivo que os levaram a recorrer a este tipo

de serviço. Relativamente à última unidade de análise, visámos obter informação que nos permitisse aferir quais os laços que os entrevistados entendiam como necessários estabelecer entre parceiros, concretamente, procurámos questionar acerca do percurso das relações afectivas de cada um na primeira relação e outras relações possíveis e qual a importância dos laços afectivos para estes jovens.

Para a elaboração do guião realizámos pesquisa bibliográfica, procedendo à revisão da literatura que considerámos como mais pertinente dentro do paradigma construcionista que definimos como balizador teórico e epistemológico da nossa investigação. Destacamos os estudos de Alferes (1997), Giddens (1995), Quartilho (2003) e Nogueira (2001). O guião, como referimos anteriormente, não assumiu um carácter definitivo ou rígido pois o nosso objectivo não era a entrevista estruturada, mas sim semiestruturada, havendo a possibilidade de desdobramento das questões assim os entrevistados o entendessem.

A selecção dos indivíduos a entrevistar partiu de contactos promovidos quer por laços familiares, quer por laços de amizade. Assim, contactados os primeiros entrevistados com os quais detinha laços de proximidade, estes foram facultando contactos de outros com quem mantinham relações familiares ou de convívio, potenciando o chamado efeito “bola de neve” em que há um primeiro contacto que, por arrastamento, propícia todos os outros.

Através do contacto telefónico, fez-se a marcação de um encontro que permitiu que, desta forma, se realizasse uma conversa informal para se esclarecer face a face qual o propósito da entrevista, bem como o tema sobre o qual esta iria versar. Neste primeiro contacto deixámos também explícito qual a relevância que o contributo do entrevistado iria ter neste projecto de investigação, sendo-lhes mostrada a importância do seu papel no fornecimento de informações, de modo a valorizar o seu papel de informador privilegiado. Somente após este contacto directo com todos os entrevistados individualmente, é que se procedeu à selecção daqueles que mostraram maior disponibilidade e à vontade com a temática, pois houve jovens que mostraram logo de início reservas e impedimentos relativos a constrangimentos pessoais em abordar

assuntos de foro sexual, facto que, de resto, não nos surpreendeu totalmente uma vez que a temática continua a ser passível de gerar constrangimentos.

Houve depois novo contacto telefónico com aqueles que seleccionámos para estabelecer a data e o local em que iriam decorrer as entrevistas, sendo que foram principalmente os entrevistados a indicar o lugar e a hora em que preferiam manter connosco a conversa, porque entendemos que, deste modo, se iriam sentir mais confortáveis e à vontade para responder. Como refere Guerra (2006) “O controlo do território da entrevista coloca o entrevistado mais à vontade (...)” (p. 60). Estas decorreram essencialmente ao final da tarde quer na própria casa dos entrevistados, onde nos deslocámos, quer em gabinete particular.

Relativamente ao ambiente do gabinete foi um ambiente neutro, confortável, onde imperou o silêncio, com luminosidade adequada, sendo este um gabinete onde decorrem habitualmente entrevistas clínicas. Quanto ao ambiente proposto pelos entrevistados em suas próprias casas (três casos) procurou-se adequá-lo o mais possível às condições ideais de um local próprio para entrevista, ou seja tentou-se isolar ao máximo os ruídos para não haver distrações, isolar bem o espaço (com fecho das portas) para que houvesse total privacidade e, deste modo, o entrevistado não se sentisse coagido pela possibilidade de ser interrompido por algum familiar, sendo que essa possibilidade é apontada como um dos principais inconvenientes da realização de entrevistas num local familiar ao entrevistado (Guerra, 2006).

Houve especial preocupação da nossa parte em referir que as entrevistas seriam gravadas em áudio, salvo objecção de algum dos entrevistados. Deste modo, conseguimos preservar todos os dados recolhidos de forma a poder realizar uma análise o mais fiável e objectiva possível, “Esta prática assegura que tudo o que é dito fica preservado para a análise” (Merriam, 1988: 81 cit. *in* Manuel, 2007, p. 126). Todos acederam a que o material fosse gravado, pois também assegurámos que haveria total confidencialidade, onde o sigilo e anonimato seriam totais desde o tratamento de dados, à posterior divulgação, sendo que todo o processo iria apenas ser utilizado no âmbito académico. Informámos os nossos entrevistados de que seria uma entrevista pensada para cerca de 60 minutos; contudo ocorreu de haver jovens, a maioria, que

ultrapassaram largamente esse tempo, vantagem conferida pelo facto do guião de entrevista ser meramente indicativo, o que propiciou larga abertura de discurso.

Pareceu-nos, também, que houve por parte destes jovens um aproveitamento da oportunidade para se abrirem e, de certo modo, com uma pessoa que lhes era estranha sentiram-se mais cómodos para falarem abertamente de assuntos que não conversam com aqueles que lhes são próximos por uma questão de constrangimento ou vergonha. No fundo, pensamos que os jovens aproveitaram os momentos da entrevista para se libertarem e darem azo ao questionamento e à exposição de dúvidas anseios e pensamentos, facto que vem reforçar que estes jovens não estarão tão libertos e à vontade acerca desta temática.

Para fazer uma primeira avaliação do nosso guião, entrevistámos uma jovem com as características dos restantes jovens participantes. Com os resultados obtidos tivemos de realizar alguns ajustamentos às questões pois quando a pergunta não é incisiva pode ocorrer, como foi o caso, o entrevistado responder por monossílabos quando o que pretendíamos era o aprofundamento da questão, o que poderá ter a ver com a própria natureza das questões que, nalguns casos, fazem sobressair comportamentos de vergonha, nomeadamente quando os entrevistados não se sentem à vontade com a natureza das questões em causa.

As entrevistas foram levadas a cabo somente por uma pessoa, a autora da pesquisa, apesar de serem vários os autores, nomeadamente Guerra (2006) a enfatizarem o facto de ser mais conveniente a presença de duas pessoas, de modo a poder haver um maior controlo do guião, dos aspectos relacionais e de operacionalidade (uso e maneiio do gravador). Todavia, não nos foi possível arregimentar mais um elemento para coadjuvar nas entrevistas, facto que poderia ter contribuído para alguma perda de pormenores relativos à comunicação não verbal dos entrevistados, o que cremos não ter ocorrido pois fomos fazendo a triangulação com o orientador.

Sendo esta a primeira experiência do género da autora foram sentidas algumas dificuldades, nomeadamente no que concerne à exploração de novas questões no decurso da entrevista. Também se fizeram sentir na própria leitura dos aspectos não

verbais pois foi difícil traçar apontamentos relativos aos trejeitos e maneios dos entrevistados à medida que respondiam às questões. Apesar de possuir alguma prática clínica relativamente à entrevista, as entrevistas realizadas até este momento não tinham um carácter similar ao das entrevistas usadas na realização desta investigação. Todavia, esta prática clínica permitiu que pelo menos conseguisse estimular o à vontade dos participantes, inculcando-lhes confiança e deixando-os livres no discurso.

Relativamente ao conteúdo das questões, a autora não apresentou especial dificuldade, tendo à vontade e abertura suficientes para colocar todo o tipo de questões. Contudo, denotou-se por parte dos entrevistados uma certa reserva em responder a determinadas questões, mais concretamente quando estas versavam sobre aspectos muito concretos da sua sexualidade, como por exemplo o número de parceiros ou a idade em que ocorreu a primeira experiência sexual, facto que se poderá prender com uma certa vergonha em assumir em pleno a vivência da sua sexualidade. Numa análise global à prestação dos entrevistados julgamos que, na generalidade, todos procuraram responder com verdade e ponderação, tendo até ocorrido muita abertura em determinados assuntos que versavam sobre os seus conhecimentos efectivos acerca de planeamento, infecções e doenças transmissíveis por contacto sexual.

Sendo que privilegiámos a entrevista como técnica de recolha de dados, optámos pela análise de conteúdo (Bardin, 1995 & Vala, 1986) como forma de tratamento do material recolhido.

A análise de conteúdo é a técnica privilegiada no tratamento do material recolhido através da entrevista, pois é uma das técnicas que nos permite aferir da importância relativa que os sujeitos atribuem à temática a estudar. Tem por finalidade a descrição sistemática do conteúdo das comunicações, permitindo analisar as suas diferentes características a partir da leitura das suas diferentes significações.

Bardin (1995) faz referência ao facto da análise de conteúdo não ser um mero instrumento mas antes um conjunto de apetrechos adaptáveis a um enorme campo de aplicações, ou seja, através da análise de conteúdo o investigador consegue perceber para lá da simples significação comum da palavra, indo mais longe e

conseguindo apreender os seus diferentes significantes. Não é somente a palavra dita que é possível analisar, mas toda a envolvimento do campo onde foi proferida.

Quivy e Campenhoudt (1998) consideram que a análise de conteúdo “(...) oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informação e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade, (...) permite satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico” (p. 227).

Como as entrevistas foram gravadas foi necessário proceder à sua transcrição, que realizámos de modo integral, porque como refere Merriam (1988) cit. *in* Manuel (2007), a transcrição à letra permite uma melhor base de dados. Após a transcrição das entrevistas realizámos a sua leitura em que entrevista a entrevista fomos assinalando na resposta correspondente à temática e à problemática que lhe estava subjacente. Desta leitura poderia ocorrer haver necessidade de alterar e introduzir novas temáticas e problemáticas, o que não ocorreu pois o guião foi devidamente respeitado.

Em termos de modelo teórico para análise dos dados, fizemos aqui aquilo que o “Modelo Interactivo da Análise dos Dados de Miles e Huberman (1984 cit. *in* Lessard-Hébert et. al, 1990) denominam como uma primeira interpretação que ocorre ainda antes da própria codificação, isto é realizamos a redução dos dados que os autores descrevem como uma operação contínua “(...) que vai do momento em que é determinado um campo de observação até à fase em que se decide aplicar um sistema de codificação e proceder a resumos” (p. 109). No nosso caso esta redução de dados corresponde às nossas matrizes conceptuais, ou seja, organizámo-los sob a forma de quadros que permitiram a sua estruturalização (Vala, 1986).

O passo que encetámos a seguir foi a codificação que corresponde “(...) a uma transformação (...) os dados brutos do texto (...)” (Bardin, 1995) visando agregá-los em unidades que nos permitissem aceder “(...) à descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (Holsti, 1969 cit. *in* Bardin, 1995).

O primeiro passo da codificação consistiu no recorte em que procedemos à escolha das unidades de registo e de contexto (Vala, 1986), de modo a que esta escolha fosse ao

encontro do material recolhido e tendo sempre presente quais os objectivos de análise que pretendíamos atingir.

Segundo Bardin (1995), a unidade de registo “É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização (...)” (p. 104), podendo ser de natureza e dimensão variável, nomeadamente de recorte ao nível semântico ou linguístico, donde o nível semântico diz respeito ao tema e o linguístico à palavra ou frase.

Optámos pelo recorte semântico dando primazia na codificação ao tema como unidade de registo, pois este “(...) é geralmente utilizado para estudar motivações de opiniões, de atitudes de valores, de crenças, de tendências, etc” (Bardin, 1995, p. 106). Esta autora explicita que as respostas a questões abertas, o conteúdo de entrevistas, quer sejam de grupo ou individuais, mais ou menos directivas ou estruturadas, bem como toda uma panóplia de aplicações, são frequentemente analisadas tendo por base o tema.

Recorremos às unidades de contexto de forma a tornar possível a compreensão das unidades de registo “A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem” (Bardin, 1995, p. 107). Estas unidades de contexto podem ser uma frase ou um parágrafo das entrevistas que ajudem a clarificar a significação da unidade de registo.

Após a codificação passámos à categorização que segundo Hogenraad (1984) cit. *in* Vala (1986) “(...) é habitualmente composta por um termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito” (pp. 110-111). O critério escolhido por nós para procedermos à elaboração da categorização foi o critério semântico, ou seja, as categorias foram agrupadas por temáticas donde os temas foram ordenados segundo uma ordem de significação comum.

A categorização permite fazer uma condensação dos dados em bruto de modo a simplificá-los e a tornar operacional a análise de conteúdo, sendo possível categorizar a

partir de categorias previamente definidas, o nosso caso, ou ir definindo-as à medida que surgem os elementos, é a chamada categorização por “milha” (Bardin, 1995).

Nesta fase encetámos a segunda etapa da componente da análise qualitativa proposta por Miles e Huberman (1984) cit. *in* Lessard-Hébert et. al (1990) que diz respeito à apresentação (organização) dos dados, que os autores propõem que se realize durante e após a recolha de dados, sendo que no nosso caso somente aplicamos na fase após. Estes autores afirmam “(...) que o recurso a modos de apresentação que reduzam e estructurem os dados é uma importante via de aperfeiçoamento da análise dos dados qualitativos” (p. 119).

As unidades de registo foram inscritas na sua totalidade nestas matrizes, sendo distribuídas segundo um critério semântico ou formal, utilizámos determinadas unidades de contexto que entendemos como pertinentes na cabal explicitação de significado das unidades de registo propostas. A cada matriz fizemos corresponder uma dada categoria e subcategoria. Não utilizámos a totalidade das passagens discursivas, visto entendermos que seria fastidioso ao leitor a leitura na íntegra dessas passagens. Contudo, entendemos que elas deveriam constar num anexo para consulta no final do trabalho.

O último passo foi a análise e discussão dos resultados que procurámos ilustrar com passagens das entrevistas efectuadas. Tentámos inferir a partir do discurso produzido, elementos que possibilitassem uma leitura mais profunda do discurso passado pelos entrevistados, ou seja, tentámos ler as entrelinhas de modo a chegar a uma interpretação mais vasta que nos levasse à obtenção de pistas para algum tipo de investigação. Esta apresentação e discussão de resultados são apresentadas no último capítulo desta dissertação.

Segundo Bardin (1995), a inferência é o processo intermédio que nos permite ir da descrição, etapa primeira, à última etapa da análise de conteúdo que é a interpretação. A nossa interpretação baseou-se no discurso produzido pelos entrevistados, sendo balizada pelos quadros teóricos que nortearam o nosso estudo.

3.6 Participantes

Segundo Pires (1997b) cit. *in* Guerra (2006), nos estudos qualitativos não podemos falar em amostragem, apesar de serem vários os autores que utilizam a noção de “amostra não probabilística”, que o autor entende não fazer sentido neste tipo de estudo “(...) não é falso dizer que as pesquisas qualitativas constituem o seu corpo empírico de forma não probabilística. É a sua característica mais imediatamente visível. Mas convém não utilizar esse critério como princípio director para a classificação geral das amostras” (p. 43). Por seu lado, Guerra (2006), diz-nos que não faz sentido falar em amostragem nos estudos qualitativos pois não se procura a representatividade estatística mas sim a “representatividade social”.

Tendo presente estes factos seleccionámos os nossos primeiros entrevistados e demos início às entrevistas sem termos definido um número exacto de entrevistas a realizar, pois entendemos que deveríamos executar todas aquelas que fossem necessárias à clarificação da problemática e à prossecução dos objectivos. Após termos realizado seis entrevistas começámos a perceber uma certa homogeneidade nas respostas, o que nos levou a decidir não avançar com mais entrevistas. Não nos podemos esquecer, também, que havendo um limite de páginas a cumprir, tivemos que optar entre alongar o estudo ou aprofundar o mesmo mas com menos elementos, ou seja, a nossa escolha recaiu na utilização de entrevistas com profundidade e menos na quantidade de entrevistas.

A população-alvo deste estudo é constituída por um grupo de jovens pré-universitários e universitários. A idade foi um dos principais critérios subjacentes à escolha da população-alvo porque esta investigação vem no seguimento do trabalho iniciado com a monografia realizada como conclusão da licenciatura e que se intitulou “Sexualidade na Adolescência: Atitudes e Conhecimentos acerca dos Métodos Contraceptivos e Doenças Sexualmente Transmissíveis”. Assim, neste trabalho procurámos obter uma visão centrada na problemática proposta na monografia, mas que abarcasse a fase final da adolescência e o princípio da idade adulta, de modo a aprofundar os resultados que obtivemos na monografia, que se basearam na aplicação de um questionário a adolescentes dos 7.º ao 9.º ano de escolaridade.

O factor idade foi também importante na escolha do método de recolha de dados pois no trabalho anteriormente realizado os jovens não possuíam maturidade suficiente para responder a uma entrevista com este tipo de profundidade. Assim, foram realizadas seis entrevistas a jovens de ambos os sexos, todos residentes no concelho de Barcelos, com idades compreendidas entre os 17 e os 20 anos. A distribuição por sexos foi não equitativa, pois quatro elementos são do sexo feminino e os restantes do sexo masculino, tendo sido feita uma selecção ao acaso.

Quanto ao seu estado civil, todos os entrevistados são solteiros. No que respeita à profissão ou ocupação, também observámos que todos os entrevistados ou são estudantes, ou trabalhadores-estudantes. No momento da entrevista, dos seis entrevistados apenas quatro namoravam, mas os dois que não tinham à altura namorado já tinham anteriormente namorado. No que respeita ao início da vida sexual, todos já tiveram relacionamentos com consumação do acto sexual. Relativamente à frequência das consultas de planeamento familiar no Serviço Nacional de Saúde, apenas uma entrevistada recorreu aos serviços fornecidos por essas consultas. Contudo, duas entrevistadas referiram ter procurado apoio junto de médicos de medicina privada. Dos três restantes entrevistados dois são do sexo masculino e frisaram não necessitar recorrer a esses serviços uma vez que entendem que são do foro feminino.

De fazer notar que de todas as experiências sexuais relatadas pelos nossos participantes são no campo da heterossexualidade.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS PROVENIENTES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

4.1 Introdução

No presente capítulo serão apresentados e discutidos os resultados por nós encontrados através da aplicação das entrevistas. A respectiva apresentação será feita tendo por base as diferentes unidades de análise contidas nas diferentes matrizes que o leitor poderá encontrar em anexo.

4.2 Considerações sobre a sexualidade

Ao encetar este trabalho partimos com o propósito de procurar compreender o modo como é vivida e entendida a sexualidade num grupo de jovens (Anexo II). Para tal, começámos a entrevistar os jovens tentando recolher as suas percepções acerca da sexualidade, visando entender os seus pontos de vista relativos a esta temática. Da análise de conteúdo das entrevistas realizadas ressalta uma clara divisão entre aqueles que entendem a sexualidade como vivência plena do acto sexual, uma vivência física, com laivos de preocupação acerca dos métodos contraceptivos, das infecções e das doenças sexualmente transmissíveis, e aqueles que a associam fortemente aos afectos e à heteronormatividade, bem como ao desenvolvimento físico e psicológico. Atente-se nas seguintes passagens discursivas:

“(...) sexo, métodos contraceptivos e outras coisas mais. (...) Doenças sexualmente transmissíveis” E3;

“(...) o sexo só deve existir se houver realmente amor (...) não devemos andar a fazer sexo com toda e gente que nos aparece” E1.

Não são de estranhar estes resultados uma vez que ao analisar-se o conteúdo das entrevistas reportando-o ao sexo do entrevistado, temos que os jovens do sexo masculino apontam para um entendimento sobre a sexualidade assente na consumação física do acto, o que vem de encontro ao quadro social vigente que, desde cedo, associa masculinidade ao mero acto físico da relação sexual. De fazer notar que um dos jovens

do sexo masculino por nós entrevistados apresentou-nos o acto sexual como panaceia aos problemas físicos, senão atente-se a sua passagem discursiva:

“Perde-se mais calorias a fazer sexo, melhora a pele (...) e é bom porque relaxa o corpo e tira o stresse” E3.

Entendemos este resultado à luz de uma forte componente cultural pois ao homem, ainda hoje, se pede experiência “farta”, a própria virgindade masculina não é bem aceite, quase como se lhes pedisse que nascessem desvirginados. Há uma maior pressão para um começo da actividade sexual, ou pelo menos experienciação sexual desde muito cedo. Melo e Santana (2005), falam mesmo em discriminação sobre o “homem virgem”, facto que vem reforçar discursos e atitudes impregnadas de machismo. Senão vejamos Prazeres (2003), que apresenta uma clara distinção entre a vivência sexual masculina e a feminina. O autor refere que “Os códigos masculinos enfatizam o sexo orientado para o desempenho do coito, sendo que “(...) a masculinidade tradicional reforça a ideia de que o desejo sexual dos rapazes é algo biologicamente determinado e incontrolável (...)” (pp. 38-39).

Está presente nesta ideia uma visão essencialista que advoga uma vivência sexual determinada biologicamente. Esta visão encontra-se desfasada do pensamento construcionista que veio reforçar o discurso que apresenta a sexualidade não como meramente inata, mas como produto das condicionantes sócio-culturais, que nos fazem agir e reagir ao contexto em que nos movemos.

Giddens (1995) afirma, a este propósito, que a primeira experiência sexual masculina não é entendida como uma perda sendo sim um ganho, um extra “É um talismã para o futuro; não no que diz respeito a aspectos centrais do *self*, mas como um entre outros emblemas da capacidade masculina” (p. 34). Contudo, o desvirginar feminino surge associado ao conceito de perda e deve sempre obedecer a um tempo e momento certos, perspectivando, ainda que implicitamente, o percurso futuro da sexualidade das raparigas.

As entrevistadas do sexo feminino, por seu lado, apresentam o seu entendimento sobre a sexualidade tendo por base os sentimentos, os afectos, tal como demonstra a seguinte passagem discursiva:

“(…) sexualidade é partilhar os corpos com a pessoa que nós gostamos, mas tem que existir afectos, sentimentos, pois são muito importantes numa relação” E1

Há no discurso desta jovem uma certa correspondência entre a componente cultural em que a jovem foi educada e as suas próprias expectativas construídas na envolvência social em que se insere.

Do discurso dos nossos entrevistados ressalta também a heteronormatividade que nos permite aferir que há assimilação da componente social na formação da identidade sexual destes jovens, ainda que nem sempre conscientemente identificada pelos mesmos, mas que lhes molda o discurso constringendo a assumpção de diferentes formas de viver a sexualidade. Denota-se uma incorporação das normas ou do socialmente esperado e aceite como sejam as relações sexuais entre parceiros de sexo distintos, ou seja, a sexualidade:

“(…) é o relacionamento entre duas pessoas heterossexuais que têm um sentimento comum” E2

Com esta afirmação fica aqui mais uma vez patente que o relacionamento sexual para estes jovens é, ainda, visto à luz de um quadro de valores decorrentes do envolvente histórico-cultural advindo da tradição judaico-cristã. Esta tradição enforma as sociedades ocidentais e, mais especificamente a portuguesa, onde o acto sexual foi durante décadas entendido como modo de se aceder à procriação e não como modo de resolver as pulsões ligadas ao prazer (Costa, 2003). A cultura ocidental é pródiga em remeter a sexualidade para a sua mera função reprodutiva e genital sem valorizar, especialmente, a sua componente afectiva e emocional, que decorre dentro de um processo mais vasto que é o constructo educacional e vivencial do indivíduo e que lhe molda a sua vivência sexual.

Prazeres (2003) vai mais longe e afirma que “Os padrões da masculinidade que estão estabelecidos proibem a expressão da sexualidade com indivíduos do mesmo sexo” (pp. 39-40). O autor faz referência à estigmatização a que são sujeitos os indivíduos que têm uma orientação sexual voltada para elementos do mesmo sexo, que acarreta sentimentos de culpabilização e de ansiedade no indivíduo.

Este facto fica patente quando analisamos os resultados do estudo levado a cabo pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2007) acerca da sexualidade dos portugueses, em que ficou demonstrado que quer a homossexualidade, quer a bissexualidade não são orientações sexuais bem aceites, pois 58,8% dos homens inquiridos julgam totalmente errada a relação entre dois homens, percentagem que baixa para 53,8% quando essa relação se estabelece entre duas mulheres. Facto curioso, refere-se ao universo feminino onde se denota um nível maior de tolerância a esses comportamentos sexuais, pois somente 39,2% das mulheres inquiridas referiram ser o comportamento homossexual totalmente errado.

Estes resultados sugerem-nos que, apesar da propagada abertura da sociedade aos comportamentos individuais plasmados pelo direito à diferença e à liberdade individual, ainda subsiste na sociedade portuguesa muita da heteronormatividade onde os padrões morais são regedores da liberdade de cada um.

Todavia, não devemos extrapolar esta afirmação ou generalizá-la à totalidade dos estudos porque, como afirma Alferes (2002), o modelo clássico de socialização como recurso explicativo das pulsões sexuais está, a todo o momento, a ser posto em causa, donde nas sociedades ocidentais contemporâneas ganha cada vez mais relevância a experienciação individual, ocorrendo numa enorme abertura às práticas sexuais ditas minoritárias, que invalidam de certo modo a padronização ou a delimitação à priori dos comportamentos sexuais normatizados.

Segundo a teoria dos *scripts* sexuais (Gagnon & Simon, 1973 cit. in Quartilho, 2003), o desejo sexual perdeu a sua característica de universalidade, de heterossexualidade, de conduta dita naturalmente automática, associada aos impulsos meramente biológicos e

passou a constituir-se como fenómeno social onde interage o intrapsíquico, o interpessoal e a encenação cultural.

O desejo sexual e o modo como se vive a sexualidade nas sociedades contemporâneas mais evoluídas culturalmente movimenta-se num contexto relacional, é construído na interacção, sendo uma realidade disponível na satisfação de necessidades de afecto e protecção (Plummer, 1982 cit. *in* Quartilho, 2003).

A sexualidade, entendida na óptica de um modelo reprodutivo, limitado no campo moral ao seio de matrimónio, da heterossexualidade “(...) deu lugar a um modelo «recreativo» em que a sexualidade é vista como uma dimensão lúdica da vida” (Vilar, 2003, p. 160).

Da leitura das entrevistas realizadas podemos inferir que a vivência da sexualidade ocorre num contexto amplo de afectos e partilha de emoções que interagem no seio de um contexto social profícuo em encenações culturais. Os actos performativos homogeneízam comportamentos e potenciam respostas concertadas com o esperado ditado pela ambiência sócio-cultural. Esta realidade encontra eco nas passagens discursivas por nós seleccionadas:

“(...) envolve sentimentos, envolve atitudes físicas” E4;

“(...) é através da sexualidade que nós nos desenvolvemos (...)” E5;

“(...) falar de sexo (...) todos os tipos de sexo. Sexualidade é sexo, é o envolvimento entre duas pessoas” E6

Desta última passagem discursiva ressalta uma certa ruptura com a assumpção de que a sexualidade deve obedecer à heteronormatividade, pois o entrevistado não refere o envolvimento entre que pessoas, se de sexos iguais ou distintos, o que nos leva a colocar como hipótese explicativa deste facto uma certa abertura do jovem à experiênciação livre da sexualidade. Todavia a afirmação pode também remeter-nos para a possibilidade de a heteronormatividade estar de tal modo interiorizada que o jovem sequer coloca a hipótese de se contemplar em outras variantes na conjugalidade.

Quando partimos do entendimento dos jovens acerca do que é a sexualidade e procuramos respostas para a importância que lhe é atribuída, vemos que há diversidade de registos. A importância para estes jovens envolve uma panóplia relativa de afirmações, pois se uns atribuem-lhe importância num contexto ligado à maturidade física e psicológica, “(...) é importante para o bem estar físico e psicológico (...)” E4; “(...) há dias em que nós precisamos de estar com a pessoa que nós gostamos (...) quando achamos que é necessário ficarmos bem dispostos” E5, afirmações consentâneas com a definição preconizada pela Organização Mundial de Saúde (1996) que refere que a sexualidade é veículo condutor da saúde física e mental, outros buscaram-lhe a importância na construção de uma relação amorosa e na demonstração de afectividade, que subtilmente se associa ao conhecimento do outro “(...) faz crescer e faz conhecer a outra pessoa”. E6; “(...) entrego-me totalmente demonstro-lhe o meu amor por ele” E2.

Daqui parece-nos lícito inferir que os jovens entrevistados dão importância à sexualidade porque esta permite a entrega, a partilha de emoções, de intimidades, a busca do auto-conhecimento a partir do outro, dimensão não menosprezável se pensarmos que o acto sexual não tem um carácter meramente procriativo, mas é “mola” no desenvolvimento das relações interpessoais (Sprinthall & Collins, 1994). Gherpelli (n.d.), por seu lado, refere que a sexualidade pressupõe que se fale de intimidade porque está intimamente ligada aos afectos, em suma, o sexo adquire importância enquanto impulsionador de prazer, permitindo que se aceda e se dê prazer, “(...) o sexo só deve existir se houver realmente amor (...) não devemos andar a fazer sexo com toda a gente que nos aparece” E1.

Ainda nesta unidade de análise um outro aspecto focado ao longo das entrevistas diz respeito à construção da Identidade Sexual e Relação com a Sexualidade. Neste aspecto, procurámos perceber o momento em que estes jovens sentiram o despertar da sua sexualidade e de que modo a vivenciaram. Somos levados a sugerir que para os nossos entrevistados, o surgimento das alterações físicas constituíram um marco importante na medida em que influenciou a construção da identidade sexual para estes jovens. É notório que o momento ligado às alterações corporais teve papel preponderante no despertar da sexualidade, senão atente-se nas seguintes passagens discursivas: “(...) a menstruação, o crescimento do peito, pêlos na zona púbica e aí é que nos desperta o

nosso interesse sexual.” E2; “(...) o nosso corpo modifica (...) isso para além de atrair mais o homem vai influenciar para que haja ali uma vontade diferente” E5, a par da intensificação do desejo “(...) quando notamos que estamos a crescer (...) sente-se aquela vontade de experimentar aquilo novo, parece uma necessidade de me envolver com o sexo oposto” E3. São momentos marcantes no começo desta nova etapa na vida dos jovens.

Estes resultados não são de estranhar pois Pereira (1993) faz referência ao facto de apesar das transformações físicas serem sentidas de modo diferente quer por rapazes quer por raparigas, elas constituem indubitavelmente o ponto de referência na construção da identidade sexual onde, segundo a autora, o surgimento da menstruação é a referência clara que marca a mudança para as raparigas. Nos rapazes as transformações não ocorrem como um acontecimento marcante que referencia essa fase, mas mesmo assim são o ponto de partida da definição de identidade sexual.

Segundo Prazeres (2003), a maturidade biológica e psicosexual nos rapazes é, em média, mais tardia do que nas raparigas, o que pode levar a situações de desconforto face aos pares mais desenvolvidos e mesmo face às raparigas da mesma idade. Por isso é frequente os rapazes procurarem raparigas mais jovens, pois, deste modo:

(...) têm mais probabilidades de mascarar a inexperiência e a timidez e de serem capazes de cumprir as expectativas dos pares masculinos, ou seja, de dominar. Tendem, por isso, a fingir ou a fantasiar a sua própria realidade – o que é detectado em diversos estudos, ao sobrevalorizarem as suas vivências sexuais (p. 42).

A identidade sexual resulta numa panóplia de factores onde a auto-estima detém um papel muito importante. Ela advém do crescimento e dos relacionamentos interpessoais que se estabelecem, sendo que surge intimamente ligada aos afectos e aos relacionamentos amorosos (Vilar, 2003).

A construção da identidade sexual é, pois, um facto marcante na passagem dos adolescentes à idade adulta, sendo que há socialmente uma maior pressão sobre os jovens do sexo masculino, pressão essa assente nos padrões de socialização tradicionais (Prazeres, 2003). Tendencialmente, os jovens replicam os modelos que observam e

apreendem em contexto familiar, onde maioritariamente predominam os padrões de masculinidade tradicional em que a reciprocidade masculino/feminino ainda não é bem vista.

De referir que na informalidade da entrevista ficou para nós patente que os ritmos da relação são predominantemente marcados pelo elemento masculino. Quer as entrevistadas, quer os entrevistados deixaram antever, através do seu discurso, uma visão tradicional do relacionamento, onde em coisas banais como sejam os dias de encontro, os locais de encontro, entre outras, são definidos em função dos desejos e disponibilidade masculinos.

Nunes (1987), advoga que é na passagem da adolescência à idade adulta, onde se define a construção e o modo como se vivencia a sexualidade, mas para que tudo se processe sem sobressaltos deverão interagir subsistemas que o autor nomeia de “(...) sexo biológico, a identidade sexual, o papel sexual, a fantasia sexual e o comportamento sexual, ordenados desta forma num sentido hierárquico e integrativo ascendente” (p. 135).

É nesta fase, de transição entre a adolescência e a fase adulta, que pode ocorrer a experiencição de relações sexuais entre elementos de mesmo sexo, muitas vezes potenciadas pelo tempo que o adolescente passa com os seus pares, desenvolvendo, não raras as vezes, sentimentos de dependência face a um elemento mais dominador o que pode confundir-se com atracção.

Todavia, mesmo que se desenvolvam sentimentos mais profundos entre elementos do mesmo sexo nesta idade, só mais tardiamente eles são assumidos em plenitude. Como referem vários autores, nomeadamente Giddens (1995), o assumir de comportamentos sexuais não normatizados envolve maturidade e segurança que na adolescência e fase inicial da vida adulta ainda não encontramos.

Nos discursos produzidos, o despertar da sexualidade para os nossos jovens entrevistados manifestou-se pela atracção pelo sexo oposto e pela intensificação do desejo. Este despertar representou uma viragem que marcou a sua entrada num mundo

de desejos desconhecidos, que lhes criou dúvidas e incertezas, mas ao mesmo tempo foi-lhes prazeroso, senão atente-se nas seguintes passagens discursivas:

“Vários tipos de emoções juntas (...) senti uns frios, e surgiram dúvidas (...) se estava a fazer a coisa certa ou não (...)” E1

“(...) quando estava com o meu namorado sentia assim uma atracção muito forte e foi assim que eu comecei a perceber que estava a entrar numa nova fase: a da sexualidade” E5

“(...) comecei a sentir assim atracção por mulheres (...) a ver filmes pornográficos.” E3

As afirmações pertencem a duas raparigas e a um rapaz, respectivamente, e como podemos constatar todos apontam as sensações físicas e a atracção como ponto de partida na sua descoberta da sexualidade. Estes resultados vão ao encontro dos estudos por nós pesquisados para a elaboração do quadro teórico porque são vários os autores, nomeadamente Zagury (2000), Lopez e Fuertes (1999) e Pereira (1993), que acentuam a importância das transformações físicas como marco deflactor no despertar do interesse sexual na adolescência.

Se atentarmos em estudos anteriores vemos que o desejo sexual feminino não era valorizado sendo completamente ignorado, ou até negado “O desejo sexual da rapariga não é qualquer coisa que existe e que ela tem que controlar; é qualquer coisa que lhe é apresentada como inexistente” (p. 79).

Os depoimentos femininos por nós recolhidos levam-nos a sublinhar as transformações ocorridas na sociedade portuguesa, nas últimas décadas, ao nível das mentalidades. Atente-se na seguinte passagem discursiva que demonstra, em nosso entender, e apesar de ocorrer num contexto intimista proporcionado pela entrevista, o assumir do lado físico do desejo sexual por parte do sexo feminino: “(...) atracção pelos rapazes, a sentir um formigueiro, a querer beijar (...) sentir a vagina húmida, um certo arrepio na vagina” E2. Em suma, “As mulheres aprenderam a encarar a sexualidade como uma forma de prazer, separada da reprodução” (Quartilho, 2003, p. 146).

A leitura desta passagem induz-nos a afirmar que os jovens por nos entrevistados encontram-se moldados pelo discurso social, político e cultural mais abrangente que enforma a sociedade portuguesa contemporânea e que contempla a diversidade de práticas e vivências alternativas da sexualidade.

A par das transformações físicas vemos que o material pornográfico teve, também, um papel determinante na descoberta da sexualidade, o que não é de estranhar se pensarmos no peso que esta indústria tem nos consumos dos adultos como estimulante das sensações eróticas.

O conteúdo das nossas entrevistas aponta no sentido de que os jovens entrevistados revelam uma identidade sexual alicerçada nos padrões sociais normativos, em que se denota uma certa linearidade na vivência da sexualidade, ou seja, o que seria de esperar dos rapazes e das raparigas concretizou-se, ocorrendo atracção entre as polaridades masculino/feminino.

Será pertinente questionarmos qual o discurso que estes jovens teriam se, em algum momento da construção da sua sexualidade, a sua orientação sexual tivesse pendido para elementos do mesmo sexo. Qual seria então o seu discurso, a aceitação seria “pacífica” ou haveria “combate” interno e externo para a compreensão e posterior assumir de orientações?

Se analisarmos as respostas dos nossos entrevistados relativas à questão acerca das dúvidas que lhes surgiam com as alterações físicas, é-nos possível perceber que quase todos diziam ter conhecimentos suficientes para aceitar essas transformações, como se pode ver nas seguintes unidades de contexto:

“(...) eu sabia que aquilo era normal (...) porque o nosso corpo passa por muitas mudanças (...)” E3

“(...) achava que era normal (...) os meus pais já tinham falado do que ia acontecer ao meu corpo (...)” E4

De registrar que somente um entrevistado assumiu categoricamente a ausência de conhecimentos que lhe permitissem assimilar as alterações físicas com segurança:

“(...) tive um bocado de dúvidas. Porque é que uma pessoa tem o período, porque é que sai o sangue (...)” E2

Esta passagem discursiva sugere a ausência de informação, ou pelo menos esta entrevistada não a recebeu e assimilou convenientemente, ou seja, provavelmente esteve em contacto com a informação porque frequenta contextos onde ela circula, mas não conseguiu fazer a apropriação mais conveniente ao entendimento. Esta afirmação é consentânea com determinados estudos, nomeadamente Brasil, Mitsui, Pereira e Alves (2000) que referem que os jovens não detêm informação suficiente para explorar a sexualidade de forma segura ou aceitar as suas transformações físicas.

Estes mesmos autores afirmam que “Poucos são os pais que conversam com os seus filhos sobre questões ligadas a namoro, sexo, anticoncepcionais, doenças sexualmente transmissíveis, pois ainda existem muitos tabus e preconceitos a respeito desse assunto” (p. 466).

Quando perguntámos aos nossos entrevistados quais as suas reacções às alterações físicas, somos induzidos à ocorrência da aceitação pacífica, o que desmistifica um dos paradigmas teóricos que apresenta a adolescência como uma passagem problemática, um tempo intermédio entre o ser criança e o ser adulto, onde a aceitação da mudança é geralmente mal aceite. Atente-se nas passagens discursivas:

“(...) reagi bem, reagi muito bem” E5

“(...) aceitei bem (...) Eu já estava à espera das mudanças, não achei nada fora do normal” E6

“Aceitei bem, não achei nada demais (...) não dei muita importância” E1

Bizarro (2000/01), refere que a adolescência é um período adaptativo, onde as mudanças físicas têm um papel importante mas não único, porque na adolescência aliam-se às alterações anátomo-fisiológicas as alterações psico-emocionais com forte

carga no desenvolvimento futuro do indivíduo. É um período onde o jovem não se sente bem em casa, mas ao mesmo tempo não encontrou ainda a sua “tribo”. A autora afirma que o período relativo à adolescência é aquele que mais exige aos jovens porque obriga a adaptações constantes e ao despertar e penetrar em campos desconhecidos.

Os resultados obtidos sugerem que os nossos entrevistados não foram assaltados por essas questões, que as mudanças ocorreram naturalmente a seu tempo e devidamente esclarecidas, houve uma aceitação relativamente pacífica, em nossa opinião, porque informada, excepção feita a uma jovem entrevistada que assumiu estranheza “Muito mal (...) comecei a aumentar muito os seios, a alargar para os lados (...) foi um bocado estranho” E2. Aventámos como hipótese explicativa para este facto a ausência ou a má interpretação da informação recebida por parte da entrevistada. Somos induzidos a esta explicação porque é a mesma entrevistada que já anteriormente tinha manifestado dúvidas acerca das alterações físicas, que em nossa opinião resultaram de alguma falta de informação.

Face a estes resultados, somos levados a questionar esta aparente excepcionalidade, ou seja, quando vários estudos apontam no sentido da problematização da adolescência, os nossos entrevistados afirmaram terem passado por ela de um modo nada problemático.

Talvez seja demagógico pensarmos que estes resultados são fruto da implementação de projectos na área da educação sexual nas escolas, porque a introdução de uma disciplina onde a abordagem da problemática sobre a sexualidade num contexto mais vasto de educação sexual ainda não conseguiu ser introduzida em toda a rede escolar nacional.

Existem determinados estabelecimentos de ensino onde os projectos ao nível da educação sexual são já uma realidade, mas constituem uma pequena minoria no panorama nacional. A introdução de programas sobre educação sexual, em contexto escolar, possui já uma história longa. Na Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986 é proposta a integração da educação sexual numa disciplina mais abrangente que se denominaria Desenvolvimento Pessoal e Social. Durante a década de 90, e face à inércia do próprio sistema educativo em fazer avançar o projecto global de educação sexual em todas as escolas do país, a Associação do Planeamento Familiar propõe a realização de

um projecto que engloba cinco escolas do país e de vários níveis de ensino, apresentando um documento com as linhas orientadoras no ano 2000.

Entretanto, em 1999, surge a Lei n.º 120/99 de 11 de Agosto que estabeleceu as medidas essenciais à promoção da educação sexual, da saúde reprodutiva e de prevenção das DST's, bem como o quadro legal da interrupção voluntária da gravidez, para ser implementadas quer nos estabelecimentos de ensino quer de saúde, sendo aconselhado o desenvolvimento de acções conjuntas para o efectivo andamento do projecto.

Abandona-se em 2000 a ideia de uma disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social e surge o Decreto-lei 259/2000 que propõe que se integre a educação sexual num projecto educativo escolar mais abrangente que englobasse os projectos de trabalho de turma.

Vilar (2003) refere que existem já muitas escolas que conseguiram integrar de modo mais ou menos regular os projectos de educação sexual, que há já muitos docentes que procuram colmatar falhas na sua formação ao nível de educação sexual com acções de formação. Todavia, na óptica deste autor, a educação sexual em contexto escolar perde eficácia porque enfatiza essencialmente a dimensão procriativa da sexualidade, mas “(...) completamente dissociada da dimensão relacional da sexualidade humana, como se, por exemplo, a fecundação acontecesse fruto de um encontro casual e inexplicado entre um espermatozóide e um óvulo, e não no contexto de uma relação humana extremamente significativa” (p. 175).

A par da importância do contexto escolar na divulgação da problemática da sexualidade temos que referenciar o papel dos *mass media* que como afirma Folscheid, 2002 cit. in Vilar (2003) “(...) o sexo encontra nos *media* um excelente meio de difusão” (p. 165).

Os meios de comunicação são um poderoso meio de divulgação de questões ligadas ao sexo e à sexualidade, rompem ou reforçam com os tabus que ainda persistem, lançam novas temáticas para o quotidiano, são massificadores e de fácil acesso. Contudo, Vilar (2003) faz notar que as informações que divulgam são muitas vezes parcelares, superficiais, mistificadoras e confusas, detendo o seu poder mais na difusão do que

propriamente na formação, passagem de conhecimentos ou de competências. Mudam atitudes e comportamentos mas falham nos ensinamentos.

Na categoria “Estratégias utilizadas para esclarecer dúvidas” procurámos perceber que tipo de dúvidas relativas às transformações físicas e à própria sexualidade assaltaram os nossos entrevistados e quais as estratégias que utilizaram para as colmatar.

Fazendo uma análise mais profunda à questão acerca das principais dúvidas que surgiam aos nossos entrevistados antes da consumação do acto sexual, vemos que as respostas são idênticas entre as dúvidas que se reportam às infecções, doenças sexualmente transmissíveis e contraceção e as dúvidas referentes ao auto-conhecimento e à própria consumação do acto sexual: “(...) como é que era ter/fazer sexo (...) qual era a sensação (...).” E2.

Registámos nas passagens discursivas relativas a este campo a existência de um certo contrasenso, pois os entrevistados, como mencionámos anteriormente, apresentaram-se como plenamente esclarecidos, mas nesta altura da entrevista assumem que possuíam determinadas dúvidas, ou seja, que o seu conhecimento não era tão vasto como referiram.

Reforçámos esta constatação ao atentarmos que à medida que pedíamos resposta para a questão referente às dúvidas que os entrevistados possuíam, estes demonstravam desconforto. Assinalámos intenso rubor, maiores hesitações na escolha das palavras que se prolongavam em longos silêncios, ao mesmo tempo que notámos o surgimento de determinados tiques, nomeadamente mexer no cabelo e nas mãos.

É pertinente focar que os dois elementos masculinos entrevistados colocaram as suas dúvidas no campo formal da anticoncepção e doenças sexualmente transmissíveis: “(...) sobre as DST’s e saber sobre os métodos contraceptivos.” E3; “(...) como usar métodos contraceptivos.” E6. Afirmações desta natureza são mais comuns ao sexo feminino pois afinal a gravidez ainda continua a ser uma questão da mulher visto que é a mulher que engravida; no entanto, as afirmações por nós recolhidas mostram que as dúvidas que as

jovens apresentavam prendiam-se, essencialmente, com aspectos físicos “(...) coisas que eu não gostava no meu corpo.” E1; e com aspectos da própria natureza feminina “(...) naquela altura em que a gente começava a ser menstruada.” E4.

No nosso estudo emerge que as dúvidas geralmente assumidas como respeitantes ao sexo masculino, nomeadamente no que concerne à mecânica e orgânica do acto sexual surgiram do lado feminino. Este, por sua vez, não apresentou as dúvidas que seriam expectáveis e que dizem respeito à prevenção de uma gravidez indesejada, e ancoraram-se em aspectos de natureza física, de imagem, de consumação do acto sexual.

Uma das razões explicativas para o facto dos rapazes referirem dúvidas ligadas à contracepção, às infecções e às doenças sexualmente transmissíveis, reside no facto de lhes ser desde muito cedo inculcada a ideia de que o contágio de infecções graves sexualmente transmissíveis é uma realidade, nomeadamente o HIV. Este discurso não é dirigido somente aos rapazes mas também às raparigas. Contudo, as nossas entrevistadas não referiram dúvidas neste campo, o que nos leva a sugerir que ou o seu conhecimento sobre os assuntos referenciados era realmente sólido, ou representa, a nosso ver, a forte pressão que a sociedade exerce sobre as raparigas no que concerne aos aspectos físicos.

As mulheres são pressionadas pela sociedade em que vivem a promoverem o “culto do corpo”, onde o ser magro é uma “benesse”, que conduz o sexo feminino às constantes sessões de ginástica, aos tratamentos de beleza, à persistente adopção de um regime alimentar assente na dieta. Os cânones de beleza que circulam nos *media* “escravizam” o sexo feminino em busca de uma imagem modelo.

Analisando os dados na óptica das transformações acerca da sexualidade decorrentes das mudanças sociais ocorridas ao longo das últimas décadas, estes sugerem-nos que os nossos entrevistados masculinos coadunam o seu comportamento numa perspectiva mais aberta da masculinidade, pois como refere Giddens (1995) ao homem pede-se-lhe que desenvolva o seu “lado feminino”, que procure não esconder anseios e emoções, mas ao mesmo tempo pede-se-lhe que não dispa totalmente o seu “lado” másculo e de auto-suficiência. A ambiência sócio-cultural emergente das sociedades ocidentais

contemporâneas fez surgir um novo tipo de homem que seduz, mas também quer ser seduzido, que ocupa os papéis consoante os contextos, que assume cada vez mais as suas fraquezas que o não são a partir do momento em que as partilha, senão vejamos a seguinte passagem discursiva d um jovem entrevistado: “Às vezes tinha algumas dúvidas (...)” E6.

O aparecimento da cataloguização das masculinidades donde o “metrossexual” é um bom exemplo, possibilitou a assumpção de “novas roupagens”, aos símbolos assumidos como másculos e que passaram a ser de nova ordem. O homem contemporâneo assume as suas preocupações físicas e de beleza sem receios de ser apontado num sentido de ostracismo mas antes como um exemplo a seguir.

Na senda destas transformações ocorridas nas sociedades ocidentais, o papel clássico de masculinidade onde emergia o auto controlo, o domínio *versus* passividade, dependência feminina, deu lugar a uma alteração de papéis onde a mulher é autónoma, busca partilha, sente prazer e tem um papel activo na vivência sexual tal como o homem é chamado a ter. Claro que não nos é possível de todo assumir estas transformações como emergentes em todas as sociedades e culturas, mas podemos avalizá-las no contexto sócio-cultural das sociedades do ocidente.

Quando perguntámos aos jovens quais as estratégias que utilizavam para esclarecer as dúvidas que lhes surgiam acerca das mudanças físicas e do crescente desejo sexual inerente ao crescimento, obtivemos registos que apontam para a existência de uma certa vergonha em assumir a ignorância face a certos assuntos. Mais uma vez fomos levados a assumir o sentimento de vergonha nestes jovens através dos gestos que denunciaram o pouco à vontade com as questões que lhe estávamos a colocar.

Talvez a explicação para este facto resida no controlo que os pares exercem e que podem ser manifestamente cruéis com quem assuma ignorância. Ninguém gosta de ser motivo de riso ou chacota, havendo também uma certa pressão social para que todos pareçamos muito abertos e instruídos. Apesar de termos tentado explorar com mais profundidade o discurso dos jovens entrevistados, no sentido de nos explicarem porque

razão não assumiam directamente as suas dúvidas, estes mostraram-se muito esquivos, tentando contornar e até desviar o rumo das questões.

Actualmente, dada a profusão de meios de comunicação, a sociedade não é muito tolerante com a falta de conhecimentos, pois ostraciza aqueles que não conseguem acompanhar a evolução dos tempos, onde todos somos chamados a dizer que sabemos, que possuímos, que fazemos, o que faz com que quando alguém não sabe ou desconhece, procure esconder a sua ignorância, escudando-se em determinadas estratégias, não comprometedoras do seu *status* de pessoa esclarecida.

Quase que podemos sugerir que um jovem que assuma frontalmente a sua ignorância em determinado campo e, mais concretamente, no que concerne à sexualidade, é logo apontado pelos seus pares e motivo de chacota. Um outro factor que pode contribuir para escamotear as dúvidas é que há ainda muita vergonha escondida quando a temática se reporta ao sexo e à sexualidade.

Se atentarmos em algumas passagens discursivas podemos aferir que a dissimulação e atribuição de dúvidas a interposta pessoa são as estratégias mais recorrentes, senão vejamos: “(...) em vez de dizer eu tenho, dizia uma amiga tem. Colocava sempre as minhas dúvidas numa amiga.” E1; “(...) utilizava um amigo porque tinha vergonha de colocar certas dúvidas mais íntimas.” E3; “(...) às vezes apanha-se isso em conversa ou diz-se: ai é verdade? E aí já dá para entrar no assunto.” E5

Estes registos são característicos de jovens que, apesar de aparentarem confiança e uma atitude pró-activa face à sexualidade ainda se encontram, inconscientemente, presos a tabus, a peias criadas pelo sentimento de vergonha em assumir ignorância ou desconhecimento. Contudo, este não é um quadro exclusivo dos jovens entrevistados pois são vários os estudos que demonstram que o grupo de pares é o meio privilegiado de interacção social, afectivo e das trocas cognitivas (Pereira, 1993).

Outra categoria que considerámos pertinente analisar foram as principais dúvidas que os nossos entrevistados identificavam como sendo comuns ao grupo de pares. As seguintes passagens são elucidativas: “(...) foram dúvidas comuns.” E6; “(...) somos todos de

idades semelhantes e por isso julgo que as dúvidas que tenho eles quase de certeza também têm.” E5

Podemos constatar que estes jovens recorrem preferencialmente aos amigos, ao grupo de pares, para clarificarem as suas dúvidas quando afinal esses amigos parecem ter dúvidas similares. Devemos então questionar: de que modo é que os jovens conseguiram obter respostas satisfatórias acerca dos seus receios? Das entrevistas percebemos que estes jovens não pessoalizavam os seus receios, usando estratégias dissimulativas para obter respostas, que inferimos virem imbuídas de incertezas resultantes de medos e receios comuns. Será até lícito questionar novamente: se eu não sei para mim de que modo é que eu posso ajudar o outro?, ou parafraseando Sousa e Colaboradores (2006), a busca de informação junto de jovens igualmente imaturos contribui exponencialmente para a prática de sexo e vivência da sexualidade de modo inseguro e de resto, esta é uma das razões do número de gravidezes não planeadas na adolescência.

Partindo da análise dos resultados à categoria que pedia a identificação dos medos foi-nos possível estabelecer a existência de uma tipologia de medos, ou seja, no que se refere ao despertar da sexualidade, podemos ver que há uma multiplicidade de registos que vão desde o medo à dor física: “(...) foi saber se dóia.” E2, ao medo de falhar no acto: “Não conseguir nunca ter relações sexuais ou o desejo de tentar e não controlar (...)” E6.

O facto de ter havido dispersão na recolha de opiniões faz com que possamos afirmar que há uma diversidade de medos não existindo um só medo comum aos entrevistados. Na maioria dos estudos por nós pesquisados o medo mais comum que perpassa a mente das raparigas é a possibilidade de uma gravidez indesejada, no entanto apenas uma das entrevistadas o referiu: “(...) o meu receio era que me entregasse a primeira vez e depois aquilo não desse certo (...) a gravidez acho que é a que mais me preocupa (...)” E5. Como nos é dado inferir pelo discurso persistente, demorado e aparentemente reflectido que a jovem entrevistada utilizou na resposta a esta questão, podemos referir que a entrevistada deu primazia ao medo de o relacionamento não dar certo depois de ter havido relações sexuais e, somente num segundo momento é que referiu a gravidez,

contudo pensamos que apesar de não assumido especificamente pelas outras entrevistadas, não quer que esse modo não estivesse presente.

Nesta passagem discursiva ficou para nós claro que a jovem entrevistada assume a entrega a uma relação sexual pela primeira vez como algo muito importante, numa assumpção daquilo que Giddens (1995), refere que uma rapariga quando se entrega fá-lo na expectativa de um projecto para o futuro, na ânsia de que ao ser desvirginada está a fazer uma troca de algo precioso por atenção e carinho.

Um outro medo referido foi o da possibilidade do corpo ficar marcado “(...) sei lá tinha medo que ficasse com o corpo desproporcional (...)” E4. Desta passagem discursiva ressalta um medo associado a crenças antigas mas que ainda perpassam os ditames culturais actuais. Somos aqui chamados a fazer referência a ditos populares que são do conhecimento do senso comum e que diziam que quando uma mulher tinha relações sexuais ficava com um olhar e andar diferente, ou seja o seu corpo ficava marcado. Parece ilógico uma jovem criada numa ambiência cultural advinda do pós 25 Abril onde a sociedade se abriu, utilizar uma argumentação pouco ou nada científica. Podemos até questionar a qualidade da informação que chega até estes jovens, qual o papel da sua rede social e de pares, em que medida a sua tão apregoada abertura, conhecimentos e descomplexo face à sexualidade é assim tão real?

Os entrevistados masculinos referenciaram os seus medos na possibilidade de se romper o preservativo, o que acresce a probabilidade de uma gravidez não desejada, a par da possibilidade de falhar ou sequer concretizar o acto sexual “Não conseguir nunca ter relações sexuais ou o desejo de tentar e não poder controlar (...)” E6. Este receio é consentâneo com o padrão de masculinidade que emana da nossa sociedade e que pressiona o homem a não “defraudar expectativas” (Prazeres, 2003, p. 41) a corresponder satisfatoriamente não importa quais as circunstâncias.

Relativamente ao grupo de pares e à abertura que o mesmo manifesta face à sexualidade podemos referenciar a similitude das respostas recolhidas, que vai desde uma franca abertura, passando pela ambivalência até à dificuldade em abordar questões relativas à sexualidade com os colegas e amigos. Assim, enquanto que dois entrevistados, rapariga

e rapaz, afirmam que junto dos colegas e amigos o tema sexo não é tabu “(...) eu para falar de sexo não me custa nada (...)” E2; “(...) acho que nós abrimo-nos de modo igual.” E6, outros dois escondem-se atrás de uma ambivalência que oscila entre o eu não tenho problemas em falar, mas não falo, senão atente-se nas duas passagens discursivas que, curiosamente, pertencem também a uma rapariga e a um rapaz: “Há coisas que não digo, que guardo só para mim, mas normalmente não tenho grandes complexos.” E4; “(...) falo abertamente com eles, mas às vezes fico mais calado depende do assunto, porque não gosto de partilhar a minha vida com eles.” E3.

Os dois primeiros registos surgem dentro daquilo que era expectável pois já Pereira (1993) tinha afirmado que o grupo de pares, por envolver jovens com idades aproximadas, faz com que haja maior abertura na abordagem dos temas, dos receios e ansiosos que são maioritariamente comuns. Esta proximidade de idades faz com que haja uma maior comunhão na partilha das suas vivências, uma procura para desabafar, para esclarecer dúvidas, o que vem também ao encontro daquilo que nós encontramos no ponto em que questionávamos a quem recorriam para se aconselhar.

Estas duas passagens discursivas, pertencentes a duas jovens entrevistadas, que nos demonstram que apesar do grupo de pares ser o grupo de referência, há ainda uma certa resistência ou dificuldade em falar abertamente de sexualidade com os amigos “(...) nunca abordam profundamente assim esse assunto, é muito assim as coisas por alto.” E5; “(...) eu no meu caso não, sou mais reservada, acho que não tenho tanto à vontade como eles têm” E1, demonstram que muita da apregoada abertura face à sexualidade que os jovens denotavam no início das entrevistas, se foi diluindo à medida que se aprofundou o carácter das questões.

Parece-nos lícito questionar: estamos perante jovens que se intitulam reservados, mas será que não é um sentimento mais profundo que a mera reserva de intimidade? Não estaremos perante jovens que hesitam em assumir sentimento de vergonha em falar de sexo por este continuar ainda muito imbuído em crenças, tabus e amarras que o diabolizam? Podemos até ir mais longe e questionar a qualidade e quantidade de informação/conhecimentos que estes jovens afirmaram possuir, pois ao assumirmos determinados medos estamos a pôr a nu, indirectamente, uma certa ignorância que não é

condizente, como já fizemos referência, com a sociedade de conhecimento onde nos movemos.

No que concerne às dificuldades que os jovens sentiram na procura de informação acerca dos meios de protecção, foi-nos possível constatar que os veículos privilegiados de informação são a escola, os amigos, a *internet*, os livros e a família. Reparemos nas seguintes passagens discursivas: “Além da escola temos sempre aqueles amigos em quem confiamos (...)” E1; “Às vezes falava disso com as colegas minhas, havia livros sobre isso.” E4; “(...) *internet* (...) amiga de família mais velha (...) com os meus pais e tios meus.” E6. Sumariando os excertos podemos aferir que o predomínio dos amigos uma vez mais se faz notar, o que nos leva a questionar se a informação recolhida sobre os meios de comunicação seria a mais pertinente ou até a mais fidedigna, pois como já referimos anteriormente os jovens entrevistados acabaram por referir que os seus pares apresentavam o mesmo tipo de dúvida e medos que eles próprios. Tal como faz notar Pereira (1993) o grupo de amigos é de suma importância na conferenciação acerca da sexualidade, sendo também de referir que quer rapazes, quer raparigas procuram pares do mesmo sexo e idade, havendo como que uma argumentação que enfatiza a paridade de idade e de sexo. No entanto, no nosso estudo não nos foi possível estabelecer esta paridade pois um dos entrevistados masculinos refere ter procurado ajuda numa amiga mais velha, com os pais e tios.

Enquanto que no estudo da autora supracitada a escola e os professores não são relevantes no esclarecimento das dúvidas e na procura de informação acerca dos métodos contraceptivos, os nossos jovens deram um papel de destaque à escola pois repare-se “Palestras lá na minha escola, não faltavam, mas por acaso já conhecia todos os métodos contraceptivos.” E3; “A minha psicóloga na escola.” E1

Estas unidades de contexto sugerem-nos que os nossos entrevistados frequentam escolas onde os programas sobre educação sexual se encontram já implementada. Quase todos os entrevistados quando por nós questionados sobre quem lhes dirigia a informação no contexto escolar, referiram ser os professores na sala de aula e/ou psicólogos quando realizavam palestras sobre a temática.

Outro facto que ressalta das nossas entrevistas é a referência aos pais, o que mais uma vez a literatura existente diz não ser no seio da família o ponto de encontro para se esclarecer acerca da temática sobre a sexualidade. Brasil et al. (2000) aferiram que a família, mais concretamente o diálogo com os pais não resulta, é difícil de estabelecer, sendo que estes preferem delegar no meio escolar a árdua tarefa de educar os seus filhos para a sexualidade. Melo e Santana (2005) chegaram a esta mesma conclusão nos seus estudos e referem mesmo que “As famílias não se sentem à vontade para tratar do tema sexualidade, transferindo esta atribuição para a escola que, por sua vez, não se encontra preparada para assumi-la (...)” (p. 151).

Analisando a questão em que pedíamos para abordar as consequências de um acto sexual não protegido, podemos inferir que os jovens manifestam conhecimento das reais consequências. Há, em todos os registos, um sentido formal que nos aponta a consonância de opiniões de todos os entrevistados, senão atente-se nas seguintes unidades de contexto: “Pensei mais numa gravidez indesejada.” E1; “Pensei primeiro nas doenças sexualmente transmissíveis (...) uma gravidez não é doença.” E2; “Nas duas coisas sempre.” E6.

No nosso estudo os participantes sexo masculino referiram também preocupação com a gravidez, o que demonstra coerência de discurso destes jovens, pois como referimos anteriormente, no que concerne às suas preocupações e dúvidas antes de encetarem uma relação sexual, estes jovens manifestaram dúvidas no campo da contraceção, das IST’s e das DST’s. Aferimos por isso uma certa linearidade de discurso, que se pautou por um certo equilíbrio e ponderação.

Os resultados apontam para o conhecimento das consequências possíveis de relações sexuais não protegidas, mas são vários os estudos nacionais e internacionais que demonstram que os jovens possuem conhecimentos, mas na prática adoptam comportamentos de risco não utilizando nenhum meio de protecção ou utilizando-os de um modo muito pouco eficaz. Campos (1990) categoriza as prováveis razões em um tríptico que assenta na desinformação dos jovens; na incapacidade para se assumirem como seres sexuais e por último a imaturidade cognitivo-emocional.

Parece-nos haver, contudo, factores que concorrem para o facto dos nossos entrevistados demonstrarem conhecimento face às consequências das relações sexuais desprotegidas. Assim, parece-nos importante nomear a pressão social exercida através dos *mass media* que alertam constantemente para o perigo das IST's e das DST's, na possibilidade real se ficar contagiado e contagiar-se quando ocorrem relacionamentos de modo não protegido.

Os jovens por nós entrevistados encontram-se na faixa final da idade que corresponde à adolescência, mostram-se detentores de informação acerca da sexualidade, protecção nas relações sexuais, entre outras, assumem-se como portadores de desejos e necessidades ao nível sexual, e parecem-nos estruturados ao nível emocional e intelectual, o que, nos parece, contribuir para uma real concertação entre aquilo que expressam e as atitudes face à sexualidade, ou seja, protegem-se porque acreditam na possibilidade de consequências nefastas numa relação não protegida.

Quer os rapazes, quer as raparigas entrevistadas assumiram-se perante as nossas questões como sexualmente activos demonstrando, aparentemente, segurança ao assumir esse facto. Referimos aparentemente pois o contexto em que o fizeram propiciou essa abertura, nomeadamente pelo facto de a entrevistadora ser psicóloga e pelo próprio ambiente intimista em que decorreu a entrevista.

4.3 Planeamento Familiar

Neste ponto iremos apresentar e analisar os resultados obtidos com as entrevistas relativamente à matriz conceptual “Planeamento Familiar” (Anexo III). Dividimos esta categoria em quatro subcategorias de forma a podermos trabalhá-la de um modo mais aprofundado, a saber: Perspectiva pessoal; Importância da prestação deste tipo de serviço; Motivações e Medicina privada como alternativa.

Da análise desta categoria ressalta que os nossos entrevistados vêem o planeamento familiar numa perspectiva formal de aconselhamento e prevenção. Atente-se nas seguintes passagens discursivas:

“Para informar. Acho que tira as dúvidas a muitos jovens (...) há muitas amigas minhas que vão buscar a pílula lá e preservativos, no entanto não vão a nenhuma farmácia porque têm vergonha” E1

“Para ajudar os jovens a saberem mais coisas sobre a sexualidade, sobre os métodos contraceptivos (...)” E3

“(...) serve para o casal se organizar, seguir certas regras (...) para que as coisas aconteçam nos devidos tempos, na devida altura“ E5

“(...) tem várias funcionalidade (...) gerir a prevenção de uma gravidez (...) e a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (...)” E4.

Analisando estas passagens discursivas podemos inferir que os nossos entrevistados possuem uma visão mais ou menos concertada com os princípios base que regem os objectivos do planeamento familiar propostos pela Direcção Geral de Saúde (2001) e que advogam, grosso modo, o seguinte: promoção da vivência da sexualidade de forma saudável e segura; regulação da fecundidade à medida da vontade do casal; preparação para a primeira maternidade e paternidade responsáveis; redução da mortalidade e morbidade materna perinatal e infantil; redução da incidência de doenças transmissíveis e das suas consequências e melhoria da saúde e bem-estar familiar.

Destacamos, contudo, a primeira passagem discursiva que transcrevemos, pois essa jovem entrevistada apresentou o planeamento familiar como algo que as suas amigas recorrem não usufruindo pessoalmente dos serviços por ele prestado. De salientar, também, o sublinhado presente na transcrição em que a jovem assume a vergonha que os seus pares têm em recorrer a uma farmácia para comprarem os métodos de protecção e contracepção, que nos leva a questionar se essa vergonha não será também ela pessoal.

Torna-se claro, mais uma vez, que esta jovem entrevistada assume por interposta pessoa (os seus pares) a vergonha, o receio, atitude pouco condizente com o assumir da vivência plena da sexualidade que deixou antever nas questões anteriores.

Na subcategoria “Importância da prestação deste tipo de serviços”, as passagens discursivas dos nossos entrevistados dividem-se entre aqueles que assumem não terem

opinião formada sobre os serviços prestados pelo planejamento familiar, e entre aqueles que consideram que os serviços que o planejamento familiar presta são necessários e úteis.

As unidades de contexto que referem que os serviços prestados pelo PF são necessários e úteis são:

“(...) sexo na adolescência é muita responsabilidade (...) nas outras idades (...) devem ir, mas se não for acho que é menos grave.” E6

“(...) são importantes e muito (...) precisamos de falar com alguém que nos conheça e alguém que nos deixe à vontade e que nós possamos falar de tudo (...)” E1.

Estas são passagens discursivas que nos deixam antever a importância do PF para estes dois jovens e ao mesmo tempo reportam-nos para unidades de contexto anteriores onde inferimos que nesta fase da vida os nossos entrevistados apresentam alguma incoerência de discursos face à vivência da sexualidade. Parece-nos haver uma certa inconstância no discurso destes jovens face à vivência da sua sexualidade porque anteriormente afirmaram falar abertamente com os pais, com os professores, com os colegas, mas neste ponto da entrevista assumem procurar alguém que os não conheça para poderem falar abertamente dos assuntos de natureza sexual, ou seja, buscam aconselhamento e apoio institucional, logo mais distante e, impessoal, não passível de os submeter a um “juízo”.

Esta ideia fica patente nesta outra passagem discursiva: “(...) são muito importantes porque as jovens que não têm à vontade para falar em casa, (...) com os amigos (...) não têm à vontade para falarem com as pessoas que lhe são tão próximas (...) recorrem a isso já não é um caso de tirar dúvidas, mas é mais procurar um acompanhamento e acho que isso é muito, muito importante” E4.

Será pertinente, então, questionarmos o que levará estes jovens entrevistados a apresentar uma certa incoerência de discurso? Terá sido porque à medida que a entrevista foi decorrendo notámos um despegamento do discursos esperado, daquilo que

afirmamos ser o ideal ou que os entrevistados idealizavam no sentido de ser aquilo que ansiavam, e ocorrer uma colagem de discurso próxima daquilo que é a verdadeira realidade, ou seja, notamos que se foram abrindo, baixando defesas e assumindo a realidade dos factos.

Dos três jovens entrevistados que referiram não ter opinião, dois são raparigas e afirmaram: “Não tenho opinião acerca disso.” E2; “(...) não tenho nada assim a apontar.” E5, justificando a afirmação com o facto de nunca terem recorrido a esses serviços. A outra passagem discursiva pertence a um rapaz que nos diz que: “(...) porque acho que isso é mais uma coisa das mulheres” E3, afirmação pertinente numa lógica de assumpção do conceito tradicional de masculinidade que remete o problema de uma gravidez não desejada para o campo feminino, onde o “código sexual” masculino sugere que a contraceção cabe ao sexo feminino (Prazeres, 2003).

Na subcategoria referente ao motivo que levou os nossos entrevistados a uma consulta de planeamento familiar, apesar de metade dos entrevistados ter presente a necessidade/utilidade das consultas promovidas pelo planeamento familiar, somente duas jovens assumiram ter usufruído dos serviços prestados pelo PF, mas não numa lógica de aconselhamento/prevenção mas por razões imperiosas que se prendem com infecções activas, senão vejamos: “Foi uma infecção vaginal e então eu comentei isso com a psicóloga e ela aconselhou-me a ir a uma consulta.” E1; “(...) senti que estava com um corrimento estranho e aí procurei um médico.” E4.

Estas unidades de contexto levam-nos a induzir uma vez mais um certo desfasamento entre as atitudes e os comportamentos dos entrevistados, ou seja, afirmam todos que o PF é importante, deve ser consultado para se planear a vida activa sexual, para vivenciar a sexualidade de um modo consciente, mas o seu comportamento age num sentido diametralmente oposto, em que somente dois procuraram aconselhamento porque compelidas por motivo de doença.

A análise da subcategoria “Medicina privada como alternativa” vem colmatar a análise da categoria anterior porque nos mostra que os nossos participantes recorreram ao

planeamento familiar institucional e as outras duas jovens do sexo feminino, não obstante acharem o planeamento familiar muito útil, recorreram à medicina privada.

As razões que invocam são: “(...) não me sentia bem estar com o meu médico de família a ver-me (...) quando uma pessoa vai a uma ginecologista, que é o normal, já fica retraída, com um homem acho que era pior (...) o que mais nos custa é o nosso íntimo que está ali exposto e sinto-me mais à vontade com uma médica” E2.

Da análise a esta unidade de contexto podemos induzir que o sentimento de vergonha perpassa o discurso desta jovem, o que nos parece manifestar uma vez mais incoerência nos discursos apresentados pelos jovens entrevistados, porque ora afirmam estarem plenamente informados, sentirem-se à vontade face à sexualidade, ora adoptam discursos mais condizentes com a assumpção de medos, receios, vergonha, mais condizentes com crenças e até tabus.

A outra jovem entrevistada assumiu a ida à medicina privada não por vergonha do seu médico assistente mas porque necessitava esclarecer dúvidas pois “(...) já tinha há bastante tempo relações e devia procurar para ver se havia alguma coisa a correr mal (...) sentia aquela curiosidade de ir falar com alguém que percebesse mais acerca desse assunto do que eu” E5.

A assumpção do desconhecimento parece ser mais fácil quando o interlocutor nos é desconhecido. Uma vez mais denotamos desfasamento discursivo nesta unidade de contexto, pois a jovem entrevistada assume duas coisas a nosso ver muito importantes e que evidenciam esse mesmo desfasamento.

Em primeiro lugar assume plena vivência sexual sem ter recorrido a nenhuma consulta de PF, quando na subcategoria que analisava esse item todos os entrevistados assumiram que o início da actividade sexual deveria ser planeado.

O outro ponto a referir é o facto da jovem assumir a necessidade de se aconselhar com conhecimentos fundamentados o que não acontece com as fontes de informação

privilegiadas – o grupo de pares e os *media* que não raras as vezes desinformam mais que aquilo que informam.

4.4 Relações Afectivas

Nesta matriz conceptual relativa às Relações Afectivas (Anexo IV) procurámos analisar o tipo de relações que os entrevistados mantêm, de percebermos o seu percurso afectivo e de que forma a valorização ou não valorização dos afectos influenciou as primeiras experiências no campo da sexualidade.

Mais uma vez optámos pela subdivisão da categoria relações afectivas em duas subcategorias, que por sua vez foram subdivididas em diferentes itens, nomeadamente: Percurso das relações afectivas: primeira relação; percurso das relações afectivas: caracterização da primeira relação; percurso das relações afectivas: importância dos laços afectivos; percurso das relações afectivas: outras relações e a primeira relação e os métodos de prevenção: a sua necessidade.

Da análise ao item “Percurso das relações afectivas: primeira relação” é-nos dado a perceber que os entrevistados masculinos tiveram a sua primeira relação sexual numa idade mais precoce que as entrevistadas femininas. Um dos entrevistados iniciou a sua vida sexual aos 14 anos, enquanto que o outro a iniciou aos 15 anos. Estes resultados são consentâneos com os resultados de vários estudos, nomeadamente o levado a cabo por Aboim (2008), e que referem que há maior precocidade por parte do sexo masculino ao iniciar a actividade sexual.

Neste estudo, tal como no de Braconier e Marcelli (1998), a média de idades para o primeiro coito masculino situou-se nos 17 anos, enquanto que para as raparigas se situou nos 19 anos, mas quer os rapazes, quer as raparigas entrevistadas para o nosso estudo revelaram ter iniciado numa idade ainda mais jovem a sua actividade sexual, o que a nosso ver demonstra a crescente precocidade dos relacionamentos, o que influencia, não raras as vezes, a efemeridade dos mesmos.

Já num estudo de Roche e Rambsey (1993) cit. *in* Cânon (2000) ficou patente que a relação sexual masculina surge numa fase mais primária dos relacionamentos afectivos, enquanto que as raparigas associam o comportamento íntimo à ideia de compromisso que resulta, invariavelmente, em fases mais tardias do relacionamento, daí haver diferença nas idades em que ocorre o primeiro coito masculino e o primeiro coito feminino.

Heilborn (1998) cit. *in* Borges e Schor (2005) justifica esta diferença de idades, no início da actividade sexual masculina/feminina, como sendo resultado da diferenciação das expectativas face ao género “(...) regime das relações de género, prescrevendo condutas adequadas para homens e mulheres, intervém de maneira inequívoca nesse cenário de iniciação” (p. 500).

As passagens discursivas da unidade de contexto referentes à subcategoria “ Percurso das relações afectivas: caracterização da primeira relação” assumem todas um carácter semântico que caracteriza a primeira relação como resultado da existência de laços afectivos especiais ou como resultado de relações de afecto intensas e apaixonadas. Atente-se nas passagens discursivas que nos levam a aferir a existência de laços especiais de afecto:

“Não me arrependo até hoje de o ter feito. Se voltasse a trás era com a mesma pessoa e o fazia” E2;

“Foi especial, acho que é uma pessoa (...) que nunca se esquece fica sempre marcada para toda a vida” E1.

A nossa chamada de atenção vai para o facto destas passagens discursivas pertencerem a duas raparigas e sublinharem o exposto por Giddens (1995) que afirmou que quando uma rapariga se entrega o faz na expectativa de uma troca em que permuta um bem muito precioso com alguém que o tem que merecer.

Ainda que, actualmente, os relacionamentos sejam mais efémeros e, muitas vezes, fruto das circunstâncias, onde a idealização romântica é escamoteada pela necessidade de liberdade individual, julgamos haver resquícios de valores referenciados em Giddens

(1995) e que mostram ponderação no acto de entrega. É talvez justificação para este facto o meio pequeno e bastante rural onde se movem estas duas jovens.

Um estudo de Campos (1990) demonstra que nas raparigas a esfera do sentimento justifica maioritariamente o acto sexual, sendo recorrente a afirmação que o que as motivou para o relacionamento íntimo foi o facto de estarem apaixonadas pelo seu parceiro.

Nas nossas entrevistas as unidades de contexto que referenciam o relacionamento intenso e apaixonado pertencem em maior número ao sexo masculino pois somente uma das quatro entrevistadas fez referência à existência de relações afectivas intensas e apaixonadas, “Para mim tinha de ser e foi com a pessoa que eu gostava e amava mesmo.” E4; “Foi boa, foi apaixonante e acho que chega. Apaixonante engloba muita coisa, foi muito intenso.” E3; “Foi forte, estávamos sempre juntos (...) a primeira vez tem que haver sentimento (...)”. E6.

A leitura destas passagens sugere-nos que os sentimentos são o guia balizador duma relação sexual para os nossos entrevistados, sem os quais um relacionamento íntimo perderia sentido. Melo e Santana (2003); Braconnier e Marcelli (1998) nos seus estudos demonstraram que um dos principais motivos que legitima a primeira relação sexual é a existência de fortes sentimentos descritos no uso da expressão “estar apaixonado”, como se com esta afirmação tudo se justificasse e encontrasse sentido.

Na subcategoria “Percurso das relações afectivas: importância dos laços afectivos”, todos os nossos entrevistados pautaram o seu discurso pela normatividade, ou seja, ocorreu um alinhamento discursivo em que ficou patente que os laços afectivos num relacionamento sexual para os entrevistados são cruciais. Atente-se em algumas passagens discursivas: “Sim, porque a confiança e o respeito são fundamentais num relacionamento sexual.” E1; “O acto sexual é muito importante porque é a intimidade dos dois que está ali e tem que existir afecto porque senão não tem a mesma intensidade.” E5; “(...) não vou ter um contacto com uma pessoa para fazer sexo só por fazer, eu não consigo fazer sexo sem amor. Fazer amor é quando há sentimento de uma pessoa, é quando há entrega, é estar ali a demonstrar a tua intimidade toda (...)” E2.

Denota-se nestas passagens uma forte valorização do sentimento, da partilha de emoções, sendo que só faz sentido para estes três jovens a ocorrência da partilha física quando há partilha emocional.

As seguintes passagens discursivas pertencem aos dois rapazes entrevistados: “(...) sexo é um extra ao relacionamento afectivo. Os afectos, o carinho e os sentimentos são importantes, mas o sexo ajuda a ter mais prazer.” E3; “ Eu acho que o sexo mais certo é quando há sentimento (...) faz mesmo diferença haver sentimento numa relação sexual.” E6. Fazemos referência a estas passagens em separado das anteriores não porque alinhem num discurso diferente, mas para sublinhar que pertencem ao sexo masculino e não afinam pelo diapasão proposto em alguma da bibliografia por nós pesquisada, que advoga que o género masculino é desprendido dos afectos nos relacionamentos sexuais que enceta. Todavia, este é um discurso muito consentâneo com o paradigma construcionista onde as circunstâncias económicas, sociais, históricas e culturais têm um papel muito expressivo na construção e assumpção de novas vivências sexuais. Como referimos anteriormente e, mais uma vez, chamamos ao nosso discurso Giddens (1995) quando afirma que o homem dos dias de hoje deve, sem deixar de ser homem, exponenciar o seu lado feminino. Há uma ideia, diríamos quase que transversal a todos os estudos por nos pesquisados, que o homem actua sexualmente na busca do simples prazer físico, demonstrando pouca ou nenhuma ligação ao relacionamento sentimental, à partilha de emoções.

Na subcategoria “Percurso das relações afectivas: outras relações”, é-nos dado ver que metade dos entrevistados já se relacionou sexualmente com mais do que um parceiro, enquanto que os restantes três tiveram somente um parceiro. A ideia de que os rapazes são sexualmente mais activos e trocam mais vezes de parceira sexual do que as raparigas não obteve corroboração junto dos nossos entrevistados, pois apesar de um rapaz ter afirmado “Só namorei com uma mas já me relacionei com quatro sexualmente.” E6, o outro por seu lado diz-nos que “Uma, a minha namorada.” E3.

Parece-nos pertinente fazermos aqui uma ressalva e sublinharmos que o jovem que mais vezes se relacionou sexualmente e, até como explicitamente assume fora de um

contexto de namoro, é o rapaz mais novo, que é aquele que também no momento em que foi entrevistado não namorava.

Podemos aventar como explicação para esta diferença entre os dois rapazes, e acentuamos a diferença porque esta foi a única verdadeiramente expressiva, o acto de os contextos sociais onde se movem serem também eles diferentes, pois ainda que não fosse questionado o local de residência, sabemos porque os entrevistados no seu ambiente familiar, que o entrevistado mais jovem vive num meio mais urbano, logo pressupomos que também ele será mais dinâmico e aberto aos relacionamentos circunstanciais. Quanto às entrevistadas, e como já referimos a distribuição entre diversidade e uniformidade num relacionamento afectivo, foi equitativa porque duas raparigas assumiram ter tido dois relacionamentos sexuais até à data da entrevista, enquanto que as outras duas raparigas afirmaram ter tido um só parceiro sexual.

Este resultado vem ao encontro do estudo de Aboim (2008) que faz referência ao número de parceiros sexuais quer de homens, quer de mulheres, sendo que mais de 50% destas últimas assumiram no estudo terem tido um só parceiro.

Da análise à subcategoria “A primeira relação e os métodos de prevenção: a sua necessidade” fazemos ressaltar a presença de dois tipos de discurso, um em que os entrevistados assumem ser imperioso o uso de um método de protecção na relação sexual, enquanto que no outro tipo de discurso os entrevistados não se afirmaram categoricamente mas deixaram-nos antever a necessidade de protecção no relacionamento sexual por questões de segurança.

Atente-se nas passagens discursivas que nos remetem para o uso obrigatório de métodos de prevenção: “(...) estava mais que visto que a gente tinha que usar protecção e que isso era um ponto assente.” E4; “(...) se acontecesse era só com o preservativo. Além disso eu nem tomava a pílula.” E1

Estas duas entrevistadas sugerem-nos que todo o discurso, encetado ao redor dos problemas associados a relações não protegidas, está realmente bem assimilado. Mesmo

os outros entrevistados demonstraram-nos que agiram guiados por sentimentos de segurança, senão veja-se as seguintes unidades de contexto:

“(...) disse-lhe que eu era virgem (...) e porque não sabia com quem ele tinha andado gostava de me sentir protegida e não contrair nenhuma doença sexual”

E2;

“(...) ela é que trouxe o preservativo. Ela é mais atenta, mais preocupada” E3

Esta última afirmação pertence a um elemento do sexo masculino e leva-nos a questionar se esse desprendimento face à protecção ocorreu porque notou que a companheira era cuidadosa, ou se por seu lado remete-nos para alguns dos estudos que demonstram que o sexo masculino assume a protecção como apanágio das companheiras, como tarefa eminentemente feminina porque na eventualidade de ocorrer algo de mal será somente um problema de rapariga.

Se estiver aqui implícita a assumpção de que uma relação desprotegida só acarretará problema para as raparigas, então temos que a informação que chega a estes jovens entrevistados, chega enviesada, porque não é somente duma gravidez que se procura protecção, mas também das infecções e doenças sexualmente transmitidas.

Se fizermos a análise desta subcategoria tendo presente a subcategoria onde perguntamos qual o método escolhido para se protegerem, vemos que todos os entrevistados, sem excepção, recorreram aos preservativos na primeira relação sexual, ainda que algumas das entrevistadas tivessem assumido já consumir a pílula, mas por razões diversas, como seja o controlo hormonal, do que o início da actividade sexual.

Somos aqui confrontados, mais uma vez, com um certo desfasamento entre atitudes e comportamentos, visto que todos os entrevistados nos deixaram antever que o preservativo torna-se eficaz na protecção das doenças, mas não é o método contraceptivo por excelência, sendo a pílula aquele que apresenta maior grau de fiabilidade.

Então questionamos esta opção e somos levados a sugerir que o facto que mais contribui para o uso do preservativo prende-se com razões ligadas a aspectos práticos, ou seja, em qualquer bom supermercado é possível comprar preservativos, que se podem dissimular no meio de outras compras.

Por seu lado a toma da pílula requer um comportamento mais consciente porque pressupõe efeitos secundários, pressupõe uma consulta e quando não se acede a uma consulta, a sua compra não se faz em qualquer lugar, é preciso nomeá-la, numa infinidade de escolhas possíveis, em frente a um farmacêutico, cara a cara. Situação pouco condizente com aspectos referidos anteriormente ao longo da análise das entrevistas, nomeadamente no que concerne ao planeamento, onde várias entrevistadas assumiram sentimentos de vergonha.

CONCLUSÃO

As décadas finais do séc. XX nas sociedades ocidentais foram profícuas em alterações profundas e rápidas no que concerne aos valores, às normas e às práticas sexuais. A génese desta mudança ocorreu no seio dos movimentos sociais de contestação durante as décadas de 60/70 em alguns países, nomeadamente na França e nos Estados Unidos, mas no decorrer das décadas de 80/90 as alterações foram-se disseminando e ganhando visibilidade um pouco por todo o mundo ocidental.

Das principais alterações ao nível das práticas sociais relativas a questões sexuais que importa referenciar, destacámos o abandono do modelo reprodutivo da sexualidade que a limitava, num plano moral, às meras expressões das práticas reprodutivas num campo delimitado pelo matrimónio e pela heterossexualidade. Dá-se a adopção de um modelo “recreativo” (Vilar, 2003) em que a sexualidade assume uma posição lúdica da vida, englobando quer as necessidades de satisfação física, mas ao mesmo tempo outras dimensões do constructo humano como sejam as emoções, a necessidade de partilha, o desejo, as fantasias e todas as outras significações que o ser humano lhe quiser dar.

Tendo presente esta realidade, partimos para a execução desta investigação traçando um objectivo central em que procurámos percepção de diferentes vivências da sexualidade

por parte de um grupo de jovens. Mais especificamente, procurámos aferir quais os conhecimentos que esse grupo de jovens possui acerca dos métodos contraceptivos, infecções e doenças sexualmente transmissíveis e planeamento familiar, de modo a compreendermos de que forma fazem uso desses conhecimentos.

Para uma análise mais ampla, optámos por seguir diversos pontos a partir do objectivo central, nomeadamente um ponto relativo aos conhecimentos, atitudes e práticas sobre a sexualidade, no qual se inclui a problemática da contracepção e protecção; um outro ponto visava explorar as razões ou motivações conducentes à prática sexual; um terceiro ponto procurava analisar diferenças entre o género no recurso ao planeamento familiar e, por último, um ponto que privilegiava a análise da informação sobre sexualidade e planeamento.

Dos resultados obtidos com a análise das entrevistas ao nosso grupo de jovens podemos concluir que os objectivos por nós propostos foram atingidos, uma vez que conseguimos explorar quer os conhecimentos destes jovens entrevistados quer o modo como vivem a sua sexualidade.

De um modo geral encontrámos jovens relativamente informados, seguros dos seus conhecimentos, conscientes da necessidade de informação para a vivência de uma sexualidade mais plena.

De fazer ressaltar que estabelecemos um paralelo entre a informação e conhecimentos e o uso de métodos contraceptivos que no nosso estudo todos os entrevistados assumiram utilizar, quer como forma de evitar uma gravidez, mas também como método de protecção contra infecções e doenças sexualmente transmissíveis.

Contudo, e apesar de alcançarmos os objectivos a que nos propusemos, foi possível identificar determinadas incoerências entre os discursos e práticas de alguns jovens entrevistados. Assim, quando as perguntas tinham um carácter mais genérico denotámos que os entrevistados possuíam fluência discursiva, transparecendo abertura, conhecimentos e vasta informação, mas quando procurámos pessoalizar as questões, chegar a um comprometimento pessoal com determinados assuntos, o discurso alterava-

se, a linguagem não verbal ganhava expressão face à linguagem verbal. Podemos exemplificar com uma situação que perpassou a generalidade das entrevistas e que diz respeito ao número de parceiros. Se as raparigas aos nossos olhos pareceram hesitantes e comedidas “por defeito”, já um dos jovens entrevistados procurou demonstrar farta experiência, mas o tom e modos que utilizou mais nos pareceu conversa entre amigos onde se vangloria um vasto “reportório”.

No desenvolvimento desta investigação, tivemos como preocupação permanente assegurar o máximo rigor metodológico tendo, no entanto, plena consciência de que algumas limitações poderão ter condicionado esse rigor. Fazemos questão de destacar de entre as principais limitações a nossa pouca experiência na recolha de informação através da entrevista, bem como na análise de dados uma vez que a metodologia qualitativa foi por nós utilizada pela primeira vez. Fazemos ressalva ainda de outra limitação neste estudo pois os discursos evidenciados pelos entrevistados foram todos no sentido da prática de uma sexualidade normativa.

Reconhecemos que os jovens entrevistados assumem um discurso polido pelos contextos social e cultural em que vivem, mas no seu quotidiano de práticas sexuais são ainda conduzidos por um visão essencialista onde predomina a clássica divisão de género e uma assumpção centrada num modelo mais próximo da visão reprodutiva da sexualidade ainda que com laivos de sexualidade recreativa.

Apraz-nos, ainda, referir que o trabalho de campo realizado no âmbito da presente investigação, junto destes jovens do concelho de Barcelos se revelou bastante gratificante e possibilitou-nos reflectir sobre a necessidade de pensar já em projectos futuros, mais concretamente a elaboração de um estudo mais abrangente com jovens de orientações sexuais diferentes. Abriu-nos perspectivas de um aprofundamento da temática, nomeadamente no que concerne à amostra e localização geográfica, ou seja em investigações futuras pensámos que seria pertinente alargar o espectro do estudo a uma população diversificada.

BIBLIOGRAFIA

Aboim, S. (2008). Comportamentos Sexuais e a Infecção HIV/Sida em Portugal. *In Jornal de Notícias*.

Adelman, M. (2000). Paradoxos da identidade: A política de orientação sexual no século XX. *Revista Sociológica Política*: 14, p. 163-171.

Alferes, V. R. (2002). Sexologia e Desenvolvimento: A perspectiva do postulado biológico. *Psychologica*: 30, p. 95-109.

Almeida, M. V. (2003). Antropologia e Sexualidade: Consensos e Conflitos teóricos em perspectiva histórica. *In* Fonseca, L.; Soares, C. & Vaz, J. M. *A Sexologia – Perspectiva multidisciplinar II*, Coimbra: Quarteto Editora.

Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Borges, A. L. & Schor, N. (2005). Início da vida sexual na adolescência e relações de género: Um estudo transversal em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), pp. 499-507.

Braconnier, A., & Marcelli, D. (1998). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.

Brasil, L. S.; Mitsui, R. E.; Pereira, A. M. & Alves, R. N. (2000). Mudanças no comportamento sexual do adolescente decorrentes do surgimento da SIDA no contexto social. *Análise Psicologia*, 4 (XVIII), p. 465-483.

Ciniro, O. (2007). O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault. *Mental*, V (8), p. 77-89.

Costa, A. L. (2003). História da Sexualidade. In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Edição Séc. XXI, Vol. 26.

Dicionário de Psicologia (volume VI) (1978). Lisboa: Tese Editora S. A.

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura (2003). Lisboa: Edição XXI, vol. 26.

Espirito Santo, M. (1987). Sexualidade e Religião. In F. A. Gomes, A. Albuquerque, & J. S. Nunes. *Sexologia em Portugal*. II Volume. Lisboa: Texto Editora.

Feldman, R. S. (2001). *Compreender a Psicologia*. (5ªEd.). Lisboa: McGraw-Hill.

Fisher, H. (2001). *O Primeiro Sexo. Como as mulheres estão a mudar o mundo*. Lisboa: Editorial Presença.

Frade, A., Marques, A. M., Alverca, C. & Vilar, D. (2001). *Educação Sexual na Escola: Guia para Professores, Formadores e Educadores*. Lisboa: Texto Editora.

Gherpelli, M. H. (s/d). *A Educação Preventiva em Sexualidade na Adolescência*. Consultado em: <http://scholar.google.com>, em 18-03-2008-

Giddens, A. (1995). *Transformações da Intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora.

Greenberg, J. S.; Bruess, C. E. & Mullen, K. D. (1992). *Sexuality Insight and Issues*. United States of America: Bown & Benchmark Publishers.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.

Heilborn, M. L. & Brandão, E. R. (1999). Introdução : Ciências Sociais e Sexualidade. In *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 7-17.

King, H. (1994). Sowing the field: Greek and roman sexology. In Porter, R. & Teich, M. *Sexual knowledge, sexual science the history of attitudes to sexuality*. Cambridge: Universidade Press.

Lancaster, R. N. & Leonardo, M. (1997). *The gender sexuality reader: Culture, history, political economy*. Great Britain Routledge.

Lessard-Hébert, M; Goyette, G. & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Manuel, H. I. (2007). *Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre Planeamento Familiar de Mulheres Timorenses Residentes em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Martins, J. B.; Hammouti, N. & Íñiguez, L. (2002). *Temas em Análise Institucional e em Cosntrucionismo Social*. São Carlos (Curitiba): Fundação Araucária.

Melo, A. S. & Santana, J. S. (2005). Sexualidade: Concepções, valores e condutas entre universitários de biologia da UEFS. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 29 (2), p. 149-159.

Menéndez, M. A. (2007). Religiosidade e valores em Portugal: comparação com Espanha e a Europa católica. *Análise Social*, vol. XIII (184), p. 77-787.

Nodin, N. (2001). *Os Jovens Portugueses e a Sexualidade em finais do Século XX*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.

Nogueira, C.; Neves, S. & Barbosa, C. (2005). Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do género. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, p. 1-19.

Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian.

Nunes, J. S. (1987). Alterações da Identidade Sexual (Transsexualismo). In F. A. Gomes, A. Albuquerque, & J. S. Nunes. *Sexologia em Portugal*. I Volume. Lisboa: Texto Editora.

Oliveira, J. M & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sócias: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*, 14 (3), p. 597-615.

Pacheco, J. (2003). Sexualidade e Religião. In Fonseca, L.; Soares, C. & Vaz, J. M. A *Sexologia – Perspectiva multidisciplinar II*, Coimbra: Quarteto Editora.

Parsons, T. (1968). *La Estructura de La Acción Social*. Madrid: Ed. Guadarrama.

Pereira, M. G. (1993). Com quem falam os adolescentes sobre sexualidade?. *Análise Psicológica*, 3 (XI), p. 415 – 424.

Quartilho, M. J. (2003). Sexualidade e Construtivismo Social: A propósito dos *scripts* sexuais. In Fonseca, L.; Soares, C. & Vaz, J. M. A *Sexologia – Perspectiva multidisciplinar II*, Coimbra: Quarteto Editora.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramadam, Z. B. & Abdo, C. H. (2000). Sexualidade – Trâmites, Percalços e Desvarios. In Abdo, C. H. (Org.). *Sexualidade Humana e seus Transtornos*. São Paulo: Lemos Editorial.

Rebelo, D. M. (1987). O Planeamento Familiar. In F. A. Gomes, A. Albuquerque, & J. S. Nunes. *Sexologia em Portugal*. II Volume. Lisboa: Texto Editora.

Remoaldo, P. C. (2001). O passado, o presente e o futuro do planeamento familiar em Portugal. *Revista de Demografia Histórica*, XIX, I, p. 139-155.

- Ressel, L. B. & Gualda, D. M. R. (2003). A Sexualidade como uma construção cultural: Reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. *Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo*, 37 (3), p. 82-87.
- Ricou, M. (2003). Ética, Cultura, Sexualidade e Internet. In Sá, E. *Quero-te! Psicologia da Sexualidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In Albarello, L.; Digneffe, F.; Hiernaux, J. P.; Maroy, C. Ruquoy, D, & Saint-Georges, P. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, J. C. (1987). Homossexualidade: Do Mito ao Ocidente. In F. A. Gomes, A. Albuquerque, & J. S. Nunes. *Sexologia em Portugal*. II Volume. Lisboa: Texto Editora.
- Sprinthall, A. N. & Collins, W. A. (1994). *Psicologia do adolescente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (1986). A Análise de Conteúdo. In Silva, A. S.& Pinto, J. M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vaz, J. M. (2003). Sexualidade e História. In Fonseca, L.; Soares, C. & Vaz, J. M. *A Sexologia – Perspectiva multidisciplinar II*, Coimbra: Quarteto Editora.
- Vilar, D. (2003). Questões Actuais sobre a Educação Sexual num Contexto de Mudança. In Fonseca, L. Soares, C. & Vaz, J. M. *Sexologia: Perspectiva multidisciplinar II*, Coimbra: Quarteto Editora.
- Weeks, J. (1985). *Sexuality and its Discontents: Meanings, myths & Modern Sexualities*. London and New York.

ANEXOS

**ANEXO I:
GUIÃO DE ENTREVISTA**

Tema: Os Jovens e a Sexualidade

Unidades de análise:

1 – Caracterização sócio-demográfica do entrevistado

1.1. Sexo M F

1.2. Idade

1.3. Profissão

1.4. Situação da Profissão

1.5. Estado Civil

1.6. Namora Sim Não Se sim, há quanto tempo

2 – Considerações sobre a(s) Sexualidade(s)

2.1. Conceito

- *O que entendes por sexualidade?*

2.2. Importância

- *Na tua vida Quotidiana que importância dás ao relacionamento sexual?*

2.3. Eu e a Sexualidade

2.3.1. Construção da Identidade Sexual

- *Em que altura é que começaste a perceber a tua sexualidade?*
- *Em que idade comesças a sentir o desejo/prazer de estar com outra pessoa?*

2.3.2. Dificuldades sentidas

- *Quando pensas-te no primeiro contacto sexual questionaste-te acerca da protecção?*
- *Quando pensas-te na questão da protecção, pensa-te só na questão de uma gravidez indesejada ou também nas questões das DST's?*
- *Na primeira relação sexual pensas-te em ir a uma consulta de planeamento familiar (só pensas-te ou concretizas-te)?*
- *Pensas que as alterações que ocorreram no teu desenvolvimento físico tiveram importância no despertar da tua sexualidade?*
- *Qual a tua reacção às transformações físicas?*

2.3.3. Dúvidas

- *Sentiste que as mudanças do teu corpo eram alterações normais ou tiveste dúvidas acerca do que te acontecia?*

2.3.4. Estratégias utilizadas

- *Sempre que tinhas dúvidas quem procuravas para as esclarecer?*

- *Recorrias a alguma estratégia específica que te informasse sem demonstrares demasiado a tua insegurança?*

2.3.5. Medos

- *Qual foi o teu principal receio quando sentiste despertar a tua sexualidade?*

2.4. Os outros e a Sexualidade

- *Pensas que as dúvidas que assolaram o teu pensamento são comuns aos outros jovens da tua idade?*

- *Julgas que os teus pares têm maior abertura no modo como vivem a sua sexualidade? Se sim, porquê?*

- *Costumas conversar/ou tirar dúvidas com os colegas ou familiares?*

- *Na relação afectiva costumavas falar acerca disto (dúvidas)?*

3 – Planeamento Familiar

3.1. Perspectiva pessoal

- *Em tua opinião para que serve o Planeamento Familiar?*

3.2. Motivo

- *Alguma vez recorreste aos serviços fornecidos pelo Planeamento Familiar?*

- *Qual o motivo que motivou a tua procura destas consultas?*

3.3. Contacto com profissionais/serviços

Qual a tua opinião acerca dos serviços prestados e acerca dos profissionais que os prestam?

4 – Relações Afectivas

4.1. Percurso das Relações Afectivas

4.1.1. Primeira Relação

- *Em que idade tiveste a tua primeira relação sexual?*
- *Como caracterizas a relação afectiva com a pessoa que tiveste como parceiro nessa relação?*
- *Que métodos utilizaste para te proteger?*

4.1.2. Outras relações

- *Desde a primeira relação, com quantas pessoas já te relacionaste de modo afectivo?*
- *Em todas consumaste a tua sexualidade?*

4.2. Importância dos laços afectivos

- *Julgas ser importante haver ligação afectiva para que haja pleno relacionamento sexual?*

**ANEXO II:
MATRIZ CONCEPTUAL
“CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE”**

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Entendimentos

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Falar de Sexo, Métodos Contraceptivos e Doenças Sexualmente Transmissíveis		“(...) falar de sexo (...) todos os tipos de sexo. Sexualidade é sexo, é o envolvimento entre duas pessoas” E6 “(...) Sexo, métodos contraceptivos e outras coisas mais. (...) Doenças Sexualmente Transmissíveis”. E3
	Associação aos afectos	“(...) sexualidade é partilhar os corpos com a pessoa que nós gostamos, mas tem que existir afectos, sentimentos, pois são muito importantes numa relação” E1 “(...) envolve sentimentos, envolve atitudes físicas.” E4
	Heteronormatividade	“(...) é o relacionamento entre duas pessoas heterossexuais que têm um sentimento comum” E2
	Desenvolvimento Físico e Psicológico	“(...) é através da sexualidade que nós nos desenvolvemos(...)” E5

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Importância

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Construção de uma relação amorosa		“(...) o sexo só deve existir se houver realmente amor (...) não devemos andar a fazer sexo com toda a gente que nos aparece.” E1
	Demonstração de afectividade	“(...) entrego-me totalmente demonstro-lhe o meu amor por ele.” E2
	Maturidade física	“Perde-se mais calorias a fazer sexo, melhora a pele (...) e é bom porque relaxa o corpo, tira o <i>stress</i> .” E3
	Maturidade psicológica	“(...) é importante para o bem estar físico e psicológico (...)” E4 “(...) há dias que nós precisamos de estar com a pessoa que nós gostamos (...) quando achamos que é necessário ficarmos bem dispostos.” E5
	Associado ao conhecimento do outro	“(...) faz crescer e faz conhecer a outra pessoa.” E6

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Construção da identidade sexual e relação com a sexualidade

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	Surgimento de dúvidas	“Vários tipos de emoções juntas (...) senti uns frios e surgiram dúvidas (...) se estava a fazer a coisa certa ou não (...)” E1
	Despertar para a sexualidade	<p>“Atracção pelos rapazes, a sentir um formigueiro, a querer beijar (...) sentir a vagina húmida, um certo arrepio na vagina.” E2</p> <p>“(...) comecei a sentir assim atracção por mulheres (...) a ver filmes pornográficos.” E3</p> <p>“(...) quando estava com o meu namorado sentia assim uma atracção muito forte e foi assim que eu comecei a perceber que estava a entrar numa nova fase: a sexualidade.” E5</p> <p>“(...) são as modificações que uma pessoa tem ao nível psicológico, não só corporal (...)” E4</p> <p>“(...) começava a olhar fisicamente para as mulheres (...) mudança ao nível dos órgãos sexuais.” E6</p>

Desafio Novo		“Talvez descobrir algo de novo, um desafio novo, não sei (...)” E1 “(...) fiquei curioso para ver como funcionava, era só curiosidade.” E6
	Alterações físicas	“(...) dá-se a menstruação, o crescimento do peito, pêlos na zona púbica e aí é que nos desperta o nosso interesse sexual.” E2 “(...) o nosso corpo modifica (...) isso para além de atrair mais o homem vai influenciar para que haja ali uma vontade diferente.” E5
	Intensificação do desejo	“(...) quando notamos que estamos a crescer (...) sente-se aquela vontade de experimentar aquilo novo, parece uma necessidade de me envolver com o sexo oposto.” E3

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Dificuldades sentidas: busca de informação acerca dos meios de protecção

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	<p>A importância da escola, dos amigos, da <i>internet</i>, dos livros e o lugar da família</p>	<p>“Além da escola temos sempre aqueles amigos em quem confiamos (...) a Martinha por exemplo (...)” E1</p> <p>“Palestras lá na minha escola, não faltavam, mas por acaso já conhecia todos os métodos contraceptivos. (...) Acho que fomos os dois (...)” E3</p> <p>“Às vezes falava disso com as colegas minhas, havia livros sobre isso.” E4</p> <p>“(…) <i>Internet</i> (...) amiga de família mais velha (...) com os meus pais e tios meus.” E6”</p> <p>“A uma minha amiga.” E2</p> <p>“Uma amiga.” E5</p> <p>“Procurava as minhas amigas.” E4</p> <p>“A minha psicóloga na escola.” E1</p> <p>“(…) procurava em livros e comentários que às vezes passavam na televisão.” E3</p>

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Dificuldades Sentidas: conhecimentos acerca das consequências da ausência de protecção

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Gravidez		“Pensei mais numa gravidez indesejada.” E1 “(…) uma gravidez indesejada.” E3
Doenças Sexualmente Transmissíveis		“Pensei primeiro nas Doenças Sexualmente Transmissíveis (…) uma gravidez não é doença.” E2
Gravidez/ Doenças Sexualmente Transmissíveis		“(…) mas sempre pelas duas coisas... sempre.” E4 “Eu pensei nas duas coisas.” E5 “Nas duas coisas sempre.” E6

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Dificuldades Sentidas: reacção às transformações físicas

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	Aceitação	“Aceitei bem, não achei nada demais (...) não dei muita importância.” E1 “(...) Reagi bem, reagi muito bem.” E5 “Aceitei bem (...) Eu já estava à espera das mudanças, não achei nada fora do normal.” E6 “Reagi bem.” E3
	Confusão	“(...) não é que reagisse mal, mas também não reagi muito bem.” E4
	Repúdio	“Muito mal (...) comecei a aumentar muito os seios, a alargar para os lados (...) foi um bocado estranho.” E2

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Dúvidas acerca das alterações físicas

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	Conhecimento	“(...) eu sabia que aquilo era normal (...) porque o nosso corpo passa por muitas mudanças (...)” E3 “(...) achava que era normal (...) os meus pais já tinham falado do que ia acontecer ao meu corpo (...)” E4 “(...) dei de caras como se fosse uma coisa normal, com o tempo ia ver como é que ia ficar.” E1
	Insegurança	“Às vezes tinha algumas dúvidas (...)” E6 “(...) não eram muito normais (...) comecei a desenvolver assim muito rápido (...)” E5
	Ausência de Conhecimentos	“(...) tive um bocado de dúvidas. Porque é que uma pessoa tem o período, porque é que sai o sangue (...)” E2

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Estratégias utilizadas: dúvidas associadas às transformações físicas

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Doenças Sexualmente Transmissíveis e Métodos Contraceptivos		“Sobre as DST’s e saber sobre os métodos contraceptivos.” E3 “(...) aconteceu isto, será que vou engravidar, será que vou ter alguma coisa (...)” E5 “ (...) como usar métodos contraceptivos.” E6
	Auto-conhecimento	“(...) coisas que eu não gostava no meu corpo.” E1 “(...) naquela altura em que a gente começava a ser menstruada.” E4 “(...) como é que era ter/fazer sexo (...) qual era a sensação (...)”. E2

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Estratégias utilizadas para retirar as dúvidas

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	Falar na terceira pessoa	<p>“(…) em vez de dizer eu tenho, dizia uma amiga tem. Colocava sempre as minhas dúvidas numa amiga.” E1</p> <p>“No início recorria a amigos (…). Agora já falamos sobre isso (…), abrimo-nos.” E6</p> <p>“(…) utilizava um amigo porque tinha vergonha de colocar certas dúvidas mais íntimas.” E3</p>
	Dissimulação	<p>“(…) às vezes apanha-se isso em conversa ou diz-se: ai é verdade? E aí já dá para entrar no assunto.” E5</p>

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Identificação dos medos

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Dor		“(...) foi saber se doía.” E2
	Mitos	“(...) sei lá tinha medo que ficasse com o corpo desproporcional (...)” E4
	Falha na utilização dos contraceptivos	“(...) o meu receio era que me entregasse a primeira vez e depois aquilo não desse certo (...) a gravidez acho que é a que mais me preocupa (...)” E5 “(...) medo que o preservativo rompa (...)” E3
Controlo Materno		“A descoberta da minha mãe. (...) achei que ela nunca ia aceitar bem isso.” E1
	Falhar no acto sexual	“Não conseguir nunca ter relações sexuais ou o desejo de tentar e não poder controlar (...)” E6

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Os outros e a sexualidade: dúvidas acerca da sexualidade no grupo de pares

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Comuns		“(...) falavam mais sobre sexo e falavam mais sobre métodos contraceptivos.” E3 “(...) foram dúvidas comuns.” E6 “(...) somos todos de idades semelhante e por isso julgo que as dúvidas que tenho eles quase de certeza também têm.” E5 “(...) as dúvidas que elas colocavam iam ao encontro das minhas.” E4 “Acho que as outras pessoas também tinham as mesmas dúvidas que eu também tinha.” E2

Categoria: Considerações sobre a sexualidade

Subcategoria: Os outros e a sexualidade: abertura face à sexualidade na convivência com o grupo de pares

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Facilidade		“(…) eu para falar de sexo não me custa nada, elas já se retraem mais, ficam mais coradas, mudam de assunto.” E2 “(…) acho que nós abrimo-nos de modo igual.” E6
	Ambivalência	“Há coisas que não digo, que guardo só para mim, mas normalmente não tenho grandes complexos.” E4 “(…) falo abertamente com eles, mas às vezes fico mais calado depende do assunto, porque não gosto de partilhar a minha vida com eles.” E3
Dificuldade		“(…) nunca abordam profundamente assim esse assunto, é muito assim as coisas por alto.” E5 “(…) eu no meu caso não, sou mais reservada, acho que não tenho tanto à vontade como eles têm.” E1

**ANEXO III:
MATRIZ CONCEPTUAL
“PLANEAMENTO FAMILIAR”**

Categoria: Planeamento Familiar

Subcategoria: Perspectiva pessoal

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Aconselhamento		<p>“Para informar. Acho que tira as dúvidas a muitos jovens (...) há muitas amigas minhas que vão buscar a pílula lá e preservativos, no entanto não vão a nenhuma farmácia porque têm vergonha.” E1</p> <p>“(...) perguntar coisas sobre como iniciar a sua vida sexual, o que usar, o que tomar, o que é mais indicado par o corpo delas (...)”. E2</p> <p>“Para ajudar os jovens a saberem mais coisas sobre a sexualidade, sobre os métodos contraceptivos (...)” E3</p> <p>“(...) serve para o casal se organizar, seguir certas regras (...) para que as coisas aconteçam nos devidos tempos, na devida altura. “ E5</p> <p>“(...) para no futuro já ter as coisas planeadas, para não vir um filho inesperado, para saber como a mulher está (...) o que podem fazer, o que não devem fazer.” E6</p>
Prevenção		<p>“(...) tem várias funcionalidade (...) gerir a prevenção de uma gravidez (...) e a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (...)” E4</p>

Categoria: Planeamento Familiar

Subcategoria: Motivo

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Doença		“Foi uma infecção vaginal e então eu comentei isso com a psicóloga e ela aconselhou-me a ir a uma consulta.” E1 “(…) Senti que estava com um corrimento estranho e aí procurei um médico.” E4

Categoria: Planeamento Familiar

Subcategoria: Medicina privada como alternativa

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	Vergonha	“(…) não me sentia bem estar com o meu médico de família a ver-me (…) quando uma pessoa vai a uma ginecologista que é o normal, já fica retraída, com um homem acho que era pior (…) o que mais nos custa é o nosso íntimo que está ali exposto e sinto-me mais à vontade com uma médica.” E2
	Esclarecimento de dúvidas	“(…) já tinha à bastante tempo relações e devia procurar para ver se havia alguma coisa a correr mal (…) sentia aquela curiosidade de ir falar com alguém que percebesse mais acerca desse assunto do que eu.” E5

Categoria: Planeamento Familiar

Subcategoria: Importância da prestação deste tipo de serviço

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	Necessários/Úteis	<p>“(…) sexo na adolescência é muita responsabilidade (…) nas outras idades (…) devem ir, mas se não for acho que é menos grave.” E6</p> <p>“(…) são importante e muito (…) precisamos de falar com alguém que nos conheça e alguém que nos deixe à vontade e que nós possamos falar de tudo (…).” E1</p> <p>“(…) são muito importantes porque as jovens que não têm à vontade para falar em casa, (…) com os amigos (…) não têm à vontade para falarem com as pessoas que lhe são tão próximas (…) recorrem a isso já não é um caso de tirar dúvidas mas é mais procurar um acompanhamento e acho que isso é muito, muito importante.” E4</p>
	Sem opinião	<p>“Não tenho opinião acerca disso.” E2</p> <p>“(…) não tenho nada assim a apontar.” E5</p>

ANEXO: IV
MATRIZ CONCEPTUAL
“RELAÇÕES AFECTIVAS”

Categoria: Relações Afectivas

Subcategoria: Percurso das relações afectivas: primeira relação

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Idade		“Aos 15 anos.” E4 “Aos 14 anos.” E6 “Aos 18 anos.” E2 “Aos 17 anos.” E5 “Aos 15 anos.” E3 “Aos 16 anos.” E1

Categoria: Relações Afectivas

Subcategoria: Percurso das relações afectivas: caracterização da primeira relação

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	Laços especiais	“Não me arrependo até hoje de o ter feito. Se voltasse a trás era com a mesma pessoa que o fazia.” E2 “Foi especial, acho que é uma pessoa (...) que nunca se esquece fica sempre marcada para toda a vida.” E1
	Intensa e apaixonada	“Foi boa, foi apaixonante e acho que chega. Apaixonante engloba muita coisa, foi muito intenso.” E3 “Foi forte, estávamos sempre juntos (...) a primeira vez tem que haver sentimento (...)”. E6 “Para mim tinha de ser e foi com a pessoa que eu gostava e amava mesmo.” E4

Categoria: Relações Afectivas

Subcategoria: Percurso das relações afectivas: outras relações

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
	Diversidade	“Só namorei com uma mas já me relacionei com quatro sexualmente.” E6 “Duas.” E2 “Dois.” E1
	Uniformidade	“Só com um.” E4 “Um.” E5 “Uma, a minha namorada.” E3

Categoria: Relações Afectivas

Subcategoria: A primeira relação e os métodos de prevenção: a sua necessidade

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Imperiosa		<p>“(...) estava mais que visto que a gente tinha que usar protecção e que isso era um ponto assente.” E4</p> <p>“(...) se acontecesse era só com o preservativo. Além disso eu nem tomava a pílula.” E1</p>
	Segurança	<p>“(...) disse-lhe que eu era virgem (...) e porque não sabia com quem ele tinha andado gostava de me sentir protegida e não contrair nenhuma doença sexual.” E2</p> <p>“(...) comecei a tomar a pílula aos 16 anos por causa de tratamentos hormonais, mas também servia para evitar a gravidez, por isso nunca tive muita preocupação.” E5</p> <p>“(...) ela é que trouxe o preservativo. Ela é mais atenta, mais preocupada.” E3</p>

Categoria: Relações Afectivas

Subcategoria: A primeira relação e os métodos de prevenção: qual o método

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Convencional		“Preservativo.” E1 “Preservativo.” E3 “Preservativo.” E5 “Preservativo.” E2 “Preservativo.” E6 “Preservativo.” E4

Categoria: Relações Afectivas

Subcategoria: Percurso das relações afectivas: importância dos laços afectivos

REGISTO		CONTEXTO
FORMAL	SEMÂNTICA	
Normatividade		<p>“Sim, porque a confiança e o respeito são fundamentais num relacionamento sexual.” E1</p> <p>“(…) sexo é um extra ao relacionamento afectivo. Os afectos, o carinho e os sentimentos são importantes, mas o sexo ajuda a ter mais prazer.” E3</p> <p>“O acto sexual é muito importante porque é a intimidade dos dois que está ali e tem que existir afecto porque senão não tem a mesma intensidade.” E5</p> <p>“(…) não vou ter um contacto com uma pessoa para fazer sexo só por fazer, eu não consigo fazer sexo sem amor. Fazer amor é quando há sentimento de uma pessoa, é quando há entrega, é estar ali a demonstrar a tua intimidade toda (…)” E2</p> <p>“(…) eu ligo muito à sexualidade não só aos actos em si, mas tudo que envolve (…) sexo por sexo não vale a pena (…).” E4</p> <p>“Eu acho que o sexo mais certo é quando há sentimento (…) faz mesmo diferença haver sentimento numa relação sexual.” E6</p>